



Avaliação do UNPAF 2015-2019 para Angola

Relatório Final

20/08/2018

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1 FINALIDADE E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO DO UNPAF	10
1.1 FINALIDADE DA AVALIAÇÃO E OBJECTIVOS	11
1.1.1 <i>Objectivos específicos:</i>	11
1.2 ÂMBITO DA AVALIAÇÃO.....	12
2 RESPOSTA ESTRATÉGICA DO UNPAF PARA ANGOLA	13
2.1 CONTEXTO DO PAÍS.....	14
2.2 UNPAF 2015-2019	16
2.2.1 <i>Estrutura Financeira</i>	19
3 METODOLOGIA	21
3.1 A ABORDAGEM DA AVALIAÇÃO	22
3.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	25
3.3 PARCEIROS DO UNPAF	37
4 CONSTATAÇÕES DA AVALIAÇÃO DO UNPAF 2015-2019	41
4.1 CRITÉRIO DE RELEVÂNCIA	42
4.1.1 <i>Relevância de acordo com o contexto do país, prioridades e necessidades</i>	43
4.1.2 <i>Relevância do UNPAF relativamente aos planos/acções de outros doadores</i>	50
4.1.3 <i>Análise SMART dos indicadores de resultado do UNPAF</i>	52
4.2 CRITÉRIO IMPACTO.....	56
4.2.1 <i>Área estratégica 1: Desenvolvimento Humano e Social Equitativo</i>	59
4.2.2 <i>Área estratégica 2: Estado de Direito e Coesão Nacional</i>	69
4.2.3 <i>Área estratégica 3: Desenvolvimento Económico Inclusivo e Sustentável</i>	78
4.3 CRITÉRIO DE EFICÁCIA	88
4.3.1 <i>Resposta coordenada do sistema das nações unidas às mudanças no contexto</i>	89
4.3.2 <i>A análise do grau de concretização dos indicadores previstos pelo UNPAF 2015-2019</i>	92
4.3.3 <i>UNPAF Princípios de programação</i>	109
4.4 CRITÉRIO DE EFICIÊNCIA.....	113
4.4.1 <i>Recursos financeiros para a implementação do UNPAF</i>	113
4.4.2 <i>Mecanismos de implementação</i>	122
4.4.3 <i>Recursos/contributos convertidos em produtos do UNPAF ao nível de resultado</i>	126
4.4.4 <i>Estratégias de minimização de custos</i>	129
4.5 CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE.....	130
4.5.1 <i>Estratégias para a sustentabilidade e mecanismos de apropriação nacional</i>	130
4.5.2 <i>A visão dos parceiros sobre o papel das Nações Unidas e a sua relação como as instituições implementadoras</i>	133
5 CONCLUSÕES	136
6 RECOMENDAÇÕES	143
7 LIÇÕES APRENDIDAS	147
8 ANEXOS	153
8.1 PLANO DE AVALIAÇÃO.....	154
8.2 MATRIZ DE AVALIAÇÃO.....	155

8.3	ESTUDOS/INQUÉRITOS REALIZADOS NOS PRIMEIROS 3 ANOS DO CICLO DO UNPAF.....	162
8.4	FERRAMENTAS DE COLETA DE DADOS	164
8.4.1	<i>O diário de entrevista.....</i>	<i>164</i>
8.4.2	<i>Guiões para as entrevistas semi-estruturadas.....</i>	<i>165</i>
8.4.3	<i>Conteúdo do micro-inquérito</i>	<i>168</i>
8.5	CONTROLE DE QUALIDADE	170
9	ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	172
9.1	TABELAS.....	172
9.2	FIGURAS	172
9.3	IMAGENS.....	172

ACRÓNIMOS

APP	Avaliação do Programa País
CAD	CAD Comité de Assistência ao Desenvolvimento
CR	Coordenador Residente
ECR	Escritório do Coordenador Residente
ENNU	Equipa Nacional das Nações Unidas
GCM	Grupo Consultivo de Minas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
PIN	People in Need (PcN Pessoas com Necessidades)
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	ODM Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIM	Organização Internacional das Migrações
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RH	Recursos Humanos
RTM	Revisão de Médio Termo
SGPro	Sistema de Gestão de Programas
TdR	Termos de Referência
ToM	Teoria da Mudança
UNAIDS	Programa conjunto das NU sobre HIV/SIDA
UNHCR	Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNPAF	Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas
UNRCO	Escritório do Coordenador Residente das Nações Unidas

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto

O Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) representa o quadro orientador das intervenções das agências da ONU, residentes e não residentes, que constituem a Equipe de Agências da ONU em Angola (UNCT). O UNPAF constitui um instrumento estratégico de apoio às linhas de orientação e políticas nacionais do Governo de Angola, direccionado para a obtenção de resultados.

O UNPAF (2015-2019) foi desenvolvido com base nas Prioridades Nacionais do governo, estabelecidas pelo plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (2013-2017). Identificou um grupo de prioridades que foram concebidas para contribuir para a consolidação do desenvolvimento equitativo, inclusivo e integrado do país, a fim de se graduar de país menos desenvolvido (LDC) e alcançar um índice médio de desenvolvimento humano (IHD) mais elevado.

O primeiro UNPAF assinado é de 2009-2014, depois há o segundo UNPAF assinado 2015-2019. Nenhuma avaliação anterior do UNPAF foi realizada.

Finalidade da Avaliação e objectivos

O exercício de avaliação foi co-liderado pelas NU e Ministério da Economia e Planeamento e foi conduzido em estreita colaboração com os parceiros nacionais. A avaliação apresenta as lições aprendidas e as recomendações que serão úteis para contribuir com um conhecimento aumentado para o novo ciclo de planeamento do UNPAF. A avaliação tem uma importante função de prestação de contas, fornecendo resultados relevantes para o Sistema das Nações Unidas, Governo de Angola, partes interessadas nacionais e parceiros, através de uma avaliação imparcial e externa dos resultados alcançados até agora.

A avaliação analisou os três grupos de resultados previstos, um para cada Área estratégica do UNPAF, bem como o mecanismo estabelecido para coordenação e harmonização entre todas as agências das NU, e identifica desafios, lições aprendidas e boas práticas que alimentarão o próximo ciclo do UNPAF. Esta avaliação procedeu à revisão do nível de integração das abordagens de Direitos Humanos e Igualdade de Género no actual ciclo do UNPAF e sua implementação.

A avaliação do UNPAF foi realizada ao mesmo tempo em que o Plano Desenvolvimento Nacional 2018-2022 acaba de ser disponibilizado. Esta foi uma oportunidade para orientar as recomendações de avaliação do UNPAF para as prioridades nacionais actualizadas.

Metodologia

O quadro metodológico para a realização desta avaliação externa e independente do UNPAF de Angola baseou-se nas Normas e padrões de Avaliação do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) e no Glossário de Termos-Chave da OCDE em Avaliação e Gestão Baseada em Resultados (2002), bem como nas directrizes de avaliação do UNDAF.

Além dos critérios de avaliação geralmente considerados (Relevância, Impacto, Eficiência, Eficácia, Sustentabilidade) entendeu-se que a avaliação compreende uma abordagem-chave: a Teoria da Mudança. A teoria da mudança resume o modo como o impacto e os resultados são alcançados em cada uma das áreas estratégicas do UNPAF. No entanto, ainda é curto o espaço de tempo de implementação do programa (início em 2015) para avaliar as mudanças sociais e não há dados actualizados que permitam medir o impacto neste período. Há a registar importantes mudanças no contexto do país e das premissas que não foram feitas no início do UNPAF: crise económica, emergências

humanitárias (refugiados da RDC, seca, cólera), mudança política. Contudo, foi feita uma tentativa para avaliar a contribuição do UNPAF para o desenvolvimento do país e a tendência das mudanças que estão a ocorrer.

A metodologia de avaliação foi desenvolvida como um processo que envolveu a coleta sistemática de informações sobre os produtos e resultados do UNPAF. A metodologia incorporou o uso de técnicas qualitativas e quantitativas. A identificação de evidências levou à formulação de conclusões e recomendações. Para reforçar a credibilidade e validade das evidências, julgamentos e conclusões obtidos, a equipa de avaliação utilizou técnicas de triangulação para garantir a qualidade técnica.

Principais descobertas e conclusões

- A mudança no contexto económico e político em Angola, devido à queda dos preços do petróleo e ao aumento das emergências humanitárias, provocou uma mudança nas prioridades nacionais que obrigaram às agências das NU a introduzir ajustes nos resultados planeados e nas estratégias implementadas, com uso de fundos para assistência directa as populações.
- Em termos de contribuição dos Grupos de Trabalho, nomeadamente os referidos a cada um dos três resultados do UNPAF, identificam-se diferentes estratégias que estão a contribuir significativamente para melhorar a vida das pessoas do país, especialmente as mais vulneráveis. Porém, o trabalho conjunto dos grupos de resultado (*outcome group*) tem uma dinâmica de trabalho mais focado na agregação das atividades das agências, embora haja espaço para melhorias em direção a abordagens mais globais orientadas para problemas, na medida em que os planeamentos estão baseados fundamentalmente nos mandatos de cada agência.
- Há um seguimento dos indicadores de resultado do UNPAF, mas as relações entre as agências em termos de M&A são fundamentalmente funcionais (Ad Hoc); não se identifica um sistema de M&A abrangente, além dos Planos Anuais de Trabalho e relatórios anuais de Annual Review.
- De uma maneira geral, o UNPAF 2015-2019 foi substancialmente alinhado às prioridades nacionais no seu desenho e este facto encontra-se demonstrado no próprio documento. Contudo, o UNPAF enfatizou algumas áreas prioritárias do PND 2013-2017, não tendo coberto áreas que já tinham sido identificadas pelas estratégias nacionais e que se evidenciaram ainda mais no contexto nacional, sobretudo devido à crise económica.
- Quatro elementos de contexto influenciaram de forma decisiva os resultados alcançados nos três primeiros anos do UNPAF 2015-2019, nomeadamente, a redução de fundos alocados por parte do governo às actividades previstas, resultante da redução de receitas petrolíferas, a redução dos fundos disponibilizados pelas NU e pelos doadores, a escassez de recursos humanos em diversas agências das NU e alta rotatividade nos parceiros do Governo, assim como o incremento de emergências humanitárias, em particular a seca nas províncias do sul e a necessidade de assistir os refugiados da RDC.
- O Governo tem trabalhado para assegurar o novo edifício para as Nações Unidas e iniciou-se o trabalho de aderência ao modelo Juntos na Ação (Delivering as One).
- Em termos de eficiência, uma primeira conclusão é que uma execução geral próxima ao cenário planeado é observada. A execução do ano de 2017 permitiu a colocação acima, em termos de montantes desembolsados.

- Uma oferta limitada de parceiros internacionais da sociedade civil a nível nacional e internacional foi identificada, o que representa um desafio para a implementação dos projetos a nível local. Parceiros tradicionais, com grande capacidade de operação no campo, deixaram o país nos últimos anos.
- A mudança no modelo de intervenção no país, que já começou neste ciclo de cooperação, como resultado do processo de graduação como País de Rendimento Médio, é identificada como um dos principais desafios em termos de sustentabilidade, uma vez que requer a apropriação de metodologias e objetivos de projetos pelos parceiros nacionais, também *share costs* (uso de recursos do estado para a cooperação da ONU).
- A Equipa do País e o Gabinete do Coordenador Residente tiveram um papel relevante durante o período, nomeadamente o posicionamento elevado obtido com o Governo, o Parlamento e a Magistratura assim como com a Sociedade Civil. Isso é um elemento transcendental que facilita a implementação do UNDAF para evitar eventuais restrições de diálogo político. Por outro lado, há um desequilíbrio entre a quantidade e a qualidade das tarefas confiadas e os recursos disponíveis para o Gabinete do Coordenador Residente.

Recomendações

Recomendação 1: Recomenda-se a integração dos cinco eixos prioritários do próximo ciclo de cooperação das Nações Unidas com Angola com os cinco pilares da Agenda 2030: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

Deve ser buscada a interconexão e a integração desses resultados para assegurar que o propósito do futuro UNPAF se concretize, tentando incluir nomeadamente áreas que não foram de todo abordadas (nem ao nível do desenho

nem da implementação de projectos / actividades), como sejam Energia, Infraestrutura e industrialização, Desigualdade, Consumo e produção ou Oceanos.

Recomendação 2: Empoderar mais aos *outcome groups*: conseguir mais dinamismo, capacidade de adaptação, menos dispersão e mais foco, a través da identificação do valor agregado de cada agência para estratégias *upstream* e *downstream*. Cenário para superar o enfoque de agregação dos CPAP das agências e pensar em termos de valor agregado: o que é que juntos consegue trazer uma melhor contribuição para o país. O reforço entre os grupos de trabalho deve ser vertical e horizontal.

Recomendação 3: Fortalecer o sistema de M&A movendo-se em direção a um sistema holístico orientado a resultados para todo o UNPAF baseado na abordagem da Teoria da Mudança. Usar a técnica SMART (específica, mensurável, alcançável, relevante, com limitado no tempo), apoiada por uma ferramenta correspondente em formato de matriz, para desenvolver todos os indicadores da matriz de resultados.

Recomendação 4: Tendo em conta o novo PND e as prioridades e objectivos por este estabelecidos, o novo UNPAF deve enfatizar o trabalho em mais áreas estabelecidas pelo governo de Angola, sem uma preocupação de total abrangência, mas mobilizando competências específicas mais alinhadas às prioridades e estratégias nacionais, sobretudo tendo em conta importantes alterações no contexto nacional.

Recomendação 5: O próximo ciclo de cooperação deverá abordar:

- a) a promessa de não deixar ninguém para trás ("*leave no one behind*"), inclusive através de medidas destinadas a reduzir as desigualdades:

- b) como e por que esses grupos serão direcionados (Teoria da Mudança).
- c) a gestão baseada em resultados como um mecanismo para capturar o relacionamento entre os principais interessados, a responsabilidade individual e colectiva e os resultados acordados.

Recomendação 6: Recomenda-se que, para cada resultado, um indicador possa ser identificado relacionado a: resposta humanitária, gênero, equidade e C4D. Não se identifica a necessidade que tenha um pilar dedicado aos temas transversais, mas deveria estar claro que significam para o Sistema das NU, qual é visão conjunta, qual é a contribuição, quais os resultados.

Recomendação 7: Uma vez que o país indica que está pronto a iniciar o DaO, há uma oportunidade das Nações Unidas como agências para posicionar-se de uma forma diferente que seria valorado de forma positiva pelos parceiros. No contexto actual, onde se dá relevância ao trabalho intersectorial, as Nações Unidas também podem tirar proveito e trabalhar de forma mais sinérgica. As poupanças daí resultantes poderiam ser utilizadas para a área programática. Aspecto ressaltado muito positivamente pelos parceiros: o governo e sobretudo os doadores vêem de forma muito positiva o trabalho inter-programático entre agências e o lançamento de programas conjuntos para melhorar a eficiência e impacto

Recomendação 8: Para o próximo ciclo do UNPAF, recomenda-se fortalecer o trabalho de planeamento orçamental de médio prazo em todas as agências que não puderam apresentar um compromisso orçamentário antecipadamente no ciclo anterior. Esse aspecto reforçará o planeamento e o orçamento para resultados e a execução baseada nos mesmos (RBM).

Recomendação 9: O Fortalecimento da Sociedade Civil identifica-se como uma

estratégia chave para conseguir os resultados de desenvolvimento. Houve uma mudança de contexto, nas suas vertentes económica e política e o governo em geral identifica um valor agregado principal ao apoio técnico das NU. Deve continuar o apoio à sociedade civil. As organizações da sociedade civil, incluindo as ONGs, têm desempenhado um papel altamente visível no país. Um número limitado de agentes implementadores foi identificado, o que representa uma fraqueza para a implementação dos projectos a nível local.

Aproveitar o contexto actual para incluir nos orçamentos nacionais áreas prioritárias para o desenvolvimento, assim dotar uma estratégia de sustentabilidade e escalabilidade das iniciativas *downstream*.

Recomendação 10: As agências da NU precisam aumentar o valor agregado por meio de:

- capacidade de demonstrar resultados e *value for money*.
- processos de negócio ágeis e responsáveis.
- demonstrar valor agregado através de inovações, programação em escala e reduzir as desigualdades.
- apresentando um histórico no combate à desigualdade.
- integração total da programação no continuum humanitário-desenvolvimento.

Recomendação 11: Fortalecer os recursos disponíveis do RCO para o monitoramento e avaliação do UNPAF, nomeadamente para fazer um acompanhamento em tempo e integrado do ciclo de execução do orçamento.

1 FINALIDADE E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO DO UNPAF

1.1 Finalidade da Avaliação e objectivos

O objetivo deste processo é:

Avaliar o progresso alcançado nos resultados do UNPAF durante o ciclo do Programa 2015-2019

O Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) representa o quadro orientador das intervenções das agências da ONU, residentes e não residentes, que constituem a Equipe de Agências da ONU em Angola (UNCT). O UNPAF constitui um instrumento estratégico de apoio às linhas de orientação e políticas nacionais do Governo de Angola, direccionado para a obtenção de resultados.



O exercício de avaliação é co-liderado pelas NU e Ministério da Economia e Planeamento e foi conduzido em estreita colaboração com os parceiros nacionais. A avaliação apresenta as lições aprendidas e as recomendações que serão úteis para contribuir com um conhecimento aumentado para o novo ciclo de planeamento do UNPAF. A avaliação tem uma importante função de prestação de contas, fornecendo resultados relevantes para o Sistema das Nações Unidas, Governo de Angola, partes interessadas nacionais e parceiros, através de uma avaliação imparcial e externa dos resultados alcançados até agora.

O primeiro UNPAF assinado é de 2009-2014, depois há o segundo UNPAF assinado 2015-2019. Nenhuma avaliação anterior do UNPAF foi realizada. Durante o UNPAF 2009-2013 houve uma revisão intercalar leve.

1.1.1 Objectivos específicos:

- Avaliar a relevância dos resultados do UNPAF 2015-2019, a eficácia e eficiência da sua implementação por agências das NU e parceiros governamentais e não-governamentais, e a sustentabilidade e contribuição para as prioridades dos países no âmbito das abordagens dos Direitos Humanos e da Igualdade de Género.
- Identificar, com base na revisão crítica da implementação do UNPAF 2015-2019, lições aprendidas e boas práticas para levar em conta na formulação do novo ciclo UNPAF.
- Propor, com base na análise do novo contexto governamental, recomendações estratégicas e acções para subsidiar o próximo ciclo do UNPAF.

1.2 Âmbito da Avaliação

A avaliação analisou os três grupos de resultados previstos, um para cada Área estratégica do UNPAF, bem como o mecanismo estabelecido para coordenação e harmonização entre todas as agências das NU, e identifica desafios, lições aprendidas e boas práticas que alimentarão o próximo ciclo do UNPAF. Esta avaliação procedeu à revisão do nível de integração das abordagens de Direitos Humanos e Igualdade de Género no actual ciclo do UNPAF e sua implementação. O âmbito geográfico da avaliação foi de todo o território nacional de Angola, embora não tenha havido visita de campo para verificar os projectos no terreno, uma vez que os projectos implementados por cada agência em particular estão fora do objecto de avaliação. Informações particulares sobre os projectos foram obtidas a partir das avaliações realizadas por cada agência.

O UNPAF inclui, na sua estrutura, um capítulo de Monitoria e Avaliação. Esta secção também incluiu a realização de uma revisão de meio termo, a efectuar até Junho de 2018, para que o UNPAF 2015-2019 seja alinhado com o novo Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola. No entanto, conforme indicado nos TdR, foi acordado pelo UNCT em conjunto com o Ministério da Economia e Planeamento que a referida revisão intercalar não será efectuada por causa do requerimento da Avaliação do UNPAF ser também no mesmo período de 2018.

A avaliação do UNPAF foi realizada ao mesmo tempo em que o Plano Desenvolvimento Nacional 2018-2022 acaba de ser disponibilizado. Esta foi uma oportunidade para orientar as recomendações de avaliação do UNPAF para as prioridades nacionais actualizadas. A avaliação apresenta algumas limitações como se especifica na metodologia, nomeadamente a ausência duma Teoria da Mudança definida no desenho do UNPAF assim como também o pouco tempo de implementação o que limita a análise de impacto do mesmo.

2 RESPOSTA ESTRATÉGICA DO UNPAF PARA ANGOLA

2.1 Contexto do país

A República de Angola tem uma população atual de 25,7 milhões de habitantes, segundo o último censo (2014), e estima-se que cresça para cerca de 68 milhões de pessoas até 2050. Os dados mais recentes estimam a população em 29,8 milhões (INE).

A situação social e económica de Angola continua a ser fortemente afectada pela queda dos preços do petróleo, que começou no final de 2014 e que resultou num corte substancial das despesas do governo, em particular nos gastos do sector social. Estima-se que o corte a longo prazo nos principais sectores sociais, em comparação com o orçamento anterior à crise, tenha sido bem acima da metade do orçamento e tenha resultado em falta de fundos e interrupção dos serviços sociais básicos. O impacto da recente crise nos meios de subsistência dos agregados pobres, já com alto nível de vulnerabilidade, deve-se, entre outros factores, à pobreza generalizada e ao baixo acesso a serviços básicos.

Durante o período entre 2009 e 2016, a economia de Angola registou um crescimento médio elevado, na ordem dos 3,53% por ano, uma taxa inferior à verificada no período imediatamente após o restabelecimento da paz. Em 2013, a economia cresceu a uma taxa média anual de mais de 5%, com crescimento de mais de 8,5% em 2012; entre 2013 e 2016 (período de implementação do PND 2013-2017), houve um crescimento médio de 1,83%, e em 2016 o crescimento pode ter caído 2,6%, conforme as análises mais recentes.

O rápido crescimento económico anterior, alimentado pelas suas vastas reservas de recursos naturais, levou o rendimento nacional bruto per capita a atingir os US \$ 4.580 em 2012, tornando Angola um país de rendimento médio baixo, de acordo com o ranking do Banco Mundial. Contudo, este diminuiu nos últimos anos. De acordo com o BM, seriam 3.308,7 dólares norte-americanos em 2016. Embora a disponibilidade de dados do sector social permaneça limitada, estima-se que os indicadores sociais tenham melhorado substancialmente nos últimos anos, mas tenham voltado a diminuir com a crise. Apesar dessas melhorias, as disparidades tanto na distribuição do rendimento como no acesso aos serviços básicos continuam a ser motivo de preocupação. O país continuou a fazer melhorias constantes no fortalecimento das suas instituições cujo funcionamento havia sido severamente afectado pelo prolongado conflito que terminou em 2002. As deficiências na capacidade de recursos humanos permanecem entre os maiores desafios para o desenvolvimento do país e o governo tem vindo a priorizar investimentos nessa área.

O ranking de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2016 classificou Angola em 150º lugar dentre 186 países e 30% da população vive abaixo da linha da pobreza (1,25 USD/dia). Os indicadores sociais de Angola, na última década, têm estado consistentemente entre os menos positivos relativamente ao ranking do IDH, com 36,6% da população a viver abaixo do nível de pobreza (INE, 2008-2009). Entre 2000 e 2015, o valor do IDH de Angola aumentou de 0,391 para 0,533, um aumento de 36,4 por cento. Entre 1990 e 2015, a esperança de vida à nascença de Angola aumentou 11,5 anos, a média de anos de escolaridade aumentou 0,6 anos e os anos de escolaridade

esperados aumentaram 7,6 anos. O RNB (rendimento nacional bruto) per capita de Angola aumentou cerca de 44% entre 1990 e 2016¹.

Nas últimas estimativas validadas internacionalmente (SOWC 2016), a mortalidade abaixo de cinco anos era muito alta, 167 por mil nados vivos. No entanto, novos dados emergentes de uma pesquisa do IIMS (DHS / MICS) de indicadores demográficos e de saúde realizada em 2015 e divulgada em dezembro de 2016 colocam Angola como um dos seis piores países da região da África Oriental e do Sul, com uma taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos de 68 por 1000 nados vivos. A mortalidade infantil e neonatal foi de 44 e 24 por mil nados vivos, respectivamente, com a esperança de vida à nascença estimada em 61 anos. A taxa de mortalidade materna permanece elevada, embora tenha diminuído nos últimos anos. O IIMS mediu a razão de mortalidade materna cuja estimativa para Angola é de 239 por 100 mil nascidos vivos (IIMS 2015-2016). A taxa de prevalência do HIV situa-se em 2,1%, havendo um muito baixo conhecimento sobre a infecção, apenas 32,5 por cento dos jovens adultos (15-24 anos).

A pesquisa do IIMS 2015 confirmou que a desnutrição crónica entre crianças menores de cinco anos continua elevada em Angola, 38 por cento, acima das estimativas anteriores de 29 por cento (pesquisa nacional de nutrição 2007/08).

Em 2016, foram publicados também os resultados definitivos do último Censo (2014) , indicando um declínio real no registo de nascimento de crianças menores de cinco anos de idade, cifrando-se em 25 por cento comparado com os 31 por cento estimados em 2008. Além disso, de acordo com novos dados do DHS, apenas 17 por cento das mulheres nas zonas rurais de Angola fazem o registo de crianças nas unidades de saúde, contra 46% nas áreas urbanas.

A qualidade da educação - e, por extensão, os resultados da aprendizagem - continua a ser uma área de preocupação. Enormes aumentos no número de alunos, grande variedade de idades nas salas de aula e contributos inadequados colocaram uma enorme pressão sobre o sistema educacional, prejudicando a aprendizagem dos alunos.

O último Censo de Angola revela que a taxa de alfabetização entre a população adulta é de 66 por cento, o que significa que um em cada três angolanos é analfabeto. A taxa líquida de matrículas no ensino primário é de 76 por cento, 83,6 por cento para as áreas urbanas e 63,5 por cento para as áreas rurais. Existem cerca de 76,1% de rapazes e 75,9 por cento de raparigas matriculadas no ensino primário. O Censo de 2014 também indica que 22 por cento da população entre 5 e 18 anos está fora da escola.

Segundo dados do ex-Ministério Da Assistencia e Reincersão Social (MINARS), a percentagem de crianças que frequentavam programas de EPI (epidemiologia) era de cerca de 9 por cento em 2015. Além disso, há evidências de outros estudos sobre a qualidade da educação em Angola que revelam que as crianças que frequentaram a escola não tinham capacidade de ler e escrever um texto básico em português. Os

¹ UNDP (2016) *Human Development for Everyone. Briefing note for countries on the 2016 Human Development Report*. http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/AGO.pdf

dados do último Censo revelam que não houve melhorias substanciais no acesso doméstico à água e saneamento nas áreas urbanas e rurais. A situação é particularmente preocupante nas áreas rurais, onde o acesso à água potável é de 22 por cento, comparado com 57 por cento nas áreas urbanas. O acesso ao saneamento básico é de 26 por cento nas áreas rurais, comparado a 81 por cento nas áreas urbanas (JMP UNICEF / WHO 2015). Apenas um em cada cinco domicílios na área rural tem acesso a água potável e um em cada quatro tem acesso a saneamento básico. Nas áreas urbanas, também não houve melhorias e o acesso à água e saneamento permanecem nos níveis estimados há dez anos atrás.

A urbanização acelerada e não planificada constitui um outro elemento de preocupação, em função do elevado ritmo de crescimento e mobilidade populacional. Para além do acréscimo da pressão sobre as infra-estruturas sociais e dos problemas de governação que coloca ao nível local e provincial, o crescimento das cidades impacta sobre um mercado formal com fraca capacidade de absorção de mão-de-obra e acrescenta o contingente já elevado de cidadãos a exercer ocupação produtiva nas actividades informais. A mobilidade populacional inter-provincial e entre regiões coloca também importantes desafios a nível da desigualdade das condições de habitabilidade e do perfil de competências da mão-de-obra nas diferentes regiões e províncias que poderão constituir constrangimentos à desejável implementação da prevista descentralização efectiva do país.

Nos últimos anos, o país registou alguns avanços a nível da qualidade da Governação Económica e da reforma do Estado. A evolução recente aponta para o aprofundamento da reforma do Estado e para a preparação das condições indispensáveis para sustentar o processo de desconcentração e descentralização. A estabilidade política tem sido um dado relevante que o processo eleitoral de 2017 veio consolidar e tem corrido a par de uma crescente integração dos Direitos Humanos como valor transversal associado às práticas de governação e à criação das condições de enquadramento e dos mecanismos indispensáveis para um acesso efectivo e equitativo à justiça. Na sequência das eleições de 2017, o combate à corrupção emergiu como uma das bandeiras do novo elenco governativo angolano.

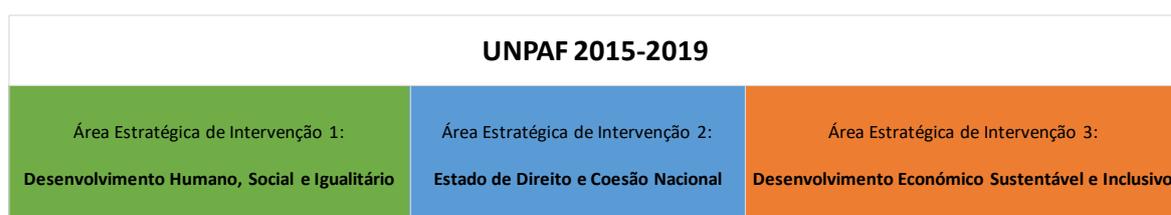
As preocupações ambientais têm vindo a integrar progressivamente as estratégias do Governo angolano, tal como os mecanismos preventivos orientados para as situações de emergência. No entanto o país permanece muito vulnerável aos incidentes climáticos e humanos, como as emergências da seca nas províncias do Sul do País e a vaga de refugiados provenientes da região do Kasai na RDC que afluíram à província da Lunda Norte têm revelado, e outras epidemias na área de saúde, como a febre amarela (2016) e cholera (2017, 2018).

2.2 UNPAF 2015-2019

O Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) é um instrumento estratégico para alinhar o trabalho das NU às orientações e políticas nacionais do governo de Angola e centra-se na obtenção de resultados. Ao

mesmo tempo, o UNPAF representa o quadro orientador das intervenções das agências das NU.

O UNPAF (2015-2019) foi desenvolvido com base nas Prioridades Nacionais do governo, estabelecidas pelo plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (2013-2017). Identificou um grupo de prioridades que foram concebidas para contribuir para a consolidação do desenvolvimento equitativo, inclusivo e integrado do país, a fim de se graduar de país menos desenvolvido (LDC) e alcançar um índice médio de desenvolvimento humano (IHD) mais elevado. Estas prioridades estão centradas em três áreas estratégicas de parceria (AEP):



A implementação do UNPAF foi orientada pela promoção dos objectivos e princípios da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento, conforme definido pela Declaração de Paris e pela Agenda de Acção de Acra. A lógica da parceria entre as NU e o Governo de Angola está orientada para estabelecer os fundamentos necessários para a liderança do governo na coordenação da parceria e na apropriação nacional do processo e dos resultados estratégicos.

O UNPAF 2015-2019 foi elaborado graças a uma abordagem participativa, inclusiva e interactiva que permitiu a integração efectiva de todas as partes interessadas e foi implementado através dos instrumentos programáticos dos fundos e programas e das agências especializadas.

O alinhamento da contribuição das NU com as prioridades nacionais foi estabelecido com base numa análise da intersecção entre o quadro legislativo e regulamentar internacional, as prioridades estabelecidas pelo governo de Angola através da Estratégia Angola 2025 e, em particular, o PND para o período 2013-2017, com as vantagens comparativas do Sistema das Nações Unidas e a contribuição de outros parceiros. As Áreas Estratégicas de Parceria acordadas entre o governo de Angola e as Nações Unidas e incluídas no UNPAF 2015-2019, os resultados esperados e as metas relacionadas com eles foram os seguintes:

Áreas estratégicas	Resultado	Resultados
Área estratégica 1: Desenvolvimento Humano, Social e Equitativo	RESULTADO 1.1: SAÚDE	Até 2019, Angola reduziu a morbilidade e mortalidade materno-infantil, a taxa de mortalidade da sua população, os factores de risco para a saúde dos adolescentes e as doenças não transmissíveis.
	RESULTADO 1.2: EDUCAÇÃO	Até 2019, Angola alcançou melhores condições para o acesso à educação infantil, pré-escolar e primária de

Áreas estratégicas	Resultado	Resultados
		qualidade, incluindo de crianças vulneráveis e A aprendizagem ao longo da vida.
	RESULTADO 1.3: PROTECÇÃO SOCIAL	Até 2019, Angola expandiu substancialmente a assistência social às famílias vulneráveis.
Área estratégica 2: Estado de Direito e Coesão Nacional	RESULTADO 2.1: BOA GOVERNAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	Até 2019, os cidadãos participam activamente na vida pública e as instituições e as instituições públicas e organizações são modernizadas para fornecer serviços eficientes e de fácil acesso, com base em critérios de boa governação.
	RESULTADO 2.2: ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	Até 2019, as instituições nacionais são fortalecidas no seu papel de promoção e protecção dos direitos humanos, garantindo o conhecimento e o acesso à lei e aos serviços de justiça aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis.
Área estratégica 3: Crescimento Económico Sustentável e Inclusivo	RESULTADO 3.1: CRESCIMENTO INCLUSIVO, DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA, PRODUÇÃO E CIAÇÃO DE EMPREGO	Até 2019, Angola possui e está a implementar políticas e estratégias para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável para permitir que Angola deixe o grupo de países menos avançados.
	RESULTADO 3.2: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇA CLIMÁTICA E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	Até 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria na gestão de energia, recursos naturais, acesso a tecnologias verdes, estratégias para a mudança climática, a conservação da biodiversidade e planos e sistemas de redução de riscos e desastres.

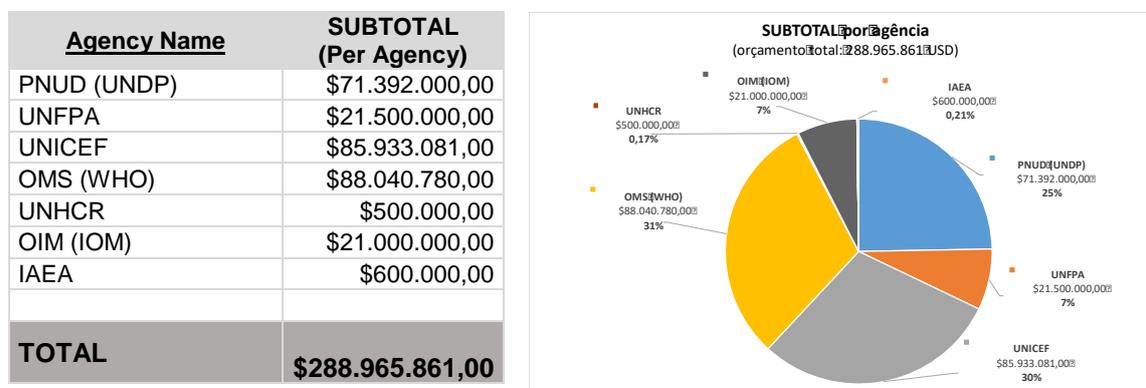
A elaboração do UNPAF concretizou-se em 7 etapas principais: i) o mapeamento do processo de elaboração do UNPAF; ii) a organização das sessões de formação sobre o UNPAF, que visavam essencialmente os membros dos grupos temáticos sectoriais criados para a elaboração do UNDAF 2015-2019 e permitiram aos participantes melhorar os seus conhecimentos e as suas aptidões sobre o processo de elaboração do UNPAF; iii) na sequência das sessões de formação, os grupos temáticos fizeram a análise complementar ao PND 2013-2017, no âmbito da Análise Comum de País (ACP-CCA), o que permitiu identificar os desafios de desenvolvimento do país para os quais o SNU em Angola poderia contribuir. Os grupos temáticos beneficiaram das contribuições do Governo, dos parceiros de desenvolvimento, da sociedade civil e do sector privado; iv) as consultas sectoriais com o Governo culminaram com a organização, em estreita colaboração com o Governo, de um seminário técnico de Planificação Estratégica que registou grande participação dos representantes dos vários

Ministérios. Esse encontro foi marcado por discussões centradas nas prioridades nacionais e na contribuição esperada do SNU para a sua realização efectiva. No final das discussões, o SNU definiu os principais meios através dos quais deveria contribuir para a realização das prioridades nacionais. As conclusões e recomendações do seminário, foram apresentadas aos representantes institucionais do Governo Angolano que os valorizaram com os seus subsídios e os validaram de uma forma geral; v) as consultas com o Sector Privado e com as Organizações da Sociedade Civil permitiram consolidar a perspectiva sobre as áreas prioritárias para a cooperação entre o SNU e o Governo de Angola; vi) esta fase incluiu a elaboração da matriz de resultados e a concepção do dispositivo de seguimento e avaliação (mecanismos, ferramentas e calendário de avaliação), bem como a redacção do documento do UNPAF e a sua revisão por um comité de leitura; vii) a organização de uma sessão de trabalho para a validação do documento do UNPAF com representantes do Governo a nível político.

2.2.1 Estrutura Financeira

De acordo com o UNPAF 2015-2019, na secção 3, “Estimativa dos recursos necessários”, as agências do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas destinaram 250 milhões de dólares como recursos catalíticos para implementar o UNPAF. No entanto analisando a Matriz de Resultados, em que cada Área Estratégica é apresentada, com todos os seus resultados e indicadores e as agências envolvidas, os recursos indicativos descritos são os seguintes:

Figura 1: Recursos Indicativos UNPAF 2015-2017 por Agência



Fonte: elaborado a partir do UNPAF 2015-2019

Como se pode ver, o montante total de recursos indicativos aumentou para US \$ 288 milhões, principalmente para a OMS, UNICEF e PNUD, seguidos pelo UNFPA e OIM. Em relação a cada uma das Áreas Estratégicas, os recursos indicativos foram alocados como segue (recursos planeados inicialmente e não implementados):

Tabela 1: Recursos planeados UNPAF 2015-2017 por Área Estratégica & Resultado

Orçamento planeado	MATRIZ DE RESULTADOS DO UNPAF 2015-2019							SUBTOTAL (por agência)
	Área Estratégica de Intervenção 1: Desenvolvimento Humano, Social e Equitativo			Área Estratégica de Intervenção 2: Estado de Direito e Coesão Nacional		Área Estratégica de Intervenção 3: Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo		
Nome da Agência	Resultado 1.1: Saúde	Resultado 1.2: Educação	Resultado 1.3: Protecção Social	Resultado 2.1: Boa governação, Participação, Descentralização e Instituições Democráticas	Resultado 2.2: Acesso à Justiça e Direitos Humanos	Resultado 3.1: Crescimento Económico, Diversificação e Produção e Criação de Emprego	Resultado 3.2: Sustentabilidade Ambiental, Mudança Climática e Redução de Riscos e Desastres	
PNUD (UNDP)	\$25.700.000,00		\$2.200.000,00	\$6.166.000,00	\$1.500.000,00	\$6.326.000,00	\$29.500.000,00	\$71.392.000,00
FNUPA (UNFPA)	\$14.000.000,00			\$7.500.000,00				\$21.500.000,00
UNICEF	\$30.148.438,00	\$7.382.014,00	\$30.320.956,00		\$18.081.673,00			\$85.933.081,00
OMS (WHO)	\$88.040.780,00							\$88.040.780,00
FAO								\$-
ONUSIDA								\$-
UNESCO								\$-
UNHCR					\$500.000,00			\$500.000,00
OIM (IOM)	\$4.000.000,00				\$11.500.000,00		\$5.500.000,00	\$21.000.000,00
UN Habitat								\$-
OCHA								\$-
UNISDR								\$-
UNEP								\$-
IAEA	\$600.000,00							\$600.000,00
UNIDO								\$-
OIT (ILO)								\$-
CNUCED								\$-
OHCHR								\$-
UNWOMEN								\$-
UNODC								\$-
FIDA (FAD)								\$-
SUBTOTAL (por resultado)	\$162.489.218,00	\$7.382.014,00	\$32.520.956,00	\$13.666.000,00	\$31.581.673,00	\$6.326.000,00	\$35.000.000,00	
SUBTOTAL (por área estratégica)			\$202.392.188,00		\$45.247.673,00		\$41.326.000,00	
TOTAL							\$288.965.861,00	\$288.965.861,00

Fonte: elaborado a partir do UNPAF 2015-2019

A Área Estratégica 1: Desenvolvimento Humano, Social e equitativo, com mais de US \$ 200 milhões, representa 71% dos recursos indicativos previstos no UNPAF. As outras duas Áreas Estratégicas, 2 e 3 representam os restantes 15% e 14% do orçamento estimado, respectivamente. No capítulo deste documento que analisa a eficiência, mais detalhes são oferecidos sobre a estrutura financeira.

3 METODOLOGIA

O quadro metodológico para a realização desta avaliação externa e independente do UNPAF de Angola baseou-se nas *Normas e padrões de Avaliação do Grupo de Avaliação das Nações Unidas* (UNEG) e no *Glossário de Termos-Chave da OCDE em Avaliação e Gestão Baseada em Resultados* (2002), bem como nas directrizes de avaliação do UNDAF.

Além disso, a equipa de avaliação seguiu as normas e padrões das NU:

- Padrões de Avaliação do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) para o Sistema das Nações Unidas;
- Normas de Avaliação do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) no Sistema das Nações Unidas (incluindo imparcialidade, independência, qualidade, transparência, processo consultivo);
- Directrizes Éticas para Avaliações das NU.

A avaliação incorporou uma perspectiva baseada em Direitos Humanos e Género.

Esta avaliação do UNPAF, feita na segunda metade do ciclo do UNPAF, visou obter resultados que permitiram recolher informação para compreender as forças, fraquezas, oportunidades e lições aprendidas. Entende-se o processo de avaliação como uma recolha sistemática de informações sobre as actividades, características e resultados de um programa específico para determinar o seu mérito ou valor. Se um programa é considerado de mérito, também é importante determinar se ele compensa o seu custo. A avaliação forneceu informações fiáveis para melhorar os programas, identificar as lições aprendidas e informar sobre a futura alocação de recursos.

3.1 A abordagem da avaliação

Os programas de desenvolvimento são um tipo de objecto complexos de avaliação. Além dos critérios de avaliação (Relevância, Impacto, Eficiência, Eficácia, Sustentabilidade) entendeu-se que a avaliação compreende uma abordagem-chave: a Teoria da Mudança (ToC). Uma teoria da mudança explica como as actividades são entendidas para produzir uma série de resultados que contribuem para alcançar os impactos finais pretendidos²³.

O primeiro a sinalar é que a Teoria da Mudança não foi usada no desenho do UNPAF 2015-2019, nem indicadores que vinculem os outcomes com os impactos esperados. No entanto, ainda é curto o espaço de tempo de implementação do programa (início em 2015) para avaliar as mudanças sociais e não há dados actualizados que permitam medir o impacto neste período. Há a registar importantes mudanças no contexto do país e das premissas que não foram feitas no início do UNPAF: crise económica, emergências humanitárias (refugiados da RDC, seca, cólera), mudança política.

Por estes factores, a análise de impacto vê-se limitada e não se pode verificar a atribuição dos resultados ao programa. Contudo, foi feita uma tentativa para avaliar a

² Theory of Change. Unite Nations, 2016.

³ <https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/qcpr/theory-of-change-summary-paper.pdf>

contribuição do UNPAF para o desenvolvimento do país e a tendência das mudanças que estão a ocorrer, partindo de uma abordagem da Teoria da Mudança.

Programas complexos, como é o caso do UNPAF, podem ter múltiplas vias causais paralelas ou complementares, isto é, formas alternativas de alcançar resultados. Eles podem ser programas multi-níveis com camadas locais, regionais, nacionais ou internacionais. Programas complexos têm uma característica principal, isto é, propriedades emergentes onde objectivos precisos e estratégias de implementação são desenvolvidos durante a implementação à medida que oportunidades específicas se desenvolvem. Embora os objectivos gerais do projeto possam ser claros, espera-se que as actividades específicas e os caminhos causais evoluam durante a implementação. Isso permite que os programas aproveitem as oportunidades emergentes e aprendam com as dificuldades.

Esse tipo de programa exige uma avaliação flexível da teoria da mudança. Nesse tipo de avaliação, deve ser desenvolvido um modelo inicial e usado para orientar o planeamento e a implementação de um programa. No entanto, a teoria é revista conforme os planos mudam. Nesse contexto, o primeiro passo é ter clareza sobre o que o programa quer produzir por meio de sua iniciativa. O próximo passo é pensar em todas as pré-condições – as diversas peças ou requisitos - que devem existir para atingir o seu objectivo de longo prazo.

A essência da Teoria da Mudança é focar nos resultados e mudanças sociais alcançados, pelo que, dado o curto tempo para avaliar as mudanças sociais de implementação do UNDAF, a sua aplicação é um pouco limitada. A avaliação deve-se concentrar na direcção das mudanças que estão a ocorrer.

A teoria da mudança resume o modo como o impacto e os resultados serão alcançados em cada um dos resultados do programa. O impacto deste trabalho, consistente com as ferramentas de gestão baseadas em resultados, deve ser medido através de um conjunto de indicadores de impacto que acompanham as mudanças em curso. Para tal, é necessário formular o modelo teórico que inspirou a estratégia do Programa em cada resultado / resultado esperado.

Assim, a partir da definição de produtos e indicadores associados, a teoria da mudança identifica os componentes do modelo como hipóteses ou suposições com os seus mecanismos e condições de intervenção. Exemplos de mecanismos de intervenção no domínio dos programas de desenvolvimento são:

- Desenvolvimento de capacidade;
- Geração de evidências, diálogo sobre políticas e advocacia;
- Parcerias;
- Cooperação Sul-Sul e triangular;
- Identificação e promoção de inovação;
- Apoio à integração e interligações intersectoriais;
- Prestação de serviços.

Como o UNDAF não foi elaborado a partir da Teoria da Mudança, os consultores aplicaram alguns pressupostos a serem testados na implementação do programa são. Seguem alguns exemplos:

- Os recursos utilizados não desaparecem inteiramente;
- O apoio político às questões cobertas pelos resultados não desaparece;
- Os governos comprometem-se a agir para remover barreiras e constrangimentos;
- As mudanças políticas não envolvem todas as regiões nem uma determinada região de forma total;
- São preparadas estratégias de saída das agências.

Para realizar a análise aplicando a Teoria da Mudança, os componentes do modelo devem ser identificados como uma hipótese ou lógica programática com os mecanismos de intervenção e os pressupostos. A premissa é que a aplicação de determinados mecanismos às variáveis independentes (X) alcançaria o efeito sobre a variável dependente (Y)⁴, levando em consideração certas premissas que podem gerar efeitos inesperados. A fim de conhecer o efeito produzido nas variáveis dependentes, será importante ter alguns indicadores sobre essas variáveis e sua linha de base.

Figura 2: Exemplo de uma estrutura teórica de intervenção de TM



Os elementos do modelo de lógica do programa, que a equipa de avaliação analisou no início do projecto, incluíram:

- ✓ **Premissas e contexto** – referem-se aos factores sociais, políticos e económicos que existem nas áreas em que os programas estão a ser implementados e a influência destes sobre o potencial sucesso dos programas. As suposições estabelecidas baseiam-se num entendimento completo dos factores contextuais, bem como em teorias e conhecimento baseado em evidências que podem estar disponíveis em políticas ou programas similares nas mesmas áreas.

⁴ Variável independente: é aquela que é fator determinante para que ocorra um determinado resultado; é a condição ou causa para um determinado efeito ou consequência; é o estímulo que condiciona uma resposta. Variável dependente: é aquele fator ou propriedade que é efeito, resultado, consequência ou resposta de algo que foi estimulado; não é manipulada, mas é o efeito observado como resultado da manipulação da variável independente.

- ✓ **Identificação do problema** – descreve a natureza e a extensão do problema que precisa ser abordado. Esta é uma questão fundamental sobre a qual o estado do problema será revisto.
- ✓ **Inputs, actividades, produtos, resultados, impactos.** identifica os contributos necessários para implementar as actividades dos programas, descrevendo as actividades em si e, em seguida, os resultados imediatos. Além disso, os resultados imediatos pretendem levar a resultados gerais que, por sua vez, pretendem gerar impactos.

3.2 Processo de Avaliação

Os consultores propuseram-se implementar o projecto em três fases. Cada uma das fases com as respectivas actividades e produtos específicos está descrita em detalhe. Ao longo das fases de implementação, a equipa de avaliação garantiu a qualidade dos processos e produtos de acordo com os requisitos de TdR e padrões internacionais de avaliação, estabelecendo directrizes e mecanismos claros e transparentes para todos os membros da equipa, bem como canais de comunicação constante com o Gabinete do Coordenador Residente das NU - Angola.

FASE 1: Relatório Preliminar

Objectivos

Esta fase estabeleceu as bases da implementação do processo e permitiu discutir e definir conjuntamente o âmbito e o fundamento metodológico da avaliação. O processo inicial foi participativo e incluiu reuniões regulares online, por telefone ou presenciais com o responsável de avaliação. A fase inicial incluiu:

Actividade 1.1 Reunião de lançamento

Antes do início das actividades de implementação do projecto, os consultores realizaram uma reunião inicial com o Responsável de Avaliação do Escritório do Coordenador Residente das NU em Angola. Esta reunião serviu para entender melhor os objectivos e o âmbito da avaliação, esclarecer quaisquer dúvidas de ambos os lados em relação à designação e sua implementação, e estabelecer uma abordagem transparente e colaborativa entre a equipa de avaliação e o escritório do CR.

Entre outros, os seguintes aspectos foram discutidos:

- ✓ Equipa do projecto: apresentação dos membros da equipa de avaliação e o papel de cada membro da equipa.
- ✓ Abordagem da avaliação: definição das principais fases e componentes da avaliação, com base na metodologia proposta.
- ✓ Questões da avaliação: revisão preliminar conjunta de todas as questões e pressupostos de avaliação, esclarecimento de dúvidas.
- ✓ Informações e dados básicos: visão geral preliminar da documentação disponível e pertinente do UNPAF e do tipo e quantidade de dados disponíveis;

actividades de monitoria e avaliação; discussão sobre o âmbito da recolha de dados necessários para a avaliação final.

- ✓ Produtos: clarificação sobre quais os produtos esperados da avaliação para que não hajam mal-entendidos sobre o que será produzido.

Actividade 1.2: Revisão de documentos e análise dos parceiros

A equipa de avaliação procedeu à revisão da principal documentação estratégica disponível do UNPAF. Os parceiros de implementação forneceram aos consultores também documentos relevantes sobre parcerias e programas, bem como uma visão geral detalhada de todos os programas executados pelos parceiros.

Além disso, a equipa de avaliação implementou a sua própria pesquisa para identificar e rever quaisquer outros documentos ou informações que pudessem estar disponíveis online e ser úteis para a avaliação.

A revisão de documentos relevantes, bem como informações sobre os principais contactos dos parceiros de implementação, permitiram um mapeamento detalhado dos parceiros do UNPAF. Entre outras, esta lista de parceiros incluiu:

- ✓ Parceiros relevantes na implementação
- ✓ Parceiros relevantes entre as autoridades nacionais e locais
- ✓ Agências parceiras: ONGs, agências internacionais, conforme apropriado

A lista de parceiros do UNPAF incluiu um conjunto de critérios, como programa, tipo de parte interessada, organização, cargo e função dentro do programa. O mapeamento das partes interessadas serviu para identificar todas as fontes de informação relevantes para a avaliação e para realizar uma avaliação preliminar do âmbito da recolha de dados no campo, com base no número e localização das partes interessadas identificadas, uma classificação dos tipos de partes interessadas e uma priorização de informantes-chave.

Actividade 1.3: Elaboração e aperfeiçoamento das matrizes de avaliação

Os critérios do padrão de avaliação foram traduzidos em questões de avaliação, otimizando assim o foco e a utilidade da avaliação. Os consultores levaram em conta as questões propostas no documento TdR e fizeram alguns ajustamentos.

As matrizes de avaliação ajudaram a identificar os pressupostos, indicadores, fontes de informação e métodos e ferramentas para a recolha de dados, como segue:

- ✓ *Pressupostos de avaliação*: pressupostos subjacentes a cada pergunta de avaliação que ajudaram a especificar no que os avaliadores deviam focar e o que deviam verificar precisamente ao tentar responder a cada pergunta de avaliação
- ✓ *Indicadores*: definição dos indicadores específicos que informaram os elementos listados na coluna "hipóteses a avaliar"
- ✓ *Fontes de informação*: lista de fontes que forneceram os dados e informações necessários que foram analisados para responder às perguntas

- ✓ *Métodos e ferramentas para recolha de dados:* métodos quantitativos e qualitativos e ferramentas para recolher informações para cada questão de avaliação

As matrizes de avaliação foram usadas como “documentos vivos” e foram preenchidas com todos os dados e informações relevantes recolhidos durante a pesquisa documental e a fase de campo relacionada com as premissas a ser avaliadas e seus indicadores relacionados.

Foram desenvolvidas questões durante a fase de iniciação da avaliação. A equipa de consultores garantiu a inclusão de indicadores sensíveis ao género quando estes estavam ausentes.

Actividade 1.4: Desenvolvimento de métodos e instrumentos de recolha de dados

A matriz de avaliação e o mapeamento das partes interessadas foram os principais resultados da análise documental e da análise preliminar que permitiram aos consultores projectar a metodologia, ou seja, escolher um enfoque adequado, desenvolver métodos de recolha de dados e projectar os instrumentos de pesquisa de campo.

A equipa de avaliação considerou diferentes métodos de avaliação para responder as Normas de Qualidade para Avaliação do Desenvolvimento da OCDE-DAC, e também às normas e padrões relacionados a Direitos Humanos e Género da OCDE. A equipa implementou métodos qualitativos e quantitativos rigorosos que foram usados para analisar e examinar dados, causalidade e factores de influência contextual, quando possível.

Para a avaliação, seleccionaram-se as tres principais ferramentas para a coleta de informação que aportam fortalezas gerais para o contexto de Angola. A continuação segue uma análise de fortalezas e debilidades:

Tabela 2: Métodos de recolha de dados

Métodos de coleta de dados	Fortalezas	Debilidades
Entrevistas semi-estruturadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Permite uma aproximação total às perguntas avaliação estabelecidas na matriz de avaliação. - Permite improvisação, sem perder a estrutura geral da entrevista. - Permite a discussão de questões sensíveis ou complexas de forma mais privada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leva tempo, tanto para agendar a entrevista como para se deslocar, e fazê-lo permitindo que o entrevistado responda a todas as perguntas planejadas. - As declarações e os dados coletados devem ser contrastados, pois podem refletir preferências individuais tendenciosas.

Métodos de coleta de dados	Fortalezas	Debilidades
	<ul style="list-style-type: none"> - Permite que os atores se expressem sem a preocupação de responder às expectativas das principais posições hierárquicas. 	
Focus Groups	<ul style="list-style-type: none"> - Permite solicitar informações e receber feedback de vários atores ao mesmo tempo. - Permite observar a interação dos diferentes membros do grupo e quais opiniões têm maior apoio. - Permite a geração de visões opostas e o levantamento de possíveis fontes secundárias de informação desconhecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Requer um esforço logístico importante anterior para chegar a um consenso e convocar um local e data específicos que permitam a participação de todos os convidados. - A liberdade de expressão de um dos membros pode ser limitada dependendo da dinâmica e das relações que eles têm com o resto dos participantes.
Inquéritos	<ul style="list-style-type: none"> - Muito eficiente em termos do tempo necessário, tanto para projetar a ferramenta quanto para elevar as informações. - Pode ser distribuído para um grande número de atores envolvidos no Programa. - Permite conhecer informações quantitativas e qualitativas diretamente dos beneficiários. - Permite resolver o problema das distâncias e deslocamentos para contatar beneficiários em um país grande como Angola. 	<ul style="list-style-type: none"> - A taxa de resposta das dos entrevistados normalmente é baixa. - O nº de questões a realizar é limitado. - As perguntas devem ser colocadas da maneira mais simples possível para evitar mal-entendidos por parte do leitor.

A equipa de avaliação garantiu que todos os métodos de recolha de dados incluiu um enfoque de género, princípios de Direitos Humanos e fossem adequados à cultura, idade e contexto.

Instrumentos de recolha de dados

Foram elaborados instrumentos para recolha de dados com cada grupo de partes interessadas. Os instrumentos de recolha de dados foram projectados para capturar dados qualitativos e quantitativos e para garantir objectividade e consistência com os objectivos da avaliação, com os diferentes níveis de análise, as necessidades de informação e os tipos de partes interessadas. Os instrumentos foram baseados nas questões gerais de avaliação, que por sua vez foram traduzidas em questões específicas para avaliar a implementação e os resultados.

Sempre que possível, entrevistas e grupos focais foram gravados em áudio ou vídeo, a fim de facilitar o processamento e a análise da informação. Quando os participantes/entrevistados não deram o seu consentimento para a gravação, os consultores contaram com anotações detalhadas para capturar os dados relevantes.

Assim que os métodos e instrumentos adequados foram definidos e aprovados pelo RCO, os consultores prepararam directrizes para a recolha de dados no campo, a fim de garantir uma recolha de dados homogénea em diferentes locais, bem como os mais altos padrões de qualidade para recolha e processamento de dados. Da mesma forma, os modelos de arquivo de dados para processar as informações recolhidas foram criados para garantir que todos os dados fossem tratados da mesma maneira e para garantir que os conjuntos de dados fossem comparáveis em diferentes locais.

Para el desarrollo de la evaluación, se han seleccionado tres herramientas principales para el levantamiento de la información que aportaban fortalezas generales, y también específicas al contexto país de Angola. El análisis de fortalezas y debilidades de estas herramientas se muestra a continuación:

Actividade 1.5: Elaboração do relatório preliminar

Como resultado da Fase 1 (Actividades 1-4), os consultores elaboraram um relatório inicial. O relatório preliminar formou a base para o processo de avaliação e abrangeu questões de avaliação e interpretações de questões de avaliação, apresentou a metodologia, métodos para a recolha e análise de dados; bem como o desenho completo da avaliação e foi aprovado pelo RCO. Foi feita uma distinção clara entre a abordagem de avaliação/metodologia e os métodos de recolha de dados. Foram apresentados um tempo específico e plano de trabalho para o restante processo de avaliação, que também atenderam à necessidade de criar espaço para reflexão e aprendizagem entre os utilizadores identificados da avaliação.

Produto 1: Relatório Preliminar

FASE 2: Recolha de dados e trabalho de terreno

Objectivos

Durante essa fase, os consultores conduziram uma análise profunda de todos os documentos disponíveis e recolheram os dados primários necessários dos diferentes interessados.

Actividade 2.1: Preparações logísticas de visitas de campo

A preparação para visitas de campo foi planeada em conjunto com o responsável de avaliação do RCO e parceiros. A experiência anterior de outros projectos mostrou que seria mais importante estabelecer um bom contacto com a amostra de partes interessadas seleccionadas para a recolha de dados e criar um relacionamento fiável, já que a colaboração da organização ou do indivíduo é crucial para uma recolha de dados bem-sucedida. Normalmente, uma avaliação significa carga de trabalho extra para a equipa de uma organização e há certa relutância em enviar informações internas. Por esse motivo, o contacto foi estabelecido o mais cedo possível.

O processo de avaliação foi transparente e participativo desde o início, a fim de envolver diferentes partes interessadas.

Actividade 2.2 Recolha de dados quantitativos e qualitativos

Durante a fase de campo, a equipa de avaliação utilizou instrumentos de pesquisa validados para recolhar e analisar os dados relevantes, com a observação rigorosa dos métodos e parâmetros definidos na Fase 1, que garantiram qualidade, consistência e relevância para a avaliação. Levou em conta as questões de avaliação (com os correspondentes “pressupostos a serem avaliados” e fontes de informação na matriz de avaliação), o orçamento disponível, o prazo, a disponibilidade de dados e o tipo de dados disponíveis (quantitativo, qualitativo, primário e secundário).

Durante as entrevistas, os consultores reuniram informações quantitativas e qualitativas através dos diferentes métodos que foram desenhados e validados nas fases e actividades anteriores, utilizando os instrumentos planeados, sendo fiéis aos princípios e parâmetros para garantir a qualidade, relevância e uso pretendido dos resultados da avaliação.

A metodologia de avaliação previu a aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas. Para determinar os tipos de dados necessários, foi importante descobrir o que as partes interessadas querem saber sobre o programa e também como os dados serão usados para avaliação.

A metodologia de avaliação baseou-se na utilização e aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas.

Trabalho Quantitativo

O trabalho quantitativo centrou-se na análise dos dados fornecidos pelas contrapartes, especialmente através da revisão do documento sobre os resultados do programa, e teve lugar em diferentes fases do processo:

- ✓ Verificação de dados e preparação para análise.
- ✓ Análise inicial baseada na documentação de referência.
- ✓ Análise adicional baseada na recolha de dados no campo.
- ✓ Integração e síntese dos resultados.

A análise inicial foi feita para gerar informações para documentar as questões levantadas na avaliação e para fins de prestação de contas. Quando a **análise de dados** foi concluída, o passo seguinte foi seleccionar e integrar informações e dados obtidos a partir dos resultados, o que forneceu a base para os relatórios de avaliação. Este método foi usado para orientar o processo de selecção e exibir todas as informações necessárias para suportar cada conclusão, ou seja, o indicador no qual foi baseado. Por outro lado, quando alguns factos interessantes são identificados e não foram incluídos nas perguntas de avaliação originais, eles foram incluídos nos relatórios como uma forma de ajudar os futuros tomadores de decisão a entender ou investigar novas formas de trabalhar.

Trabalho Qualitativo

Para a análise qualitativa, os principais instrumentos metodológicos utilizados foram os seguintes:

- **Revisão documental.** útil em vista de:
 - ✓ Entender o contexto do país e o UNPAF
 - ✓ Identificar a amostra de partes interessadas
 - ✓ Recolha de dados secundários
 - ✓ Identificar perguntas específicas da entrevista
 - ✓ Completar a matriz de avaliação
 - ✓ Validação e cruzamento de resultados preliminares (triangulação)

- **Principais entrevistas individuais.** Uma grande parte do acesso dos avaliadores a informações de alto valor dependeu de entrevistas aos principais indivíduos relacionados com o UNPAF. Uma entrevista é uma ferramenta de recolha de dados usada para:
 - ✓ Confirmar ou verificar os factos apreendidos na documentação ou em outras entrevistas;
 - ✓ Recolher novos dados para complementar a revisão documental;
 - ✓ Recolher opiniões, percepções e análises de um número razoável de partes interessadas variadas.

Os três tipos principais de entrevista que podem ser usados durante o processo de avaliação são: estruturadas, semi-estruturadas e não estruturadas. Para esta avaliação, foram usados dois tipos:

- ✓ **Entrevista semi-estruturada**, baseada num guião de entrevista listando os principais tópicos a serem tratados e sua ordem ideal. Ao contrário da entrevista estruturada, as questões permanecem abertas e o entrevistador não segue necessariamente a ordem predeterminada. Permite a improvisação, mantendo o controle dos principais assuntos a serem tratados.
 - ✓ **Entrevista não-estruturada ou aberta**, que consiste numa conversa informal sobre um tópico(s). Não requer perguntas predefinidas. Fornece flexibilidade ao entrevistador sobre como liderar a conversa. Permite empatia e compreensão mútua com vista a facilitar o intercâmbio de informações. Entrevistas não-estruturadas são usadas em situações em que o avaliador deseja explorar a opinião dos entrevistados de uma maneira totalmente aberta.
- **Grupos focais:** discussões em grupo focais são uma abordagem estruturada para recolher dados qualitativos de um pequeno grupo de pessoas de uma população-alvo específica. Os participantes são questionados por um facilitador treinado, que incentiva uma discussão sincera e aberta das suas atitudes e opiniões. O facilitador também incentiva os participantes a interagir e responder a outros membros do grupo para gerar ideias adicionais. Os grupos focais geralmente são limitados no tempo e os participantes não têm a oportunidade de acompanhar a discussão.
- **Micro-inquéritos estruturados.** No início do projecto, a equipa de avaliação avaliou a possibilidade de aplicar o micro-inquérito a todas ou algumas partes interessadas. Este instrumento, utilizado junto de parceiros das NU em Angola, permitiu recolher informações quantitativas de grandes grupos de interessados, dependendo da sua acessibilidade e disponibilidade. O inquérito ajudou a avaliar a capacidade percebida do UNPAF de contribuir para os resultados definidos. Os micro-inquéritos são confidenciais e anónimos, para encorajar o fornecimento de feedback honesto pelos parceiros.

Foi feita uma amostragem e priorização dos principais actores, juntamente com o RCO.

Esta Avaliação do UNPAF foi desenvolvida de forma a permitir o cumprimento dos seguintes **critérios de avaliação**:

- **Relevância:** de uma maneira que permita avaliar a contribuição do Sistema das Nações Unidas para os objectivos do NDP e da Estratégia Angola 2025 através dos resultados do UNPAF.

- **Impacto:** para avaliar o impacto do UNPAF, na medida do possível, sobre a vida das pessoas vulneráveis e avaliar o desenho e foco do UNPAF.
- **Eficácia:** para avaliar o nível de realização dos resultados esperados.
- **Eficiência:** para avaliar até que ponto os produtos e os resultados foram alcançados com a quantidade apropriada de recursos.
- **Sustentabilidade:** para avaliar a probabilidade de que os benefícios do programa do país continuem após o término do financiamento e o fechamento das intervenções correspondentes.

Para todos esses critérios, a equipa de avaliação aplicará dimensões / perguntas transversais, integrados em el análisis de los criterios previos:

- **Coordenação NU & princípios DaO:** em que grau os princípios DaO foram aplicados na implementação? A coordenação da ONU reduziu os custos de transação e aumentou a eficiência da implementação do UNPAF? Até que ponto o UNPAF criou sinergias reais entre as agências e envolveu esforços conjuntos para otimizar os resultados e evitar duplicações?
- **UNPAF Programming principles:** para avaliar até que ponto o UNPAF utilizou e promoveu os padrões e princípios de direitos humanos e igualdade de género para alcançar seus objetivos.

A matriz completa se encontra no anexo.

Actividade 2.3 Revisão e análise de dados

Foram planeadas etapas diferentes para o processamento de dados:

- a) Os **dados qualitativos** foram primeiramente analisados qualitativamente e depois organizados e mostrados em tabelas adequadas que favorecem a categorização e a compreensão. As tabelas mostram o nível de análise, a fonte de dados, o tipo de participantes/beneficiários que geraram os dados, os tópicos tratados, a abordagem dada e as principais categorias analíticas nas quais eles podem ser colocados.
- b) Os **dados quantitativos** foram processados em formatos quantitativos adequados, tendo sido previamente colocados em modelos de processamento de dados que permitiram a agregação de dados, a análise e a geração de gráficos para facilitar a interpretação e a compreensão.

As matrizes concluídas permitiram que a equipa de avaliação garantisse a comparabilidade dos dados entre as partes interessadas e uma análise de dados homogénea. Os dados qualitativos e quantitativos informam-se mutuamente, reforçam e triangulam os resultados da avaliação e reforçam os resultados pretendidos da avaliação.

A figura seguinte a seguir ilustra um exemplo do processamento de dados na matriz de avaliação:

Figura 3: Exemplo de processamento de dados na matriz de avaliação

Questão de avaliação “x”: Até que ponto o UNPAF 2015-2019 foi concebido como um quadro orientado para os resultados, coerente e focalizado?				
Premisas	Indicadores	Fontes de informação	Métodos para a coleta de informação	Dados coletados

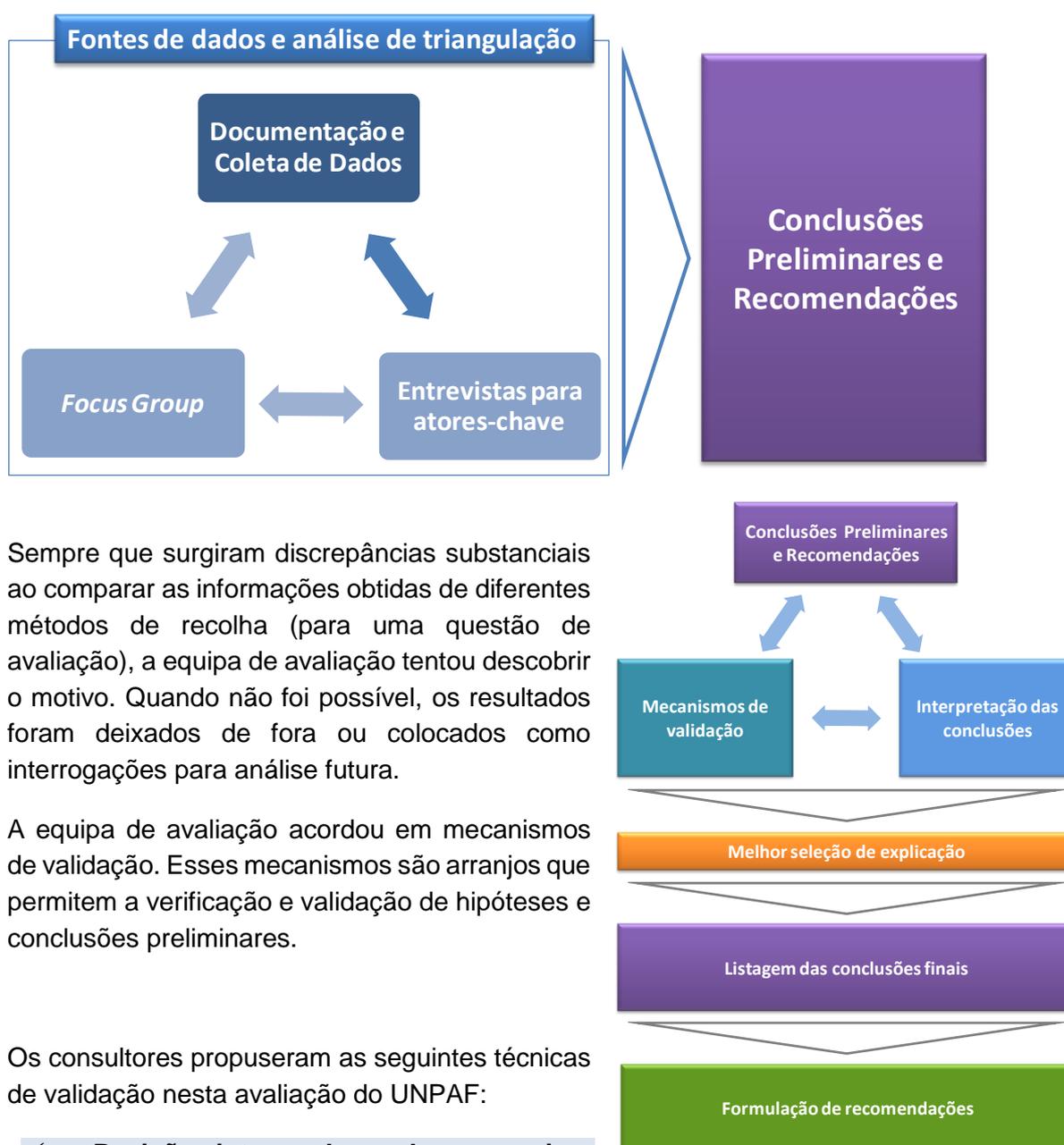


Os consultores analisaram os dados recolhidos e compararam-nos com as informações obtidas na revisão documental para validar os resultados preliminares. Após o processamento dos dados, a equipa de avaliação procedeu a uma análise profunda de todos os dados quantitativos e qualitativos incorporados em cada categoria e da matriz de avaliação global.

Actividade 2.4 Mecanismos de Revisão de Garantia de Qualidade Técnica

Para reforçar a credibilidade e validade das evidências, julgamentos e conclusões obtidos, a equipa de avaliação utilizou técnicas de triangulação para garantir a qualidade técnica. A triangulação implica uma dupla ou tripla verificação dos resultados da análise de dados através da comparação cruzada das informações obtidas através de cada método de recolha de dados (estudo documental, entrevistas individuais, grupos de discussão, grupos focais). Os avaliadores também compararam os resultados obtidos por meio de diferentes fontes de dados - ou seja, compararam os resultados obtidos de entrevistas com funcionários do governo com aqueles obtidos de beneficiários ou de dados estatísticos.

Figura 4: Técnicas de Triangulação



Sempre que surgiram discrepâncias substanciais ao comparar as informações obtidas de diferentes métodos de recolha (para uma questão de avaliação), a equipa de avaliação tentou descobrir o motivo. Quando não foi possível, os resultados foram deixados de fora ou colocados como interrogações para análise futura.

A equipa de avaliação acordou em mecanismos de validação. Esses mecanismos são arranjos que permitem a verificação e validação de hipóteses e conclusões preliminares.

Os consultores propuseram as seguintes técnicas de validação nesta avaliação do UNPAF:

- ✓ **Revisões internas baseadas em equipa:** convocação de uma série de reuniões internas da equipa durante as fases de recolha e análise de dados para partilhar e discutir descobertas preliminares/conclusões, hipóteses e evidências entre os membros da equipa de avaliação. Partilhar e discutir a validade dos resultados preliminares e suas evidências de apoio para cada área de enfoque constitui um processo de validação.
- ✓ **Apresentar e discutir descobertas preliminares numa reunião de validação.** Esta apresentação aconteceu num workshop. As conclusões e recomendações preliminares foram apresentadas e depois discutidas e revistas pelos avaliadores após a apresentação.

FASE 3: Fase de relatório final

Objectivos

A análise dos dados resultou na elaboração do produto principal: relatório final de avaliação do UNPAF.

Actividade 3.1: Elaboração do relatório final e resumo executivo

Com base nos comentários e sugestões recebidos das agências do sistema das Nações Unidas e das partes interessadas governamentais e não-governamentais, a equipa de avaliação ajustará e redigirá o relatório final. Os consultores manterão uma prática de auditoria dos comentários recebidos e fornecerão uma resposta sobre como os comentários foram abordados no esboço revisto.

Produto 3: Relatório Final de Avaliação do UNDAF

3.3 Parceiros do UNPAF

Lista das principais partes interessadas relacionadas com as áreas estratégicas e resultados do UNPAF, segundo o documento assinado do UNPAF

Governo e Ministérios

Name	ÁREA ESTRATÉGICA #1			ÁREA ESTRATÉGICA #2		ÁREA ESTRATÉGICA #3	
	R 1.1	R 1.2	R 1.3	R 2.1	R 2.2	R 3.1	R 3.2
Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial							
INE							
Ministério do Ambiente							
Ministério da Agricultura							
Ministério da Administração do Território							
Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)							
Ministério do Comércio							
Ministério da Economia (e Planeamento)							
Ministério da Educação							
Ministério do Ensino Superior							
Ministério da Energia e Águas							
Ministério da Família e Promoção da Mulher							
Ministério da Indústria							
Ministério do Interior							
Servico Nacional de Proteção Civil							
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos							
Provedoria de Justiça							
Ministério da Juventude e Desportos							
Ministério das Finanças							
Ministério da Hotelaria e Turismo							
Ministério da Assistência e Reinserção Social							
Ministério dos Transportes							
Ministério da Ciência e Tecnologia							
Ministério das Relações Exteriores							
Ministério da Saúde							
Assembleia Nacional							
CNIDAH Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária							

Sistema das NU

Name	STRATEGIC AREA #1			STRATEGIC AREA #2		STRATEGIC AREA #3	
	R 1.1	R 1.2	R 1.3	R 2.1	R 2.2	R 3.1	R 3.2
Gabinete do Coordenador Residente							
PNUD (UNDP)							
UNFPA							
UNICEF							
OMS (WHO)							
FAO							
ONUSIDA (UNAIDS)							
UNESCO							
ACNUR (UNHCR)							
OIM (IOM)							
UN Habitat							
PAM (WFP)							
CNUCED (UNCTAD)							
OCHA							
UNISDR							
PNUMA (UNEP)							
OIEA (IAEA)							
ONUDI (UNIDO)							
OIT (ILO)							
ACNUDH (OHCHR)							
UNWOMEN							
UNODC							

OSC e Outros parceiros

Name	STRATEGIC AREA #1			STRATEGIC AREA #2		STRATEGIC AREA #3	
	R 1.1	R 1.2	R 1.3	R 2.1	R 2.2	R 3.1	R 3.2
ADPP							
Fundação Bill e Melinda Gates							
Comissão Europeia / EU							
JICA							
Embaixada dos EUA / USAID							
Embaixada de Portugal / Portuguese Bilateral Cooperation							
Banco Mundial							

Tabela 3: Lista dos parceiros do UNPAF Angola entrevistados

DATA	ENTIDADE	TIPO	EQUIPA
12/6	CRO/PNUD	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
12/06	MININT	Governo	Alberto Nuñez
12/06	MIREX	Governo	Alberto Nuñez
12/6	BM/BAD	UN	Carlos Lopes
12/6	MINOTH	Governo	Carlos Lopes
12/06	MINAGRI	Governo	Alberto Nuñez
13/6	Representantes Corpo Diplomático (UK, Moçambique, França, Noruega, USAID)	Outros Parceiros – Cooperação bilateral	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
13/6	ACNUR/IOM	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
14/6	MAT	Governo	Carlos Lopes
14/6	Grupo de Governação	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
14/6	ONG	Sociedade Civil	Carlos Lopes
14/6	FAO	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
15/6	Apresentação CCA		Alberto Nuñez, Carlos Lopes
16/6	Grupo do Crescimento Inclusive e económico	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
16/6	UNICEF	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
16/6	CRO	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
16/6	MINEA	Governo	Alberto Nuñez
19/6	MEP	Governo	Carlos Lopes
19/6	UNICEF	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
19/6	UNICEF	UN	Alberto Nuñez, Carlos Lopes
20/6	CNIDAH	Governo	Carlos Lopes
20/6	UNICEF	UN	Carlos Lopes
2/7	Pré-apresentação NU		Carlos Lopes, Cristina Rodrigues
3/7	Apresentação NU		Carlos Lopes, Cristina Rodrigues
5/7	Apresentação Parceiros		Carlos Lopes, Cristina Rodrigues

4 CONSTATAÇÕES DA AVALIAÇÃO DO UNPAF 2015-2019

4.1 Critério de Relevância

O critério de relevância determina até que ponto os objectivos do UNPAF foram consistentes com as prioridades de desenvolvimento de Angola e se estão alinhados com as políticas do governo e com as estratégias globais das agências das NU. A relevância do UNPAF foi avaliada a partir da análise documental e de outras ferramentas qualitativas, como entrevistas e discussões de grupo focal com as partes interessadas.

O objectivo principal foi avaliar a contribuição do sistema das NU para o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e para os objectivos da visão Angola 2025 através dos resultados do UNPAF.

A questão-chave relacionada com o critério de relevância foi a seguinte:

Até que ponto os objectivos do UNPAF são consistentes com as prioridades e políticas de desenvolvimento do país e foram alinhados ao longo do período do programa com as prioridades do governo e com as políticas e estratégias globais das agências?

Questões mais específicas incluíram:

- O conjunto dos resultados do UNPAF (Saúde, Educação, Protecção Social, Boa Governança, Acesso à Justiça e Direitos Humanos, Diversificação Económica e Sustentabilidade Ambiental) visou: a) as prioridades sectoriais relevantes identificadas a nível nacional e subsequentemente b) os objectivos da END 2013-2017 e a Visão 2025?
- Os resultados/áreas estratégicas do UNPAF visaram questões fundamentais, as causas subjacentes e os desafios identificados?
- Os resultados/áreas estratégicas do UNPAF foram relevantes em termos de metas e compromissos acordados internacionalmente, normas e padrões, orientando o trabalho das agências das NU, nomeadamente os ODS?
- A matriz de resultados do UNPAF foi suficientemente flexível e relevante para responder a novas questões e suas causas, bem como aos desafios que surgiram durante o ciclo do UNPAF, como as emergências que afectam Angola?
- Como foi que o UNPAF respondeu à graduação de país LDC para MIC?

Para responder plenamente à questão-chave, existem constatações relacionadas com os seguintes aspectos, considerados nesta avaliação como **indicadores de sucesso/indicadores de alinhamento**:

- Cada resultado do UNPAF está explicitamente ligado a uma prioridade nacional;
- Os objectivos e estratégias dos componentes do UNPAF são consistentes com as estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento;

- A capacidade de resposta a cenários em mudança e a pedidos feitos por parceiros nacionais;
- Grau de flexibilidade no redireccionamento de fundos e na adaptação dos objectivos e intervenções à luz das mudanças nas prioridades nacionais.

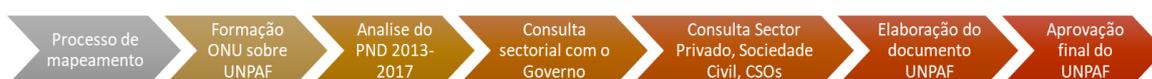
A matriz de avaliação, que indica os critérios de avaliação de relevância, ou seja, analisando como o programa foi alinhado com as prioridades nacionais e o PDN. A análise baseou-se, portanto, na revisão do processo de desenho do UNPAF e na comparação entre as prioridades declaradas do governo e as áreas / prioridades do UNPAF. A avaliação, no entanto, também incluiu a análise da relevância de novas áreas / projetos desenvolvidos além das prioridades do UNPAF para fornecer uma visão mais ampla do alinhamento. Finalmente, uma análise dos indicadores de M&A é incluída usando a metodologia SMART, que permite identificar, entre outras variáveis, o grau de relevância.

4.1.1 Relevância de acordo com o contexto do país, prioridades e necessidades

A abordagem UNPAF na relação entre as NU e o governo de Angola foi inspirada na Declaração de Paris, especialmente a vontade de estabelecer os fundamentos necessários para a liderança do governo na coordenação da parceria e na apropriação nacional do processo e dos resultados estratégicos. Também o conceito de “Delivering as One” permite que os programas e financiamentos estejam mais alinhados às prioridades nacionais e reforça a liderança dos governos com a garantia de acesso à experiência e às competências de uma vasta gama de organizações das Nações Unidas para atender às necessidades do país.

De acordo com o UNPAF, esta abordagem teve em conta as consultas sobre a Estratégia Angola 2025 que foram realizadas com diversos grupos – como a Assembleia Nacional, o governo, o sector académico e privado, crianças e jovens e a sociedade civil.

Processo de elaboração do documento UNPAF



Fonte: criado a partir do UNPAF 2015-2019.

Como resultado da consulta, foram estabelecidas as seguintes prioridades para a Estratégia Angola 2025: redução da pobreza; redução da desigualdade; educação/formação; crescimento económico e criação de empregos; governação; segurança alimentar e nutrição; acesso a saúde de qualidade; dinâmica populacional e migração; manutenção da paz; combate ao HIV-Sida e outras doenças; sustentabilidade ambiental; saúde das gestantes; parceria global para o desenvolvimento; igualdade de género e promoção das mulheres; cuidado de minorias e grupos vulneráveis; acesso a água; prevenção de conflitos, violência e desastres; redução na mortalidade materna e infantil; acesso à energia e educação básica universal.

Diagrama 1: UNPAF 2015-2019 Processo de alinhamento



Fonte: criado a partir do UNPAF 2015-2019.

Assim, tendo o UNPAF sido alinhado com o PND 2013-2017, ele foi desenhado para apoiar os esforços do governo para melhorias em três áreas estratégicas de parceria (AEP), que incluem sub-áreas específicas:

a) Desenvolvimento Humano, Social e Equitativo

- Saúde
- Educação
- Protecção social

b) Estado de Direito e Coesão Nacional

- Boa governação, participação civil, descentralização e instituições democráticas
- Direitos humanos e acesso à justiça

c) Desenvolvimento Económico Inclusivo e Sustentável

- Crescimento inclusivo, diversificação económica, produção e criação de empregos
- Sustentabilidade ambiental, mudança climática e redução de riscos e desastres

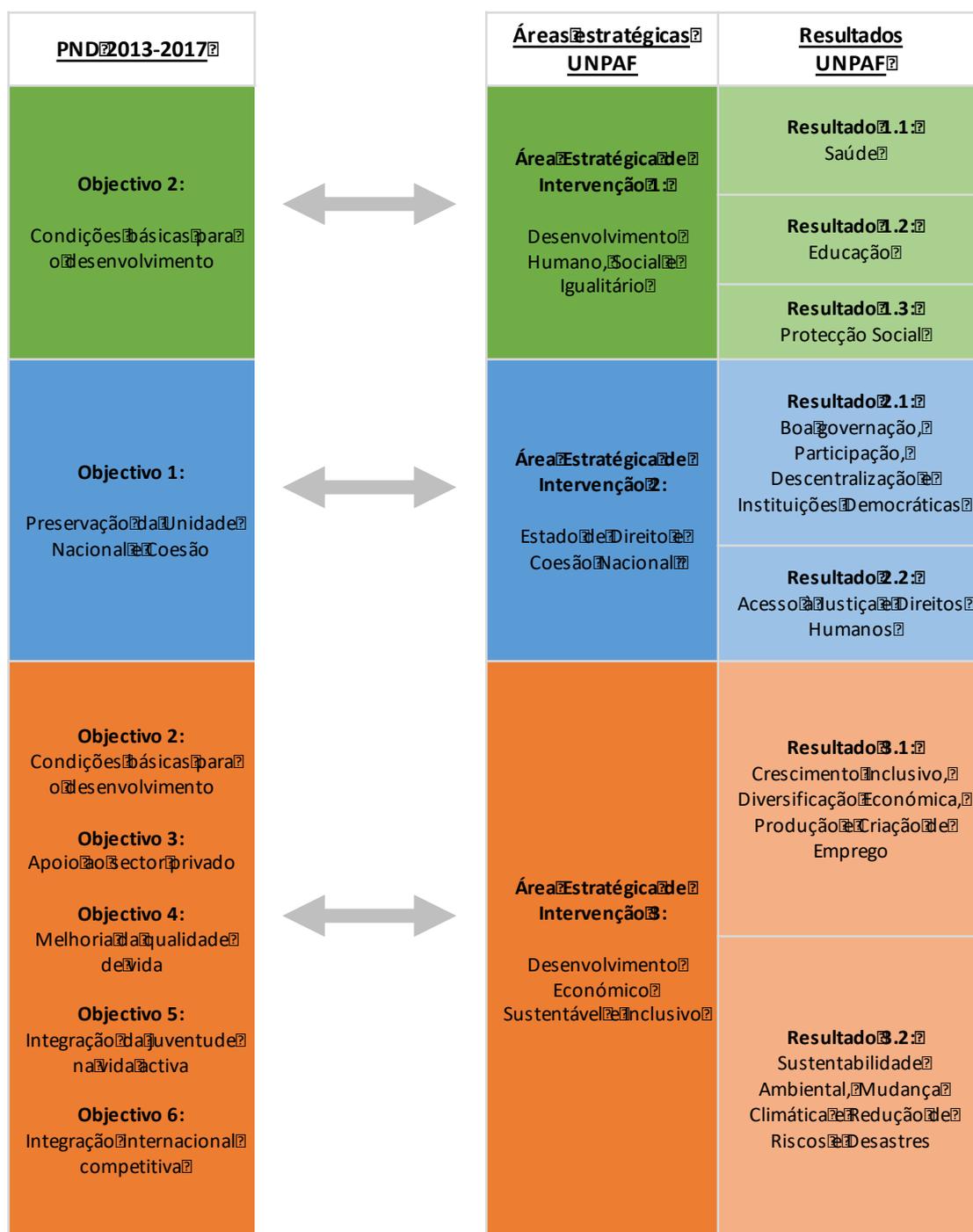
O programa das NU foi ainda redireccionado em alguns aspectos ao longo da sua implementação para dar resposta a cenários em mudança e a pedidos feitos pelos parceiros nacionais, incluindo em termos de fundos mobilizados. Exemplos mais evidentes desta adaptação foram as respostas às crises e emergências: surto da febre amarela, crise de refugiados da RDC, seca nas províncias do sul, epidemia de cólera nas províncias do nordeste, incluindo Luanda, e o aumento dos casos de malária e tuberculose, principalmente nas províncias fronteiriças.

Constatação: O UNPAF foi substancialmente alinhado às prioridades nacionais no seu desenho e ao longo da implementação

O alinhamento da contribuição das NU com as prioridades nacionais foi estabelecido com base numa análise da intersecção entre o quadro legislativo e regulamentar internacional, as prioridades estabelecidas pelo governo de Angola através da Estratégia Angola 2025 e, em particular, o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2013-2017, as vantagens comparativas do sistema das Nações Unidas e a contribuição de outros parceiros, como a seguir descrito:

Em termos dos resultados esperados, o UNPAF alinou-se estrategicamente a objectivos do PND 2013-2017. Objectivos como a criação de Condições básicas para o desenvolvimento e a Preservação da Unidade Nacional e Coesão encontram-se destacados no UNPAF, correspondendo a áreas estratégicas específicas (Área estratégica 1: Desenvolvimento Humano, Social e Equitativo e Área estratégica 2: Estado de Direito e Coesão Nacional), enquanto a Área estratégica 3 (Crescimento Económico Sustentável e Inclusivo) corresponde indirectamente a um conjunto de objectivos diversos do PND 2013-2017.

Diagrama 3: Alinhamento PND 2013-2017 com Resultados do UNPAF 2015-2019



Fonte: criado a partir do PND 2013-2017 e UNPAF 2015-2019.

Como consequência, o UNPAF incluiu menores esforços na abordagem de temas considerados centrais pelo governo angolano, como sejam o apoio o sector privado, a integração da juventude na vida activa ou a integração internacional competitiva de Angola.

Diagrama 4: UNPAF e o Plano Nacional de Desenvolvimento e a Estratégia 2025

Áreas Estratégicas de Parceria (AEP) UNPAF 2015-2019		Prioridades PND 2013-2017		Eixos Prioritários Angola 2025
Área Estratégica de Intervenção: Desenvolvimento Humano, Social e Igualitário		Prioridades: Saúde, Educação, Protecção social		Eixo Prioritário 1: Assegurar o Desenvolvimento, a Estabilização, as Reformas, a Coesão Social e a Democracia.
Área Estratégica de Intervenção: Estado e Direito e Coesão Nacional		Prioridades: reforma do sector público, descentralização, liberdades, direitos fundamentais, desenvolvimento da sociedade civil		Eixo Prioritário 2: Promover a Expansão do Emprego e o Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.
Área Estratégica de Intervenção: Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo		Prioridades: condições básicas para desenvolvimento, integração competitiva internacional, integração da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado		Eixo Prioritário 3: Recuperar e Desenvolver as Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento.
				Eixo Prioritário 4: Promover o Desenvolvimento dos Sectores Económicos e Financeiros e a Competitividade.
				Eixo Prioritário 5: Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado.
				Eixo Prioritário 6: Promover a Coesão Nacional e o Desenvolvimento do Território.

Fonte: criado a partir da Estratégia 2025, PND 2013-2017 e UNPAF 2015-2019.

Em termos dos objectivos, o UNPAF 2015-2019 **alinhou-se selectivamente a alguns dos objectivos estabelecidos pelo PND 2013-2017 e pela Estratégia 2025 e estabeleceu objectivos não tão evidentes nos documentos nacionais.** A ênfase colocada quer pelo PND quer pela Estratégia 2025 nas questões económicas e no desenvolvimento baseado em melhorias de diversos aspectos relacionados com a economia não correspondeu aos objectivos definidos pelo UNPAF. Também temas como a aposta nos aspectos da inserção económica dos jovens ou as preocupações com o desenvolvimento harmonioso do território nacional não apareceram no desenho do UNPAF. Por outro lado, o UNPAF definiu objectivos que não constavam especificamente no conjunto das prioridades/áreas das políticas nacionais, como sejam os sistemas de alerta e apoio a populações em áreas de risco ou o apoio à graduação de Angola ou a políticas de migração. A inclusão destes temas específicos, não alinhados com as políticas nacionais, deveu-se a competências próprias das NU e solicitadas pelo governo de Angola.

Obejctivos estabelecidos pelo UNPAF, PND 2013-2017 e Estratégia 2025

UNPAF	PND 2013-2017	Estratégia 2025
<p>a) ⁵Apoio na Educação; Capacitação a apoio ao sistema de saúde; sistemas de protecção de mulheres e crianças; apoio a populações vulneráveis; promoção equilibrada do desenvolvimento do território; apoio a programas de redistribuição; apoio a programas de HIV; apoio à implementação da estratégia nacional de género; apoio aos sistemas nacionais de recolha de dados; consolidação da cidadania; monitorização do PND; apoio à municipalização; apoio ao sistema judicial; apoio à capacitação de parlamentares; apoio à elaboração de orçamentos participativos; apoio à autoridades locais; apoio a comunidades em áreas de risco; apoio a sistemas de alerta; apoio a programas de desenvolvimento sustentável.</p> <p>b) Apoio à diversificação económica; adaptações para promover o trabalho decente;</p> <p>c) Promover o desenvolvimento económico e redução da pobreza; apoio à protecção social.</p> <p>d) Apoio à formação profissional para jovens; apoio a adolescentes e jovens; políticas sociais para a juventude.</p> <p>e) Apoio ao desenvolvimento de capacidades produtivas.</p> <p>f) Apoio à graduação; apoio à articulação com CPLP e SADC; apoio à participação em tratados e convenções internacionais; apoio a políticas de migração de acordo com normas internacionais.</p>	<p>a) Unidade Nacional e Coesão</p> <p>b) Condições básicas para o desenvolvimento</p> <p>c) Melhoria qualidade de vida (saúde, educação, saneamento básico)</p> <p>d) Integração da juventude na vida activa</p> <p>e) Desenvolvimento do sector privado</p> <p>f) Integração competitiva internacional</p> <p>g) Gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e ambiente</p>	<p>1. Garantir a Unidade e a Coesão nacional, promovendo a Paz e a Angolanidade;</p> <p>2. Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-estar dos angolanos, erradicando a fome e a pobreza e promovendo o nível educacional e sanitário da população;</p> <p>3. Promover um Desenvolvimento Equitativo Sustentável, assegurando uma utilização eficaz dos recursos naturais e uma justa repartição do rendimento nacional, com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural;</p> <p>4. Garantir um ritmo elevado de Desenvolvimento Económico, com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural;</p> <p>5. Desenvolver de forma harmoniosa o Território Nacional, estimulando a competitividade dos territórios e promovendo o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas;</p> <p>6. Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil;</p> <p>7. Promover uma Inserção Competitiva de Angola na Economia Mundial, garantindo uma posição predominante na articulação SADC – Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) – Região do Golfo da Guiné.</p>

⁵ Anexo II do UNPAF 2015-2019.

Constatação: O UNPAF enfatizou algumas áreas prioritárias do PND 2013-2017, não tendo coberto áreas que já tinham sido identificadas pelas estratégias nacionais e que se evidenciaram ainda mais no contexto nacional.

Em termos do alinhamento aos ODS, o UNPAF não foi concebido com esta orientação, tendo usado o quadro dos ODMs. Contudo, este alinhamento foi progressivamente procurado ao longo da execução do programa e através de projectos e actividades específicas das diversas agências na medida em que os ODS apenas se tornaram efectivos em Janeiro de 2016.

Daigrama 5: Alinhamento com ODS



Constatação: O UNPAF alinou-se a uma porção significativa de objectivos do desenvolvimento sustentável ao longo da implementação.

Quanto à relevância global do trabalho das NU tendo em conta os planos/acções das agências: o UNPAF, é um documento das NU que forma a base das contribuições de agências individuais para o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017. Os principais resultados do UNPAF também estão incluídos nos CPAPs das agências de forma a demonstrar o seu alinhamento no quadro da parceria entre o governo de Angola e o sistema das Nações Unidas.

4.1.2 Relevância do UNPAF relativamente aos planos/acções de outros doadores

A União Europeia tem sido o maior contribuinte para as NU em Angola, o que resultou em desenvolvimento de políticas sociais, reforço das capacidades nacionais e intervenções de prestação de serviços. Também outros fundos e parcerias ao nível global foram cruciais para o trabalho das nações unidas em Angola, nomeadamente nas áreas da saúde, ambiente e redução de riscos, através do Fundo Global, do GEF e do OCHA-CERF.

Parceiros de cooperação

Resultados	Outcome/efeito	Nacionais	Sistema das NU
Gerais		Ministério da Economia e Planeamento	RCO
Resultado 1.1 Saúde	Em 2019, Angola reduziu a morbidade e mortalidade materno-infantil, taxa de mortalidade da população, e factores de risco para a saúde de adolescentes e doenças não transmissíveis.	Ministério da Saúde Ministério da Energia e Água Ministério da Acção Social, Familiar e Mulher Ministério da Juventude e Desportos Ministério da Educação	Grupo internacional de parceiros (WHO) UNICEF UNFPA UNDP UNAIDS
Resultado 1.2 Educação	Em 2019, Angola alcançou melhores condições para o acesso à educação infantil, pré-escolar, primária e equidade, incluindo crianças vulneráveis e aprendizagem ao longo da vida.		
Resultado 1.3 Protecção Social	Em 2019, Angola expandiu substancialmente a assistência social às famílias vulneráveis.		
Resultado 2.1 Boa governação, Participação, Descentralização, Instituições Democráticas	Em 2019, os cidadãos participam activamente da vida pública e as instituições, instituições públicas e organizações são modernizadas, para fornecer serviços eficientes e de fácil acesso, e ombuds em territórios de boa governação.	Ministério da Administração do Território Ministério da Economia e Planeamento Ministério da Juventude e Desportos INE Ministério da Justiça Parlamento Ministério do Interior PDJ	UNDP UNFPA UNICEF
Resultado 2.2 Acesso à Justiça e Direitos Humanos	Em 2019, as instituições nacionais são fortalecidas no seu papel de promoção e protecção dos direitos humanos, garantindo o conhecimento e acesso de todos os serviços de justiça dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.		
Resultado 3.1 Crescimento Inclusivo, Diversificação Económica, Produção e Criação de Emprego	Em 2019, Angola possui e implementa políticas e estratégias para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável para permitir que Angola deixe o grupo de países menos avançados.	Ministério da Economia e Planeamento Ministério da Agricultura Ministério do Comércio Ministério do Ambiente Ministério do Interior/Protecção Civil CNIDAH	UNDP FAO UNCTAD UNHCR IOM
Resultado 3.2 Sustentabilidade Ambiental, Mudança Climática e Redução de Riscos e Desastres	Em 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria na gestão de energia, recursos naturais, acesso a tecnologias verdes, estratégias para a mudança climática, conservação da biodiversidade e planos e sistemas de redução de riscos e desastres.		

Diagrama 6: Alinhamento prospectivo do UNPAF 2020-2024 ao PND e aos ODS

UNPAF 2020-2024 – PND 2018-2020

PND 2018-2020 EIXOS ESTRATÉGICOS	POLÍTICAS NACIONAIS	UNPAF 2020-2024: TEMAS RELEVANTES COM BASE NOS ODS
(i) Desenvolvimento Humano e Bem-estar;	<ul style="list-style-type: none"> • População • Educação e ensino superior • Desenvolvimento de recursos humanos • Saúde • Assistência e protecção social • Habitação • Cultura • Desporto 	<p>Saúde – incluindo natalidade e mortalidade Educação – incluindo formação e cultura Igualdade – incluindo género Desigualdade – incluindo protecção social e assistência Cidades e assentamentos humanos</p>
(ii) Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo;	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade das finanças públicas • Ambiente de negócios, competitividade e produtividade • Fomento da produção, substituição de importações e diversificação das exportações • Sustentabilidade ambiental • Emprego e condições de trabalho 	<p>Crescimento económico sustentável Emprego – incluindo jovem Infraestrutura e industrialização Cidades e assentamentos humanos Mudança climática Oceanos e recursos marinhos Ecossistemas terrestres e florestas</p>
(iii) Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento;	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte e logística • Energia eléctrica • Água e saneamento • Comunicações 	<p>Água e saneamento Energia Infraestrutura e industrialização Consumo e produção sustentáveis</p>
(iv) Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização;	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das Bases da Democracia e da Sociedade Civil • Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública • Descentralização e Reforço do Poder Local 	<p>Paz, justiça e instituições inclusivas</p>
(v) Desenvolvimento Harmonioso do Território;	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento territorial • Ordenamento do território e urbanismo 	<p>Desigualdade Cidades e assentamentos humanos Mudança climática Oceanos e recursos marinhos Ecossistemas terrestres e florestas</p>
(vi) Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional.	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa nacional • Segurança nacional e dos cidadãos • Reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional 	<p>Paz, justiça e instituições inclusivas Parceria Global para o desenvolvimento</p>

Relevância de acordo com os parceiros

De acordo com os parceiros das NU inquiridos, o trabalho conjunto contribuiu nomeadamente para melhorar a planificação estratégica através do apoio prestado ao governo em diferentes domínios e as diversas agências foram muito relevantes para a implementação de projectos e assistência técnica.

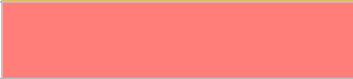
Os parceiros consideram ainda que contribuiu para o fortalecimento e melhoria do diálogo institucional entre o governo e a sociedade civil e que em alguns casos o apoio financeiro prestado foi crucial para actividades de desenvolvimento e para a melhoria de capacidades internas das organizações parceiras, nomeadamente em termos de prestação de contas e procedimentos administrativos e de gestão.

Através do apoio em áreas específicas, os parceiros reconheceram ainda os contributos e relevância das NU em Angola, como por exemplo o trabalho na área do empoderamento das mulheres.

4.1.3 Análise SMART dos indicadores de resultado do UNPAF

Para a análise do desenho dos indicadores presentes no UNPAF 2015-2019 e nomeadamente a sua relevância, foi adotado um instrumento de análise baseado nos critérios SMART (Específico, Mensurável, Alcançável / Atribuível, Relevante / Realista e limitado no tempo). Também foi feita uma análise rápida para diagnosticar a sua capacidade de ser sensível à perspectiva de género.

A análise foi feita sob uma escala de cores seguindo a técnica de semáforo, onde três possíveis tipos de avaliação são identificados:

Critério	Cor da avaliação
Sim, atende aos critérios	
Pode apresentar certas características ligadas ao critério, mas não é identificado ou não há informação suficiente para a sua avaliação	
Não atende aos critérios	

Segue uma apresentação dos indicadores agrupados por cada uma das áreas de intervenção estratégica e os resultados para os quais foram definidos.

Com relação à área estratégica 1:

UNPAF 2015-2019				SMART Análise					Gênero
Área Estratégica	RESULTADO	ID	Indicador	Specific (Específico)	Measurable (Mensurável)	Achievable / Attributable (Alcançável / Atribuível)	Relevant / Realistic (Relevante / Realista)	Time-bound (Limitado no tempo)	Gender-sensitive? (Sensível ao gênero?)
Área Estratégica 2: Desenvolvimento Humano, Social e Equitativo	RESULTADO 1.1: SAÚDE Até 2019, Angola reduziu a morbidade e mortalidade materna, infantil, taxa de mortalidade da população, os fatores de risco à saúde dos adolescentes e as doenças não transmissíveis.	1.1.1	Número de políticas e planos nacionais atualizados produzidos e implementados com o apoio das NU para promover e fortalecer a saúde de acordo com os programas prioritários do PND 2012-2025.						
		1.1.2	Número de equipas do governo e da sociedade civil treinados em matéria de saúde (saúde sexual e reprodutiva, incluindo a saúde materna, recém-nascido, planeamento familiar, HIV/SIDA, DNT, etc.).						
		1.1.3	Número de províncias que implementaram políticas de revitalização dos serviços municipais de saúde, incluindo os serviços integrados de saúde, nutrição, igualdade de saneamento, HIV/SIDA.						
	RESULTADO 1.2: EDUCAÇÃO Até 2019, Angola alcançou melhores condições para o acesso à educação infantil, pré-escolar, primária e qualidade, incluindo de crianças vulneráveis à aprendizagem ao longo da vida.	1.2.1	Número de políticas e planos e/ou directivas nacionais atualizadas e laboradas para promover e fortalecer o sistema de educação em termos de acesso e qualidade).						
		1.2.2	Módulos curriculares e guias preparados para o desenvolvimento profissional dos professores sobre as competências para a vida, a nível da educação infantil, infância, educação primária e educação secundária (primeiro ciclo).						
	RESULTADO 1.3: PROTECÇÃO SOCIAL Até 2019, Angola expandiu substancialmente a assistência social às famílias vulneráveis.	1.3.1	Uma política de lei da assistência social com medidas legislativas complementares estabelecidas.						
1.3.2		Estrutura de gestão e mecanismos operacionais para a implementação no terreno dos programas de assistência social.							

Uma boa construção dos indicadores ligados ao resultado 1.1 Saúde é identificada, onde talvez apenas o indicador 1.1.3 fique com uma margem de incerteza quanto a sua especificidade e a forma de medir o indicador apresenta maiores problemas.

Os indicadores do resultado 1.2 Educação apresentam uma carência importante ao não especificar como serão medidos e quantificados. Da mesma forma ocorre com os indicadores do resultado 1.3, que são definidos de forma ambígua, sem especificidade para saber como serão quantificados, e em que medida será possível mensurar a contribuição do trabalho das NU para sua realização.

Alguns dos indicadores, como 1.1.2 e 1.2.2, estão mais próximos de serem indicadores de produto (*output*) do que resultado (*outcome*) em sua abordagem.

Em geral, poderiam ter sido definidos em toda a área indicadores com um componente de gênero mais explícito.

Com relação à área estratégica 2:

UNPAF 2015 – 2019				SMART Análise					Gênero
Área Estratégica	RESULTADO	ID#	Indicador	Specific (Específico)	Measurable (Mensurável)	Achievable/Attributable (Alcançável / Atribuível)	Relevant/Realistic (Relevante / Realista)	Time-bound (Limitado no tempo)	Gender-sensitive? (Sensível ao gênero?)
Área Estratégica 2: Estado de Direito e Coesão Nacional.	RESULTADO 2.1: BOA GOVERNAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.	2.1.1	Revisão das políticas e leis sobre descentralização e reforço da capacidade de governação local.						
	Até 2019, os cidadãos participam activamente na vida pública em instituições e organismos públicos, os organismos públicos são modernizados, para prestar serviços de qualidade e eficientes, facilmente acessíveis baseados em critérios de boa governação.	2.1.2	Sistema nacional de estatística reforçado para contribuir para a planificação, implementação e monitoria, baseada em evidência estatística.						
		2.1.3	Existência de mecanismos funcionais para a participação democrática dos jovens e mulheres nas instituições do desenvolvimento do país.						
	RESULTADO 2.2: ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	2.2.1	Legislação angolana em conformidade com as convenções e tratados ratificados por Angola.						
	Até 2019, as instituições nacionais são reforçadas no seu papel para a promoção e protecção dos direitos humanos, garantindo o conhecimento e o acesso aos serviços de justiça aos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.	2.2.2	Aumento da qualidade e quantidade dos serviços jurídicos e protecção disponíveis aos cidadãos.						
		2.2.3	Melhoria no cumprimento dos tratados e convenções internacionais através do reforço dos mecanismos nacionais de prestação de contas.						

Embora a maioria dos indicadores seja apresentada de forma que sua intenção seja informar sobre aspectos relevantes e realistas da implementação na área, poucos indicadores (apenas dois) são específicos, o que é um requisito fundamental para melhor monitoramento e avaliação final do UNPAF.

Com relação à área estratégica 3:

UNPAF 2015 – 2019				SMART Análise					Gênero
Área Estratégica	RESULTADO	ID#	Indicador	Specific (Específico)	Measurable (Mensurável)	Achievable/Attributable (Alcançável / Atribuível)	Relevant/Realistic (Relevante / Realista)	Time-bound (Limitado no tempo)	Gender-sensitive? (Sensível ao gênero?)
Área Estratégica 3: Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo.	RESULTADO 3.1: CRESCIMENTO INCLUSIVO, DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA, PRODUÇÃO E CRIAÇÃO DE EMPREGO	3.1.1	Taxa de crescimento do PIB não petrolífero.						
		3.1.2	Taxa de variação do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Luanda (INE)						
		3.1.3	Aumento da utilização do sistema bancário.						
	Até 2019, Angola possui e está a implementar políticas estratégicas para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável, para permitir a Angola alcançar o grupo de Países Menos Avançados (PMA).	3.1.4	Melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola..						
		3.1.5	Aumento do número de melhorias da qualidade da pesquisa sobre fome, pobreza, e desigualdades nacionais realizadas pelas universidades angolanas.						
		3.1.6	Aumento da participação das mulheres na economia através do melhor acesso à formação, tecnologia, e recursos produtivos.						
RESULTADO 3.2: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DOS RISCOS DE DESASTRES	3.2.1	Número de iniciativas de segurança relacionadas com mudança climática, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética.							
	Até 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria das fontes de energia, recursos naturais, acesso às tecnologias verdes, estratégias para as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, e planos e sistemas de educação e riscos de desastres.	3.2.2	Número de instituições nacionais e provinciais capazes de identificar e monitorar desastres, e riscos e implementar o Plano Nacional de Contingência 2014-2019.						
	3.2.3	Número de relatórios compreensivos submetidos ao abrigo do Artigo 5.º Proibição de Minas Anti-pessoal.							

Os primeiros quatro indicadores do Resultado 3.1 oferecem uma excelente capacidade de medida porque são muito específicos e quantificáveis, no entanto, há uma maior falta

de definição para saber até que ponto ou grau o programa e as ações das NU podem contribuir para esses indicadores.

Os indicadores do resultado 3.2 parecem bem construídos para facilitar seu monitoramento e a subsequente avaliação do trabalho desenvolvido pelas equipes das NU.

4.2 Critério Impacto

A análise de impacto do UNPAF 2015-2019, entendida como o nível em que a vida das pessoas vulneráveis foi beneficiada pela sua implementação, foi realizada tendo em consideração algumas das limitações:

- A análise é limitada pelo desenho do UNPAF:
 - ✓ Não foi desenhado usando uma teoria de mudança
 - ✓ Nem um modelo que permita a análise de impacto experimental nem quasi experimental
 - ✓ Sem indicadores que vinculem os outcomes com os impactos esperados
- No entanto, ainda é curto o espaço de tempo de implementação do programa (início em 2015) para avaliar as mudanças sociais e não há dados actualizados que permitam medir o impacto neste período
- Há a registar importantes mudanças no contexto do país e de premissas que não foram feitas no início do UNPAF, nomeadamente a crise económica, emergências humanitárias (refugiados da RDC, seca, cólera), mudança política.

Por estes factores, a análise de impacto vê-se limitada e não se pode verificar a atribuição dos resultados ao programa. Contudo, foi feita uma tentativa para avaliar a contribuição do UNPAF para o desenvolvimento do país e a tendência das mudanças que estão a ocorrer, partindo de uma abordagem da Teoria da Mudança.

O primeiro que deve ser salientado é que houve uma mudança no contexto e por esse facto dos pressupostos estabelecidos no início do período que desafiaram a implementação do UNPAF. A figura abaixo aponta os principais elementos que surgiram da análise e que destacam a capacidade de resposta perante três mudanças principais:

- Crise económica com a queda do preço do petróleo
- Graves emergências humanitárias: surto da febre amarela, refugiados da RDC, seca nas províncias do sul, epidemia de cólera nas províncias do nordeste, incluindo Luanda e o aumento dos casos de malária e tuberculose, principalmente nas províncias fronteiriças
- Transição de poder: novo ambiente político.

Esses pressupostos não haviam sido levados em consideração no desenho do UNPAF e requereram uma resposta por parte do sistema das NU em Angola em conjunto e por cada uma das agências em particular. No esquema seguinte assinalam-se as respostas dadas e incidências nas prioridades das Nações Unidas.

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO UNPAF: PRESSUPOSTOS E MUDANÇAS NO CONTEXTO

Crise económica com a queda do preço do petróleo

Capacidade das Nações Unidas para mobilizar recursos financeiros e técnicos que permitiram aumentar a resiliência perante as catástrofes. O trabalho de estender zonas de cultivo permitiu durante a crise contribuir para a sustentabilidade alimentar e para o desenvolvimento do país. Foi igualmente destacável a rápida mobilização de recursos perante a febre amarela em conjunto com o governo e outros parceiros; que permitiu resolver esta situação. Conseguiu-se reverter a situação para que se pudessem continuar as políticas de desenvolvimento.

Graves emergências humanitárias: surto da febre amarela, refugiados da RDC, seca nas províncias do sul, epidemia de cólera nas províncias do nordeste, incluindo Luanda e o aumento dos casos de malária e tuberculose, principalmente nas províncias fronteiriças

Provocaram uma mudança nas prioridades nacionais que obrigaram as agências das NU a introduzir mudanças nos resultados planeados e nas estratégias implementadas. Situação de grande dificuldade para o país porque veio acontecer em conjunto com uma crise económica. Estas emergências foram um importante factor de distração na implementação dos recursos do governo e das agências. Destacou-se a lição de trabalhar entre o nexo emergências e desenvolvimento; e de trabalhar no desenvolvimento de sistemas para prever situações de emergência e continuar a apoiar o país nos planos de contingência e preparação contra desastres.

Transição de poder:
novo ambiente político

Novas tendências no país:

- Descentralização de poderes através da futura implementação de conselhos locais eleitos
- Aposta no desenvolvimento agrícola
- Início de melhoria do ambiente de negócios, combatendo-se a corrupção e a burocracia
- Melhorias na saúde e na educação
- Luta contra a corrupção em geral

De seguida, analisam-se quais foram as principais contribuições das Nações Unidas por cada área estratégica e resultado. No capítulo de análise de eficácia da presente avaliação foram analisados os resultados relacionados com cada indicador estabelecido pelo UNPAF. A análise de impacto visa transcender essa análise, ciente de que a mudança no contexto e nas prioridades nacionais significaram importantes ajustes nas estratégias e mecanismos de intervenção utilizados.

Áreas Estratégicas de Parceria (AEP)	Resultados
Desenvolvimento Humano e Social Equitativo	<p>Resultado 1.1: SAÚDE</p> <p>Até 2019, Angola reduziu a morbilidade e mortalidade materna e infantil, a taxa de mortalidade da sua população, os factores de risco à saúde dos adolescentes e as doenças não-transmissíveis.</p> <p>Resultado 1.2: EDUCAÇÃO</p> <p>Até 2019, Angola melhorou condições para o acesso ao ensino de primeira infância, pré-escolar, e primário de qualidade, incluindo em relação a crianças vulneráveis e à aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>Resultado 1.3: PROTECÇÃO SOCIAL</p> <p>Até 2019 Angola expandiu substancialmente a assistência social às pessoas vulneráveis.</p>
Estado de Direito e Coesão Nacional	<p>Resultado 2.1: BOA GOVERNAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DECENTRALIZAÇÃO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS</p> <p>Até 2019, os cidadãos participam activamente na vida pública e instituições e organismos públicos são modernizados para prestar serviços eficientes, imediatamente disponíveis e de qualidade baseados em critérios de boa governação.</p> <p>Resultado 2.2: ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS</p> <p>Até 2019, as instituições nacionais são reforçadas no seu papel de promoção e protecção de direitos humanos, garantindo a consciencialização e acesso à lei e serviços jurídicos aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis.</p>
Desenvolvimento Económico Inclusivo e Sustentável	<p>Resultado 3.1: CRESCIMENTO INCLUSIVO, DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA, PRODUÇÃO, E CRIAÇÃO DE EMPREGO</p> <p>Até 2019, Angola possui, e está no processo de implementar, políticas e estratégias para a redução da pobreza, fome e desigualdades através de um aumento na produção, produtividade, crescimento e diversificação económica, que facilita a geração de emprego para as mulheres e jovens e conduz à melhoria na posição internacional de Angola</p> <p>Resultado 3.2: CRESCIMENTO INCLUSIVO, DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA, PRODUÇÃO, E CRIAÇÃO DE EMPREGO</p> <p>Até 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria na gestão de energia, recursos naturais, acesso à energia ecológica, estratégias para as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, e planos e sistemas para a redução de riscos e desastres</p>

4.2.1 Área estratégica 1: Desenvolvimento Humano e Social Equitativo

Saúde

As Nações Unidas pretendem colaborar com Angola com o objectivo de ajudar a concretizar o objectivo nacional de desenvolvimento de promover sustentadamente à saúde da população angolana, assegurando a sua longevidade, apoiando as pessoas socialmente mais desfavorecidas e contribuindo para combater a pobreza. Actuando numa lógica de parceria, sob a liderança do governo angolano, pretende-se alcançar o seguinte resultado:

Resultado 1.1: Até 2019, Angola reduziu a mortalidade e morbidade materna e infantil, a taxa de mortalidade da população, os factores de risco para a saúde dos adolescentes e as doenças não transmissíveis.

O sistema das Nações Unidas contribuiu de forma crítica e com grande impacto para a melhoria da saúde nacional, nomeadamente na saúde de crianças e mulheres. Destaca-se o fornecimento de suplementos alimentares, apoio logístico em campanhas de vacinação infantil, monitorização da qualidade da água para consumo humano, saúde materna e infantil, HIV, fornecimento de mosquiteiros entre outros.

Apesar do progresso na vacinação e atendimento de emergência, o combate à mortalidade infantil e materna continua a ser uma alta prioridade de melhoria. Os resultados do IIMS (DHS, 2015) mostram taxas altamente reduzidas de indicadores de mortalidade neonatal, infantil (menores um ano) e infantil (menores de cinco anos) de 24, 44 e 68 por mil nados vivos respectivamente. A mortalidade de menores de cinco anos de 68 por 1.000 nados vivos é inferior à meta de 2015 do objectivo dos ODM de 76 por mil nados vivos. A mortalidade infantil varia de 61 por 1000 em áreas rurais a 43 por 1000 em ambientes urbanos. As diferenças são maiores para as taxas de mortalidade abaixo dos cinco anos, com 98 por 1000 registrados para áreas rurais, em comparação com 68 por mil em áreas urbanas. Apesar da redução mencionada na mortalidade, eles continuam sendo figuras que mostram amplo espaço para melhorias nas estratégias nacionais e no enfoque de ações específicas em áreas rurais. A este respeito, foi implementada uma abordagem inovadora de sucesso para os recém-nascidos na primeira semana de vida na província da Huíla, com 60 trabalhadores comunitários formados para acompanhar os recém-nascidos e as mães (tendo como alvo 3.000 famílias em dois municípios).

A taxa de mortalidade materna (IIMS 2015-2016) é de 239 por 100.000 nados vivos atingindo a meta nacional dos ODM de 265 por 100.000 nados vivos, mas não a referência global de 200 por 100.000 nados. Um estudo sobre as causas de mortes maternas no país apoiadas pelo UNICEF e outras agências da ONU, como o UNFPA e a OMS, foi conduzido e finalizado; permitindo atualizar as políticas nacionais de saúde reprodutiva e atualizar os planos estratégicos para a saúde materna e neonatal.

É de ressaltar a alta taxa de fecundidade dos adolescentes (15 a 19 anos), segundo o IIMS 2015-2016, é de 163 por 1,000 meninas nessa faixa de idade. O uso de qualquer

método contraceptivo é de 14% e a de métodos modernos é 13% (em mulheres casadas ou em união). Estes desafios mostram que existe um fraco sistema de saúde e estrangulamentos permanentes que não facilitam o acesso adequado aos serviços; problemas com a disponibilidade de provedores de saúde qualificados e produtos inadequados para tratar de doenças comuns, incluindo o aumento dos índices de desnutrição nas sete províncias afectadas pela seca. Para avançar num melhor estado de saúde neste sector populacional, se apoiou a elaboração da Estratégia Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens que já foi validada, a Estratégia Nacional de Planeamento Familiar também validada; assim como a Estratégia Nacional de Saúde Reprodutiva em processo de elaboração. Duas pesquisas sobre Gravidez na Adolescência respectivamente nas províncias de Luanda e Huíla, foram realizadas, apresentadas e servindo de evidência para a elaboração de políticas, programas e estratégias no sector. Apoiou-se, em paralelo, uma estratégia de reforço de capacidades e formação de profissionais em saúde sexual e reprodutiva e VIH/SIDA.

No período, reforçou-se a cooperação sul-sul, por exemplo em saúde sexual e reproductiva para adolescentes e jovens (Cooperação com Moçambique) ou no domínio da prevenção da gravidez na adolescência (Cooperação entre a Namíbia e a província da Huíla).

Angola realizou progressos significativos na imunização através do Programa Alargado de Vacinação (PAV) e apresentou documentação ao Comité Regional Africano para a Erradicação da Pólio em 2015 para certificação de que a poliomielite já não representa um problema de saúde pública no país, e actualmente se trabalha no plano de Transição da Poliomielite junto com o Ministério da Saúde.

Os indicadores mostram disparidades rurais e urbanas muito grandes, bem como diferenças significativas de género para jovens e adolescentes (15-24 anos) cujo conhecimento e uso de métodos preventivos contra o HIV são fracos. Se ofereceu apoio a compras do governo para kits de teste de HIV e ARVs que melhorarão significativamente a disponibilidade de medicamentos para tratamento de pacientes com HIV; e serviços de saúde infantil no país.

Em 2017 643.458 homens e mulheres com 15 anos de idade e mais, fizeram o teste de HIV e conheceram o seu estado serológico (cerca de 58% da meta prevista); 4.500 grávidas seropositivas receberam tratamento anti-retrovirais (84% da meta prevista); 282 bebês nascidos de mães soropositivas receberam um teste virológico de HIV (56% da meta prevista); 65.812 adultos vivendo com HIV, dos quais 3.492 são crianças, estão em tratamento (96% da meta); 12.016 pacientes com TB receberam um teste de HIV registrado no registro de TB (60% da meta); e 1.331 pacientes registrado no registro de TB recebeu tratamento anti-retroviral durante o tratamento da TB (89% da meta).

Onze Sub-Destinatários apoiaram a prevenção de infecções pelo HIV, através do financiamento do Fundo Global em Angola, particularmente entre os jovens, populações-chave; redução da transmissão de mãe para filho; aumento no acesso ao tratamento anti-retroviral e a medição da carga viral; e gerir eficazmente a co-infecção TB / HIV.

Por outro lado, a capacitação institucional dos quadros angolanos foi reforçada na área do sistema nacional de informação em saúde; sistemas de aquisição e fornecimento de produtos de saúde; Capacidade institucional do INLS e no envolvimento da sociedade civil na resposta ao HIV/AIDS em Angola.

Duas emergências desviaram investimentos e tempo significativos dos programas de desenvolvimento das agências. O país teve o maior surto de febre amarela do mundo, afectando 16 das 18 províncias do país, onde havia mais de 3.550 casos notificados (875 confirmados) e 355 mortes registadas até o momento. Em segundo lugar, a seca contínua nas sete províncias do sul afetou cerca de 1,4 milhões de pessoas, 800.000 das quais foram avaliadas como sofrendo de insegurança alimentar, com uma estimativa de 37.834 crianças menores de cinco anos de idade que sofrem de desnutrição aguda grave. A preparação para emergências, resposta e desenvolvimento de capacidade de resiliência; o uso do financiamento do EPF e do CERF ajudaram a fortalecer a resposta às duas maiores emergências, o surto de febre amarela e a seca.

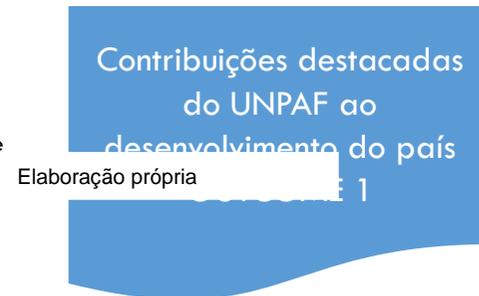
O Governo de Angola tomou uma decisão marcante em 2015 de abraçar a mudança de políticas relativamente à ampliação da oferta de serviços de saúde, criando um novo quadro de agentes comunitários (ADECOS seniores) que irão avaliar, classificar e tratar crianças doentes. Esta mudança na política deve acelerar a cobertura dos serviços para a Atenção Integrada às Doenças da Infância, para tratar a malária, a diarreia e a pneumonia.

De forma coordenada, as agências deram financiamento e orientação técnica para melhorar a imunização de rotina e o uso de dados para planejar a abordagem Alcance de Todos os Distritos, com apoio específico para auto-avaliações distritais da qualidade dos dados do EPI (epidemiologia). Este projecto abrangeu 35 municípios de baixo desempenho em oito províncias e ajudou a aumentar o conhecimento e a sensibilização dos funcionários do EPI a todos os níveis sobre a importância de dados de boa qualidade para o planeamento e advocacia. Equipas técnicas das agências deram apoio ao Ministério da Saúde para finalizar planos estratégicos sobre sarampo que foram submetidos ao Comité de Coordenação Interinstitucional para aprovação. O desvio dos doadores e a ausência de financiamento flexível e de longo prazo dos doadores para iniciativas de sobrevivência infantil continuam a atrasar ou a prejudicar a implementação das actividades planeadas.

Deve-se destacar que a cobertura de imunização de rotina continua atrasada, devido à baixa qualidade dos dados e à actualidade dos relatórios.

De seguida, sintetizam-se as principais contribuições das agências das Nações Unidas durante os anos 2015, 2016 e 2017 que contribuíram para alcançar o resultado 1 na área da saúde do UNPAF.

- Estratégia Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens elaborada e validada.
- Estratégia Nacional de Planeamento Familiar elaborada e validada.
- Estratégia Nacional de Saúde Reprodutiva em processo de elaboração.
- Duas pesquisas sobre Gravidez na Adolescência respectivamente nas províncias de Luanda e Huíla, realizadas, apresentadas e servindo de evidência para a elaboração de políticas, programas e estratégias no sector.
- Plano Nacional Orçamentado de Aquisição de Produtos de Saúde Reprodutiva para o período de 2015-2018 elaborado e utilizado para a compra e abastecimento destes produtos.
- Plano Estratégico para a saúde do adolescente
- Abordagem inovadora para atender recém-nascidos na primeira semana de vida foi implementada na província de Huila
- Estudo sobre as causas de mortes maternas no país foi realizado fornecendo evidências para projetar e atualizar a política nacional de saúde reprodutiva e atualizar os planos estratégicos para a saúde materna e neonatal.
- Elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2015-2020 do EPI, incluindo: plano de transição para a erradicação da pólio, gestão de ativos da pólio para melhorar a imunização de rotina, bem como as estratégias de eliminação do tétano e do sarampo neonatal
- Estratégia nacional de inventário de cadeia de frio (National cold chain inventory) fornece a base para um plano para introduzir a vacina contra a rubéola do sarampo em 2017.
- Elaboração da estratégia “Tratar Todos” VIH/SIDA e o apoio às diretrizes de tratamento de retrovirais
- Implementação de Programas de prevenção e tratamento contra o VIH/SIDA para as populações chaves e vulneráveis
- Revisão do Plano Estratégico Nacional 2015-2018 para VIH , SIDA, DSTs e Hepatite
- Plano Nacional Estratégico de Controlo e Prevenção da Malária
- Estratégia Nacional de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (STLC)
- Apoio do CERF na Febre Amarela e Refugiados



RESULTADO 1.1: SAUDE

Até 2019 Angola reduziu a morbidade e mortalidade materna e infantil, a taxa de mortalidade da população, os factores de risco à saúde dos adolescentes e as doenças não transmissíveis.



- Apoio a compras do governo para kits de teste de HIV e ARVs: melhorarão significativamente a disponibilidade de medicamentos para tratamento de pacientes com HIV; e serviços de saúde infantil no país.
- Treinamentos agentes comunitários que acompanham recém-nascidos e mães
- Estudo de linha de base dos cuidados maternos e neonatais integrados em quatro municípios da província da Huíla: para reforçar a participação da comunidade
- Apoio para acelerar a eliminação da malária na província do Bengo através da aquisição e distribuição de 44.000 mosquiteiros
- A estratégia de resposta acelerada pelo HIV integrou a eliminação da transmissão de mãe para filho nos serviços de saúde materno-infantil.
- Protocolo de Atendimento de Casos de Violência Sexual elaborado e validado.
- Protocolos de Atendimento das questões de SR nas unidades de saúde actualizados.
- Elaboração da nova normativa de Tuberculose

- Progresso na discussão com o Ministério da Saúde sobre o plano de Transição da Poliomielite
- Reforço das capacidades de profissionais em saúde sexual e reprodutiva e VIH/SIDA; e em prevenção de mortes maternas e neonatais
- Participação na campanha da febre amarela, fornecendo equipamentos para cadeia de frio e aquisição de doses de vacina contra a febre amarela
- Criação do grupo de trabalho técnico para o projecto de Gestão Integrada de Cuidados Comunitários (ICCM) com 100 Agentes Comunitários de Saúde em Lubango e Caconda
- Treinamento de profissionais de saúde para atuar como formadores de gerentes de nível médio para EPI nos níveis provincial e municipal
- Nas emergências, como parte da resposta à emergência e preparação para a seca na província do Namibe, garantia para receber kits básicos de higiene familiar e foram atendidas crianças de 0 a 59 meses com desnutrição aguda grave
- Capacitação sobre procedimentos de tratamento, Testagem, cuidados em instalações médicas e de saúde pública, notificação, triagem e tratamento de IPT, TB, ARV, atendimento de serviços para jovens, garotas vulneráveis ás ITS , acompanhamento dos pacientes e adesão aos tratamentos de TB /HIV

Educação

Em consonância com a Prioridade Nacional de Desenvolvimento que visa promover o desenvolvimento humano e educacional baseado na educação e aprendizagem ao longo da vida para todos os angolanos, as Nações Unidas comprometeram-se a desenvolver parcerias com o Governo de Angola para obter o resultado seguinte:

Resultado 1.2: Até 2019, Angola atingiu melhores condições de acesso ao ensino de primeira infância, educação pré-escolar e primária de qualidade, incluindo crianças vulneráveis e a aprendizagem ao longo da vida.

Os resultados em geral são moderadamente positivos em termos de acesso, qualidade e gestão escolar. Os resultados mais positivos são na área de EMIS. Com relação ao acesso à educação e a partir de uma abordagem upstream, cabe destacar a Política de Educação Especial, já aprovada pelo Executivo e em fase de implementação. Essa política facilitará um ambiente que contribuirá para uma melhor compreensão da educação inclusiva e suas implicações em Angola.

Uma segunda mudança importante ocorrida durante o período de implementação do UNPAF foi a eliminação da exigência de ter uma certidão de nascimento após o sexto ano para ter acesso ao ensino médio. Esta exigência causou no passado acesso limitado à educação, especialmente nas áreas rurais. Esta mudança contribuiu para reduzir o alto nível de abandono escolar. Enquanto isso, nenhuma mudança significativa foi identificada em nenhuma das outras causas que ainda contribuem para uma alta porcentagem de abandono escolar como violência baseada em gênero, casamento infantil, gravidez infantil, falta de professores, baixa qualidade do ensino, acesso insuficiente a material educativo, falta de água e saneamento e escolas superlotadas.

Especialmente grave continua a ser o abandono escolar de meninas na transição da escola primária para a secundária. A taxa de meninas fora da escola para o ensino médio (ciclo 2) foi muito maior do que para os meninos (respectivamente, 30% e 19%). Essa situação é motivada, além das causas anteriores, pelo casamento infantil e causas culturais e econômicas. Um desafio importante é o atraso da Política Nacional de Desenvolvimento da Primeira Infância.

O projecto Escolas Amigas das Crianças (CFS) apresentou resultados positivos significativos. Foi prestado apoio técnico e financeiro ao MED e à Direcção Provincial de Educação para levar a cabo um modelo inovador de Escolas Amigas das Crianças nas províncias do Bié e Moxico. Este modelo trabalha as capacidades da equipa local de educação provincial em gestão, implementação e monitorização, com o objectivo de demonstrar um impacto positivo nos ambientes de ensino e aprendizagem. Funcionários provinciais de educação e professores do Bié e Moxico, a trabalhar com aproximadamente 9.000 crianças em 10 escolas do projecto, receberam formação em diferentes tópicos, incluindo planeamento escolar, WASH e ensino orientado para crianças. No entanto, deve ser destacado o âmbito reduzido do impacto do projecto CFS, uma vez que é uma experiência piloto em 10 escolas nas províncias do Bié e Moxico. Isso representa um desafio de sustentabilidade e expansão.

Realizaram-se estudos para explorar as questões da migração de grupos e crianças e o seu acesso à educação e a qualidade do ensino de competências para a vida para avaliar a situação actual dos serviços de educação pré-escolar em Angola e sobre crianças fora da escola. Os quatro estudos foram apresentados, discutidos e aprovados no MED e ajudarão a criar consciencialização e conhecimento entre os decisores nos ministérios sobre as lacunas no acesso à educação pré-escolar e primária e também darão informações valiosas para melhorar as estratégias de acesso.

Para lidar com altas taxas de repetência e abandono escolar no ensino primário, trabalhou-se com o MINARS para promover a importância da educação infantil (ECE) através do desenvolvimento conjunto de brochuras sobre o tema para as comunidades e administradores do MINARS. Para capacitar o ECE e melhorar a qualidade dos serviços, foram formados coordenadores e gestores de centros ECE, contribuindo para melhorar os serviços que potencialmente alcançam 300.000 crianças em centros de primeira infância.

Ao nível da gestão do sector, o Gabinete de Estatística do MED foi apoiado para melhorar a recolha, processamento, análise e apresentação de dados no sector da educação. A formação foi organizada para o pessoal nacional e provincial. Como resultado, estão disponíveis dados de educação mais fiáveis e completos para 2013 e 2014, enquanto os dados de 2015 serão recolhidos, validados, processados e analisados. Os dados educacionais melhorados informarão o desenvolvimento do novo Plano Nacional do Sector da Educação 2016–2025, ao qual serão acrescentados vários capítulos do novo Plano de Aprendizagem para Todos na Educação 2016–2030.

Dados de 2011 do Ministério da Educação indicam uma taxa de conclusão de 78,1% no ensino primário. A taxa de frequência (NAR) para Angola (78 por cento para as raparigas e 80 por cento para os rapazes) está acima da média para a África subsaariana, mas é menor do que em todos os outros países de rendimento média da região. No nível secundário, o desempenho de Angola fica atrás da região. A NAR na educação secundária em Angola é de apenas 27 por cento para raparigas e 29 por cento para rapazes, cinco pontos percentuais abaixo das médias para a África subsaariana e consideravelmente menos do que em outros países de rendimento médio.

De seguida, sintetizam-se as principais contribuições das agências das Nações Unidas durante os anos 2015, 2016 e 2017 que contribuíram para alcançar o resultado.

- Política nacional para educação especial e um plano de ação para educação alternativa
- Elaboração de planos e materiais de treinamento em português
- Estudo de abandono escolar na província da Huila
- Elaboração da Política Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) elaborada pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS)
- Avaliação do possível impacto na educação de situações de emergência
- Desenvolvimento da estratégia das Child Friendly Schools (CFS): melhorou o acesso a água e sanitários nas escolas, implementado em 8 escolas
- Atenção às necessidades de educação dos refugiados, principalmente no norte

- O projeto CFS desenvolveu planos de gestão para orientar melhorias no ambiente de ensino e aprendizagem em 10 escolas participantes.
- Reforma do EMIS (Sistema de Informação de Gestão da Educação).
- O piloto de mapeamento escolar na província de Huila, que promove um sistema inovador de monitoramento em tempo real e coleta digital de dados.

Agências das Nações Unidas:
UNICEF, UNDP e UNESCO

- Materiais de formação de professores para educação a distância com modelo pedagógico integrado.
- Estudo sobre conhecimento de estudantes e professores sobre habilidades de vida e estratégias de ensino.
- Política para a formação de professores nos níveis pré-escolar, primário e secundário.
- Projecto para Escolas Amigas da Criança (CFS) no Bié e no Moxico: proporcionou 12 formações em 10 escolas seleccionadas sobre liderança escolar, ensino centrado na criança e fortalecimento de comitês escolares
- Professores treinados no Bengo, Benguela, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Luanda e Malanje na educação sobre a sexualidade (de saúde sexual e reprodutiva, prevenção de HIV, violência, gravidez precoce e aborto) e a prevenção de amarelo febre e malária.

Contribuições destacadas
Elaboração própria
o
desenvolvimento do país
OUTCOME 1

RESULTADO 1.2: EDUCAÇÃO

Até 2019, Angola atingiu melhores condições de acesso ao ensino de primeira infância, pré-escolar e educação primária de qualidade, incluindo as crianças vulneráveis e a aprendizagem ao longo da vida.

Protecção social

As Nações Unidas expressaram a sua disponibilidade para, em parceria com o Governo de Angola, concretizar o seguinte resultado:

Resultado 1.3: Até 2019, Angola expandiu substancialmente a assistência social às pessoas Vulneráveis.

O Programa de transferências monetárias condicionadas (APROSOC) uma das estratégias principais neste campo, teve um atraso total de dois anos, justificado pela falha das premissas previstas. Apesar disso, no âmbito de uma estratégia de advocacia, a colaboração com o Ministério da Assistência Social foi reforçada através da realização de vários workshops e eventos intersectoriais públicos que fomentaram o diálogo nacional sobre transferências monetárias e sobre a nova política de assistência social. Agora o Programa está relançado e as previsões são do começo de actividades ao fim do ano 2018.

No quadro deste resultado, foram feitos progressos substanciais no sentido de reforçar o acesso descentralizado aos serviços de assistência social, bem como de gerar e divulgar evidências e utilizá-las para defender melhor o planeamento da protecção social. Foi desenvolvido um novo modelo para a prestação descentralizada de assistência social. O modelo, denominado “MAS” - Serviços Municipais de Acção Social - prevê a prestação de serviços de assistência social e encaminhamento para serviços e bens sociais para indivíduos vulneráveis. Entre os diferentes estudos que foram apoiados, vale mencionar a alimentação escolar e o MODA. Ambos gerariam impacto positivo: a alimentação escolar seria a primeira avaliação substantiva desse programa e teria implicações para o futuro fortalecimento e melhoria do orçamento; e MODA possivelmente fortalecendo as percepções do governo sobre a pobreza infantil multidimensional e aumentando a capacidade do INE de fazer este tipo de análise no futuro.

Através do projecto SIMSAP financiado pela UE, foram concebidas as peças do programa de subsídios a crianças e um novo modelo para a prestação de serviços sociais integrados a nível descentralizado, o Projecto de Apoio Analítico ao País (CAS).

Em parceria com a USAID, prestou-se apoio técnico ao Instituto Nacional de Estatística em Pesquisa Demográfica e de Saúde (DHS) / Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2015–2016, coordenando o apoio para a implementação da pesquisa. Os dados do inquérito DHS/MICS preencherão os principais dados e lacunas de conhecimento em Angola, fornecendo estimativas actualizadas e desagregadas sobre os principais indicadores sociais relacionados com os direitos das crianças.

A implementação do programa de política social enfrentou várias restrições, incluindo atrasos no processo final de aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social, bem como falta de clareza em torno do ambiente institucional para a implementação de medidas de protecção social, o que resultou em alguma duplicação de esforços e sinergias limitadas; que parece podem ser superadas com a mudança de governo.

De seguida, sintetizam-se as principais contribuições das agências das Nações Unidas durante os anos 2015, 2016 e 2017 que contribuíram para alcançar o resultado.

- Apoio ao processo de definição de um novo modelo de Municipalização da Acção Social, com o objectivo de descentralizar os serviços
- Reforço de capacidade das mulheres e agricultores através do desenvolvimento das cadeias produtivas e geração de renda
- Formação profissional de jovens através das MEDIATECAS
- Advocacia para melhorar o orçamento social para crianças e a alfabetização orçamentária.
- Elaboração da nova Política de Protecção Social Não Contributiva pendente de aprovação
- Contributos na análise do Orçamento do Estado 2016 e 2017 nos sectores da Educação, Saúde, Protecção Social, Registo e Justiça Juvenil, e Água e Saneamento. Estimulou-se o debate sobre o OGE com a sociedade civil, a Assembleia Nacional e Ministérios da área social
- Promoção do debate e sensibilização sobre a protecção social e transferências monetárias

Agências das Nações Unidas
UNICEF, UNDP e OIT

- Diagnósticos municipais de vulnerabilidade que foram usados para desenvolver planos de ação municipais que atingiram 150 funcionários do governo e da sociedade civil
- Estratégia de envolvimento da sociedade civil que deve fornecer apoio transversal ao modelo MAS
- Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais setoriais.
- Estudo sobre MODA, e o possível impacto no fortalecimento das percepções governamentais sobre a pobreza infantil multidimensional e aumento da capacidade do INE para fazer este tipo de análise no futuro
- Estudo sobre a alimentação escolar, sendo a primeira avaliação substantiva desse programa e com implicações para o futuro fortalecimento e melhoria do orçamento
- Reforço de capacidade das famílias vulneráveis através do desenvolvimento das cadeias produtivas e geração de renda
- Desenvolvimento da estratégia de protecção social na agricultura

Elaboração própria
Impactos das
do UNPAF ao
desenvolvimento do país
OUTCOME 1

RESULTADO 1.3: PROTECÇÃO SOCIAL

Até 2019, Angola expandiu substancialmente a assistência social às famílias vulneráveis.

4.2.2 Área estratégica 2: Estado de Direito e Coesão Nacional

Boa Governação, Participação, Descentralização e Instituições Democráticas

As Nações Unidas manifestaram a sua disponibilidade para, em parceria com o Governo de Angola, concretizar o seguinte resultado:

Resultado 2.1: Até 2019, os cidadãos participam activamente na vida pública, e instituições e organismos públicos são modernizados para oferecer serviços eficazes e de qualidade, facilmente acessíveis, baseados no critério de boa governação.

As Nações Unidas em Angola contribuíram para o **processo de descentralização** com apoio a políticas e planos tais como a Lei 15/6, que versa sobre a administração do poder local; o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território - PLANEAT 2015-2025; o diagnóstico da PNOTU do quadro jurídico-legal, institucional e socioeconómico e espacial do país.

Outros processos que apoiaram a descentralização foram a preparação de leis sob governação e eleições locais; a proposta de separação entre os direitos fundiários e o direito de construção, no que se refere à fixação de preços da terra urbana; nas províncias, a monitoria das doenças, que foi reforçada através do programa ADECOS, que, além da sua componente política, apresenta uma importante componente de implementação ligada à apropriação das comunidades deste programa.

Nesta área de descentralização, importante quantidade de trabalho estava previsto para ser feito com Conselhos de Auscultação e Concertação Social. Havia indicadores e previsões bem específicos que não foram alcançados por falta de financiamento da parte das agências por um lado e por falta de determinação política por outro. A escala que se projectou não foi o que se realizou. A questão do financiamento e vontade política foi um factor importante.

No campo do desenvolvimento da sociedade civil e a participação democrática foram promovidos diversos mecanismos de participação, com vista a elevar a participação das mulheres, através da formação de mulheres em direitos políticos e participação, assim como através da formação de nove Organizações da Sociedade Civil (OSC) em género e resiliência. Foi dado apoio na preparação das eleições gerais de 23 de Agosto, com formação nas áreas de educação cívica e observação eleitoral.

Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) foram propostos pela PNOTU como as plataformas de participação da sociedade civil nos mecanismos de planeamento urbano e territorial de Angola. Contudo, os últimos anos testemunharam uma redução do número de parceiros da sociedade civil em Angola, resultante da crise económica global e do alto custo de operação no país entre outras causas. Menos organizações consolidaram o seu trabalho em áreas específicas como direitos humanos, resposta ao HIV-Sida, educação, saúde e agricultura. De acordo com o Índice

de Sustentabilidade em Angola, produzido pela USAID em 2015, a maioria das ONGs no país não consegue garantir a sustentabilidade financeira.

Em 2015, poucos doadores permaneceram em Angola. Um número limitado de agentes implementadores foi identificado, o que representa uma fraqueza para a implementação dos projectos de âmbito local. Parceiros tradicionais com grande capacidade de operação no território deixaram o país, como a Oxfam ou a Cruz Vermelha. Ao mesmo tempo, diferentes relatórios e informantes declaram a fraqueza da sociedade civil.

De acordo com vários relatórios, como o índice CSO Sustainability da USAID (2015), Angola aparece em último lugar no ranking da África subsaariana na sociedade civil, aparecendo na última posição em algumas dimensões como viabilidade financeira, prestação de serviços, infra-estrutura e imagem pública.

Não existe informação actualizada sobre o número de OSC que operam em Angola. Em 2014, 228 organizações nacionais e 73 OSC internacionais, ou um total de 301 organizações, foram relatadas como registradas pelo Ministro da Justiça e Direitos humanos. A precisão deste número não pode ser verificada. Muitos observadores acreditam que o número real de organizações activas é uma fração desse total.

Durante a preparação para as eleições gerais de 23 de Agosto em Angola, foram capacitados formadores líderes em 39 municípios, nas 13 províncias nas temáticas de educação de observação cívica e eleitoral, tendo envolvido 1.594 beneficiários adicionais. Além disso, o apoio das NU às eleições de 2017 permitiu o envio de 420 observadores nacionais da sociedade civil, o que contribuiu para o fortalecimento da participação e observação das eleições.

No âmbito do WASH, o investimento do Governo de Angola em melhorar a cobertura de água e saneamento foi substancial. Infelizmente, esse investimento não se traduziu em taxas mais altas de acesso a uma melhor cobertura de água potável.

O governo seguiu um modelo de desenvolvimento que consistia em investimentos em grandes infraestruturas e reabilitação de redes principalmente em grandes centros urbanos. No entanto, existe uma lacuna identificada no desenvolvimento das capacidades nacionais para gerir o sector. Os fundos foram gastos, mas não foram transformados em melhorias significativas do serviço de água, principalmente críticas na área rural.

Foram aplicados mecanismos para o desenvolvimento de capacidades, mas foram abandonados quando o financiamento externo começou a desaparecer. A falta de capacidade tem, portanto, consequências directas na qualidade dos serviços que afectam directamente a população-alvo.

Por outro lado, na área de WASH identificou-se como uma grande conquista o programa CLTS liderado pela comunidade, beneficiando 320 comunidades e mais de 200.000 pessoas, contra a defecação a céu aberto.

Obteve-se a aprovação do MINEA para iniciar duas novas abordagens inovadoras em 2016 para melhorar a sustentabilidade dos serviços de WASH em Angola, bem como

para aumentar o acesso a serviços de saneamento adequados em áreas urbanas e periurbanas de baixo rendimento. Também neste âmbito, um Modelo Comunitário de Gestão da Água (MoGeCa) foi lançado em três municípios da província do Huambo.

A participação de Angola na iniciativa WOP foi apoiada, um esquema de cooperação entre organizações sem fins lucrativos entre empresas de água e saneamento (cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) que fortalecerá o desempenho e a prestação de serviços dos sistemas de água e saneamento no país.

Angola está envolvida em tecnologia de saneamento simplificado (condomínio) em rede, uma abordagem tecnológica e social para superar o desafio de fornecer serviços de saneamento adequados nos bairros periurbanos do país. A introdução desta abordagem em Angola foi apoiada, facilitando o intercâmbio de experiências com o Brasil onde a abordagem tem sido amplamente utilizada há muitos anos, através de mecanismos de cooperação Sul-Sul ou triangular.

No âmbito da protecção das crianças e quanto ao registo de nascimento, o principal resultado esperado foi expandir os serviços de registo de nascimento. Durante o primeiro semestre de 2017, houve progresso significativo no registo de nascimento e na justiça para componentes infantis. O registo de nascimento foi ampliado para 20 maternidades e unidades de saúde adicionais, elevando para 50 o número total de maternidades e unidades de saúde que fornecem serviços de registo de nascimento nas províncias-alvo. Para promover o registo de nascimento para crianças nascidas fora das maternidades, foi formado um total de 1.047 parteiras tradicionais sobre a importância do registo de nascimento com o objectivo de as capacitar para facilitar o registo de nascimento. O engajamento dos actores do registo civil e das estatísticas vitais (CRVS) continuou por meio da realização de reuniões mensais de coordenação do CRVS.

No âmbito dos dados e evidências houve um importante apoio ao Registo Civil e Estatísticas Vitais (CRVS) e o Sistema Nacional de Estatística foi fortalecido através da implementação da Estratégia Nacional de Estatísticas, tendo as NU contribuído com aumento da capacidade técnica do INE, de quadros do Ministério do Planeamento, tutores e estudantes da Universidade Agostinho Neto para a avaliação da qualidade e na análise dos dados censitários. A capacidade dos técnicos de INE foi reforçada visando à disponibilização de dados estatísticos sociodemográficos aos utilizadores. Neste mesmo âmbito, houve maior publicação dos resultados definitivos do Censo de 2014 e de projecções para o período de 2014 a 2050. Neste momento quatro estudos importantes estão a ser realizados: (i) “Homens e mulheres” (ii) “Características da população jovem de Angola” (iii) “Dividendo demográfico” e (iv) “Primeiro relatório analítico sobre dados de género”. Também é notável o estudo sobre a Tendência de Crescimento da População que faz parte dos estudos temáticos do INE (Homens e Mulheres, Características da População Jovem e Projeção da População).

Além disso, apoiou-se o MINAGRIF na realização do censo agrícola, finalização do Inventário florestal e realização do relatório anual de campanha agrícola do MINAGRIF.

Pode-se concluir que há muitos dados sectoriais, mas a maioria não estão validados e aprovados pelo INE.

De seguida, sintetizam-se as principais contribuições das agências das Nações Unidas durante os anos 2015, 2016 e 2017 que contribuíram para alcançar o resultado.

WASH:

- Fortalecimento dos marcos normativos e de coordenação do sector.
- Melhora dos Sistemas de Gestão de Informação (SGI).
- Modelo Comunitário de Gestão da Água (MoGeCa) em 3 municípios da Província do Huambo.
- Viabilidade de investimento necessários para operacionalizar o SISAS.
- Lançou a Water Operators' Partnerships (WOP).
- Treinamento em planeamento e orçamentação.
- Estratégia Nacional para o CLTS.
- Prestou apoio financeiro e técnico a WASH nas Escolas nas províncias do Bié, Cunene e Moxico para o trabalho de infra-estrutura.
- Reabilitação dos pontos de água no sul

PARCERIAS ESTRATÉGICAS:

- Apoio na preparação das eleições gerais de 23 de Agosto com formação nas áreas de educação cívica e observação eleitoral
- Quadros de desenvolvimento globais e regionais relevantes, como SDGs e SADC com a província da Huíla.
- Apoio ao MINUHA na implementação da PNOTU.
- Apoio na adopção do REDATAM.
- Apoiou ao MINAGRIF na realização do censo agrícola e finalização do Inventário florestal

Contribuições destacadas do UNPAF ao desenvolvimento do país
OUTCOME 2

RESULTADO 2.1: BOA GOVERNAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Até 2019, os cidadãos participam activamente na vida pública e instituições e organismos públicos são modernizados, para prestar serviços de qualidade eficientes, facilmente acessíveis baseados em critérios de boa governação.

Agências das Nações Unidas:
FAO, IOM, OHCHR, PNUD, UNFPA, UNICEF, UNISDR, WHO, UN-Habitat

POPULAÇÃO

- Apoio ao Registo Civil e Estatísticas Vitais (CRVS).
- 4 estudos importantes que estão a ser realizados: (i) "Homens e mulheres" (ii) "Características da população jovem de Angola" (iii) "Dividendo demográfico" e (iv) "Primeiro relatório analítico sobre dados de género".
- Apoio técnico na análise temática do Censo de População e Habitação, apoio o Instituto Nacional de Estatística para a disponibilização dos dados.
- Fortalecimento das capacidades do MPDT e operacionalização de mecanismos institucionais para a implementação da Política Nacional de População.
- Estratégia Nacional de Estadísticas implementada

PROTECÇÃO DA CRIANÇA:

- O registo de crianças foi ampliado para 50 maternidades e unidades de saúde que fornecem serviços de registo de nascimento.
- Um total de 1.047 atendentes tradicionais de parto foram treinados.
- Advocacia para a informatização de todo o registo de nascimento.

Elaboração própria

Acesso à Justiça e Direitos Humanos

As Nações Unidas actuaram, em parceria com o Governo de Angola, para alcançar o seguinte resultado:

Resultado 2.2: Até 2019, as instituições nacionais têm um papel reforçado na promoção e proteção dos direitos humanos, garantindo o conhecimento e o acesso aos serviços de justiça a todos os cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis.

Durante o período, com o apoio das Nações Unidas, Angola posicionou-se positivamente em relação às convenções dos **direitos humanos**. O governo e outros parceiros foram apoiadas no reforço da capacidade nacional para implementar os direitos humanos e outras normas e padrões universais das Nações Unidas e progresso na defesa dos direitos humanos e outros valores e princípios do sistema das Nações Unidas.

Durante 2017, o UNCT e o CR centraram-se particularmente nos Direitos Humanos, tanto nas iniciativas internas como externas, particularmente no contexto do ano eleitoral de Angola. A esse respeito, a capacidade de análise política da UNCT foi reforçada através de uma missão de três semanas de uma equipa especialista da DPA para Angola. Os funcionários da UNCT, RC e DPA estabeleceram as bases para iniciar o desenvolvimento de uma Estratégia Política das NU para Angola.

No contexto dos preparativos para as eleições e com o objectivo de fortalecer a participação dos cidadãos nos processos de governação, as organizações da sociedade civil foram apoiadas a serem observadores durante as eleições. Um total de 750 observadores nacionais foram formados, dos quais 420 foram credenciados. Além disso, a capacidade de 35 formadores líderes das OSC e da Comissão Nacional Eleitoral foi fortalecida em termos de género e participação das mulheres nas eleições. Esta capacitação foi replicada pelos treinadores líderes em 39 municípios em 13 províncias através da educação de observação cívica e eleitoral, tendo envolvido 1.594 beneficiários adicionais.

É importante destacar que não havia nenhuma intervenção prevista no UNPAF nem CPDs na área das eleições mas por causa do contexto houve uma intervenção e adaptou-se às mudanças das necessidades no país, para tentar apoiar o processo de fortalecimento democrático. Trabalhou-se com o CNE e com os partidos políticos, intervenções estas não previstas.

Foi reforçada a capacidade institucional de órgãos da administração da justiça, de instituições de direitos humanos e da sociedade civil para a promoção dos direitos, por meio de diversas acções de formação, nomeadamente: membros do CIERNDH receberam capacitação sobre direitos humanos, acesso à justiça e monitorização da implementação de UPRs; funcionários dos Comités Provinciais de Direitos Humanos (PHRCs) foram capacitados sobre o mandato legal e funções dos PHRCs; Promotores Públicos da Procuradoria-Geral foram capacitados sobre direitos de prisioneiros e execução de sentenças; Magistrados, agentes da polícia e assistentes sociais tiveram as suas capacidades fortalecidas em protecção dos direitos das crianças. A nível

provincial, as capacidades dos Comités Provinciais de Direitos Humanos foram fortalecidas para promulgar e executar políticas sobre os direitos humanos, em parceria com as OSCs e as autoridades locais.

No contexto da resposta de **emergência aos refugiados** vindos da República Democrática do Congo, foi feita advocacia ao mais alto nível para a elaboração e aprovação da Declaração do Estatuto de Refugiado numa base Prima Facie para os refugiados da RDC. Em Abril de 2017, a violência e as tensões étnicas foram intensificadas na região de Kasai, na República Democrática do Congo, o que provocou a deslocação interna de cerca de 1,4 milhão de pessoas e forçou mais de 35.000 congolezes a fugir para Angola, buscando um ambiente seguro. Além disso, foi dado apoio logístico à missão enviada pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos de uma equipa de funcionários de direitos humanos a Angola para entrevistar refugiados que fugiram da RDC para identificar possíveis violações de direitos humanos naquele país.

Sob a liderança geral da UNCHR e apoio do CR, o UNCT e principalmente a UNCHR, o UNICEF, WFP, OMS, UNFPA, OIM e PNUD rapidamente mobilizaram 10,5 milhões de dólares do Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF) para uma resposta sectorial, composta por 11 projetos nas áreas de assistência alimentar, saúde e nutrição, alojamento e itens não alimentares, água e saneamento, protecção, transporte e segurança. Além dos fundos de resposta CERF, as agências das NU envolvidas na resposta e parceiros lançaram em conjunto com o Governo de Angola em Junho um apelo entre agências de 65,5 milhões de dólares para um número planeado de 50.000 refugiados. 13 organizações participaram do apelo interagencial, a FAO, IOM, Serviço Jesuítas para os Refugiados, Grupo Consultivo de Minas, UNAIDS, UNDP, UNDSS, UNFPA, UNCHR, UNICEF, UNRCO, WFP e OMS.

No âmbito da protecção de refugiados e migrantes, a assistência técnica fornecida ao Ministério do Interior contribuiu para a elaboração do primeiro esboço da Política Migratória de Angola, assim como para actualização da informação referente a refugiados e requerentes de asilo, na qual foram registados de 2.043 refugiados e requerentes de asilo.

A implementação dos projectos de resposta aos refugiados não só apoiou os beneficiários, mas também os mecanismos de coordenação entre os parceiros foram reforçadas; e reforçou-se o contacto com os doadores com o objectivo de captar fundos e partilhar informações sobre a resposta.

No âmbito dos direitos das crianças um dos principais resultados esperados foi o estabelecimento de um tribunal juvenil em todas as províncias-alvo e isso não foi alcançado. No entanto, foi feito muito trabalho relacionado com o processo de criação desses tribunais (principalmente capacitação). Todo esse trabalho melhorou a prestação de serviços de justiça para as crianças, mas o projecto não atingiu o objectivo final. Note-se que, durante a avaliação intercalar da componente do programa liderada pela UE, foi acordado que, devido à falta de infra-estruturas em todas as províncias-alvo, o estabelecimento de tribunais juvenis passará agora a visar apenas três províncias.

Na componente Justiça para Crianças, foram feitos estudos para o tribunal juvenil da Huíla e foi preparada uma lista de quantidades para pequenas reformas na estrutura proposta. O Instituto Nacional da Criança (INAC) foi envolvido no reforço do seu papel na prevenção da violência contra as crianças. O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) foi contratado para o desenvolvimento de padrões mínimos para crianças em risco, incluindo crianças em situação de rua e crianças em contacto com a lei.

A Protecção das Crianças em Situação de Emergência foi lançada no Dundo, que acolhe refugiados congolezes que se sentem vítimas da violência na província do Kasai. O trabalho foi feito em estreita colaboração com o MINARS, o INAC e a sociedade civil (Caritas, Faculdade de Direito e Visão Mundial) para responder à crise de refugiados através da prevenção e resposta à violência contra crianças, prevenção da separação familiar e fornecimento de actividades recreativas e de apoio social.

Em relação à equidade de género, apoiou-se a implementação da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género; a produção e disseminação de dados sobre VBG; e o reforço e advocacia do Direito a Residência Adequada, o Direito à Terra para Habitação sem discriminação de género.

As Nações Unidas contribuíram com apoio técnico para o funcionamento da Comissão Nacional de Auditoria e Prevenção à Morte Materna e Perinatal; para o fortalecimento da capacidade do Ministério da Família e Promoção da Mulher na integração do género e da violência baseada no género nos seus planos, na política de género a nível nacional e provincial - inclusive em situações de emergências; e para a avaliação de necessidades de protecção para identificar e registar refugiados e requerentes de asilo. No âmbito do apoio às pessoas refugiadas, foi dado apoio em termos de advocacia e de prevenção da violência baseada em género, em parceria com o Ministério do Interior.

Também na área do género, há intervenções não previstas de uma maneira específica por exemplo, o trabalho que se está a fazer no empoderamento da mulher para participar no processo autárquico.

Angola fez progressos significativos nos direitos económicos das mulheres. Segundo o PNUD, as mulheres representam agora 41 por cento dos trabalhadores remunerados fora da agricultura, em comparação com 35 por cento em 1990. Angola também promulgou uma Lei sobre a participação das mulheres na vida política em 2005 e uma Lei contra a Violência Doméstica, em 2011. No entanto, ocupa o 150º lugar entre 188 países no Índice de Desigualdade de Género de 2016, que tem em conta a taxa de mortalidade materna, a taxa de natalidade dos adolescentes, a percentagem de assentos no parlamento, percentagem de mulheres com algum ensino secundário e percentagem de mulheres na força de trabalho. Além disso, enfrenta desafios em relação à persistência da violência contra as mulheres, bem como outras práticas prejudiciais, incluindo o casamento precoce, poligamia, levirato e violência contra crianças ou mulheres idosas consideradas feiticeiras.

DIREITOS DAS CRIANÇAS:

- Maior proteção aos direitos das crianças em contacto com o sistema de justiça.
- Reforço do componente das crianças vítimas de violência.
- Uma estratégia C4D para crianças em contato com o sistema de justiça.
- Estudo diagnóstico sobre justiça para crianças e um estudo formativo sobre percepção, conhecimento, atitudes e práticas
- Comitês de auditoria e prevenção de mortes maternas e neonatais

MIGRANTES, ASILO E REFUGIADOS :

- Apoio o desenvolvimento e o processo das leis relacionadas com os requerentes de asilo e refugiados.
- Formação na área de tráfico de seres humanos.
- Assistência Técnica no desenvolvimento da Política Migratória.
- Promoção do acesso a informações actualizadas para refugiados e requerentes de asilo.
- Projecto ASYCUDA, no âmbito da reforma dos procedimentos aduaneiros.

Agências das Nações Unidas
IOM, UNHCR, OHCHR, OCHA, UNDP, UNFPA, UNICEF, UNWOMEN, UNODC, UNAIDS

DIREITOS HUMANOS:

- Apoio na acreditação da Provedoria de Justiça de Angola junto das Instituições Internacionais de Direitos Humanos;
- A Provedoria de Justiça de Angola tornou-se membro da Aliança Sul Africana de Instituições de Direitos Humanos;
- Participação de OSC sobre os direitos das mulheres na 61ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos e dos Povos;
- Instalação de Comitês Provinciais de Direitos Humanos nas províncias de Kwanza Sul e Moxico
- Apoio o Ministério da Justiça e Direitos Humanos na consulta sobre e elaboração relatórios dos direitos humanos.
- Produção de materiais e desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação para a Revisão Periódica Universal (UPR)
- Apoio na abordagem baseada nos direitos humanos sobre indicadores-chave para a resposta nacional do VIH.
- Equipa técnica da Comissão Inter-Sectorial Nacional de Comunicação de Direitos Humanos capacitada na elaboração e defesa de relatórios nacionais de direitos humanos e elaboração de Planos de Acção para monitorar as recomendações feitas pelos Comitês de Direitos Humanos

EQUIDADE DE GÉNERO :

- Apoio na implementação da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género.
- Produção e disseminação de dados sobre VBG.
- Reforço e advocacia do Direito à Moradia Adequada, do Direito à Terra para Habitação sem discriminação de género.

Contribuições destacadas
do UNPAF ao
desenvolvimento do país
OUTCOME 2

RESULTADO 2.2: ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Até 2019, as instituições nacionais são reforçadas no seu papel para a promoção e protecção dos direitos humanos, garantindo o conhecimento de e o acesso à lei e serviços de justiça aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis.

Elaboração própria

4.2.3 Área estratégica 3: Desenvolvimento Económico Inclusivo e Sustentável

Crescimento Inclusivo, Diversificação Económica, Produção, e Criação de Emprego

A acção das NU, em parceria com o executivo, foi concebida para alcançar o seguinte resultado:

Resultado 3.1: Até 2019, Angola possui e está a implementar políticas e estratégias para a redução da pobreza, fome e desequilíbrios através do aumento da produção, produtividade, crescimento e diversificação económica; isto irá facilitar a criação de emprego para mulheres e jovens e resultará no progresso de Angola.

No âmbito deste resultado, o apoio das Nações Unidas focou-se essencialmente ao **processo de Graduação de Angola** dos Países Menos Desenvolvidos (PMA) a País de Rendimento Médio, especificamente na elaboração do Roteiro da Graduação - processo que será implementado até Fevereiro de 2021.

Em relação ao processo de graduação, diferentes parceiros nacionais expressaram o seu receio de que isso significaria uma redução de recursos para o país.

Também membros das agências das NU apontam a necessidade de rever as abordagens upstream / downstream no país, enquanto alguns apontam que já neste período eles levaram a um trabalho no país sob esta abordagem de País de Rendimento Média. Isto significa uma mudança da estratégia de encaixe com os parceiros e o menor peso da provisão de serviços. A partir da graduação de Angola, já não se pode fazer compras com recursos próprios mas sim com outros recursos. Iguamente, os serviços em todas aquelas abordagens que não trazem um benefício directo aos indivíduos ou instituições. Aposta-se, portanto, mais naquelas actividades e estratégias como *advocacy, policy dialogue, knowledge management, capacity building, partnerships* ou *South South cooperation*.

Em relação ao processo de graduação em si, o *Committee for Development Policy* (CDP) realizou a sua última análise trienal dos Países Menos Desenvolvidos (PMA) em Março de 2018. A Tabela 1 abaixo mostra os critérios e indicadores considerados para Angola. Como o rendimento nacional bruto (RNB) per capita se manteve acima do dobro do limiar de graduação (US \$ 1.230), o país continua a cumprir o critério de graduação apenas em termos de rendimento, o que permite a graduação. Por outro lado, Angola continua a falhar os outros dois critérios de graduação: i) apesar de melhorias notáveis em 2018, o *Human Assets Index* (HAI) permanece abaixo do limiar de graduação, que é fixado em 66; ii) o Índice de Vulnerabilidade Económica (EVI) está longe do limiar de graduação, que é fixado em 32 pontos.

Tabela 4. Graduation of Angola from LDC: criteria and indicators

Criteria / indicators	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1. GNI per capita (US\$)	2,826	3,069	3,206	3,556	4,093	4,613	4,750	4,477
2. Human Assets Index (HAI):	43.5	46.2	47.7	49.0	50.3	51.3	52.1	52.5
Maternal mortality ratio (per 100,000 live births) ¹	581.4	561.3	546.0	526.1	508.8	493.4	477.0	477.0
Under-five mortality rate (per 1,000 live births) ²	128.3	119.4	111.0	103.5	96.8	91.2	86.5	82.5
Percentage of population undernourished ³	21.3	19.4	17.9	16.7	15.3	14.4	14.0	14.0
Adult literacy rate (%) ⁴	66.6	66.5	66.3	66.2	66.1	66.0	66.0	66.0
Gross secondary enrolment ratio (%) ⁵	25.0	28.8	28.9	28.9	28.9	28.9	28.9	28.9
3. Economic Vulnerability Index (EVI):	33.8	34.3	34.6	37.4	36.3	37.0	37.1	36.8
Population (thousands)	22,550	23,369	24,219	25,096	25,998	26,920	27,859	28,813
Remoteness	58.6	58.7	58.9	59.1	59.2	59.3	59.5	59.8
Merchandise export concentration	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9
Share of agricultural, forestry and fisheries in GDP (%) ⁶	5.5	5.9	6.2	5.9	6.0	6.7	8.0	8.6
Share of population living in low elevated coastal areas (%)	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4
Instability of exports of goods and services	13.3	13.5	13.9	14.3	12.8	13.1	13.2	12.8
Instability of agricultural production	5.7	5.7	5.6	7.4	7.7	8.3	8.3	8.3
Victims of natural disasters (%)	0.2	0.3	0.3	0.7	0.7	0.7	0.7	0.7

Source: United Nations Committee for Development Policy (CDP), 2018. Monitoring of Graduated and Graduating Countries from the Least Developed Country Category: Angola. March 2018.

As Nações Unidas ofereceram apoio ao governo nacional no avanço da realização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e actividades relacionadas com a Agenda 2030. O UNCT em Angola tem estado activamente envolvido com o Governo de Angola na aceleração da implementação dos ODS. As iniciativas respondem ao Roteiro das NU em Angola, que foi aprovado pelo UNCT em 2016 e contém as seguintes seções: 1) Alinhamento do UNPAF com os ODS; 2) Advocacia dos ODS; 3) Integração dos ODS na agenda nacional; 4) Orçamento dos ODS; 5) linhas de base e indicadores dos ODS; 6) Relatórios e prestação de contas.

Durante 2017, o UNCT concentrou-se nas áreas de Advocacia dos ODS, Integração dos ODS na Agenda Nacional e nas linhas de base e indicadores dos ODS. Neste âmbito, com o apoio das Nações Unidas, o Ministério de Assuntos da Mulher e o Instituto Nacional de Estatística produziram e publicaram em conjunto o primeiro Relatório de Género do país e estabeleceram uma linha de base estatística para apoiar a monitorização nacional e informar sobre o ODS 5 da Agenda 2030.

Em relação à área de inclusão dos ODS na agenda nacional, foi feita advocacia ao mais alto nível para o desenvolvimento de um Mecanismo Nacional/Setorial para os ODS e Graduação, iniciativa que também contou com assistência técnica fornecida ao Ministério da Economia e Planeamento com o desenvolvimento de uma nota conceptual com a estrutura e funcionamento do Comité Consultivo Nacional para os ODS e a Graduação. Embora o Comité Nacional não tenha sido criado em 2017, ano eleitoral em Angola, foi uma oportunidade para as NU envolver-se com o governo de Angola em ODS e a graduação do país, e considerar estes dois processos como integrados e complementares.

A elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 a 2022, iniciado em 2017, contou com assistência técnica ao Ministério da Economia e Planeamento para o desenvolvimento do Plano que inclui a integração dos ODS e os indicadores de graduação de Activos Humanos e Vulnerabilidade Económica para fundamentar a implementação bem-sucedida de uma estratégia de transição suave como país de rendimento médio.

Nas linhas de base e indicadores dos ODS, as NU em Angola apoiaram o governo com duas iniciativas-chave. Em primeiro lugar, facilitaram e apoiaram a missão do Director do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Director de Planeamento do Ministério da Economia e Planeamento na sede das NU em Nova Iorque. O objectivo desta missão foi contribuir para fortalecer as capacidades nacionais de análise estatística e harmonização, particularmente no âmbito dos ODS. A missão teve concretizações significativas em termos de alinhamento de dados nacionais e das NU, bem como na identificação dos próximos passos na monitorização da graduação e dos ODS. A um nível mais técnico, através da liderança do Grupo de M&E das NU, foi prestado aconselhamento técnico ao Instituto Nacional de Estatística (INE) no desenvolvimento do Relatório de Linha de Base dos ODS.

Em relação ao crescimento e diversificação económica, aplicaram-se estratégias de fortalecimento das capacidades, através de formações e práticas em horticultura, logística e cadeia de valores em Malanje. Também houve formação de 130 mil mulheres em agronegócio, formação de 2 mil jovens em formação profissional e fortalecimento dos sectores de pesca artesanal e aquicultura. Além disto, as capacidades de diagnóstico de doenças animais foram reforçadas no Instituto de Investigação Veterinária do Huambo.

No âmbito do desenvolvimento sustentável, foram reforçadas as capacidades em Desenvolvimento Humano de funcionários do governo, academia e sociedade civil; e contribuiu-se para a melhoria das capacidades, sendo prestado apoio na criação do quadro estratégico para a autoconstrução dirigida.

Uma contribuição importante é identificada na melhora da resiliência, empoderamento e sustentabilidade das populações da região sul/sudoeste de Angola, afectadas pelos efeitos das alterações climáticas com assistência técnica à reabilitação de pastos, produção agrícola com a introdução da horticultura/fruticultura e protecção do gado, contribuindo para a redução das migrações resultantes da transumância.

No âmbito da implementação do projecto ASYCUDA, com o objectivo de reformar os procedimentos aduaneiros, foi reforçada a capacidade de técnicos nacionais através de formações. Além disso, está a ser desenvolvido um novo sistema de procedimentos aduaneiros adaptado às necessidades do país.

A ferramenta “Escolas de Campo Agrícolas e Agro-pastoris”, apoiado pelas Nações Unidas, estão a tornar-se num paradigma de extensão rural, cuja implementação pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) através das suas Estações de Desenvolvimento Agrário (EDAs) o que tem vindo a elevar índices de produção e

produtividade das explorações agrícolas familiares com a aplicação de novos conceitos relacionados com as boas práticas, protecção do ambiente e acesso aos mercados.

Apesar dessas importantes contribuições, os desafios continuam. A desigualdade social em Angola é alta com um Índice Gini de 0,55. Os 20% mais ricos da população recebem 59% da renda do país, enquanto os 20% mais pobres recebem apenas 3%. A partir de 2008, quando a pobreza foi medida pela última vez num inquérito nacional, estima-se que 37% dos angolanos viviam abaixo da linha de pobreza nacional. Aproximadamente 40 por cento de todas as crianças com menos de 15 anos viviam na pobreza e estas crianças representavam pouco mais de metade do número total de pobres. A incidência da pobreza nas áreas rurais (58%) era três vezes maior do que nas áreas urbanas (19%). A escala e a profundidade da pobreza rural contrastam fortemente com o potencial agrícola significativo do país. Os pequenos agricultores de Angola dependem ainda maioritariamente de técnicas de cultivo que têm baixos níveis de produtividade e contribuem para a insegurança alimentar e a degradação ambiental.

- Implementação do Roteiro e elaboração do relatório sobre a Graduação de Angola dos PMAs;
- Elaboração da linha de base do país sobre os ODS;
- Integração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis nos Planos Sectoriais;
- Integração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis nos Planos Sectoriais
- Implementação do Roteiro da Graduação de Angola dos PMAs
- Reforço do sector pecuário, agrícola e pesqueiro artesanal atingindo mais de 7.000 famílias
- Iniciativas de desenvolvimento da produção de espirulina y redução de perdas pós colheita
- Apoio técnico à MINUHA na reformulação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, especialmente na componente da autoconstrução dirigida; na formulação da Política Nacional de Habitação e no Plano Estratégico para o Urbanismo e Habitação 2025 (PLANEUHA)
- Apoio técnico ao Governo na implementação jurídico-legal e institucional da separação do direito de construção dos direitos fundiários para o financiamento do desenvolvimento urbano de Angola
- Implementação do Programa Conjunto das Nações Unidas para a Urbanização
- Elaboração do Relatório Nacional de Género e estabeleceu uma linha de base nacional de género para reportar e monitorar apoiar a monitoria nacional, com particular foco no ODS 5 sobre a igualdade de género e empoderamento da mulher

Agências das Nações Unidas:
PNUD, UNICEF, FAO, OIT, CNUCED, IAEA, UN Habitat, UNIDO

- Reforço das capacidades das OSC para contribuir para a implementação e monitoramento dos esforços relacionados ao empoderamento das mulheres na tomada de decisões sobre o desenvolvimento local
- Reforço das capacidades das cadeias produtivas
- Fortalecimento das capacidades institucionais nas áreas da pesca artesanal e aquicultura, assim como contribuição à participação das comunidades locais nos processos de desenvolvimento destas áreas
- Apoio a resposta a surtos, pragas e doenças de animais e de plantas emergentes

Contribuições destacadas
do UNPAF ao
desenvolvimento do país
OUTCOME 3

**RESULTADO 3.1:
CRESCIMENTO INCLUSIVO,
DIVERSIFICAÇÃO
ECONÓMICA, PRODUÇÃO, E
CRIAÇÃO DE EMPREGO**

Até 2019, Angola possui e está a implementar políticas e estratégias para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável, para permitir a Angola sair do grupo dos Países Menos Avançados (PMA).

Elaboração própria

Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Redução dos Riscos e Desastres

As Nações Unidas actuaram, em parceria com o Governo de Angola, para alcançar o seguinte resultado:

Resultado 3.2: Até 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria da gestão da energia, recursos naturais, acesso às tecnologias verdes, estratégias para as mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e planos e sistemas de redução de riscos e desastres.

Um dos principais elementos a destacar foi a construção conjunta do Quadro de **Resiliência** no sul do país. Neste campo, foi estabelecido um programa piloto conjunto com o Governo Provincial da Huíla, Agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais (ONGs) locais para fortalecer a resiliência das comunidades afectadas pela seca, com enfoque em grupos étnicos minoritários em três municípios, incluindo populações nómadas de Khoi-san. Os resultados iniciais mostram que foram alcançadas 928 pessoas com mensagens que promovem o registo de nascimento e 661 pessoas foram registadas, das quais 108 eram crianças com menos de cinco anos e 194 crianças com idades compreendidas entre os seis e os 13 anos. Além disso, 1.040 crianças beneficiaram da oferta de tendas de sala de aula e kits educativos, 29 cuidadores da infância foram formados em estimulação precoce, e 24 professores primários foram formados em competências de educação para a língua portuguesa e matemática. Cerca de 27 instrutores mestres foram treinados em escolas de campo de agricultores e 20 agentes comunitários foram treinados em saúde e WASH.

As NU contribuíram significativamente para o reforço imediato da capacidade do governo, especialmente a nível provincial, na resposta a desastres naturais. O apoio das NU na resposta do governo aos efeitos da seca relacionados ao El Niño nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe contribuiu significativamente para mitigar a situação e prestar assistência à população afectada. Este apoio concentrou-se no reforço da capacidade provincial para responder à situação e prestar os devidos apoios à população, nas áreas de saúde, segurança alimentar, nutrição, água e saneamento, violência baseada no género e coordenação intersectorial.

Houve uma focalização de trabalho com as famílias afectadas pela seca apostando por intervenções para a melhoria da resiliência agrícola e empoderamento a através da produção e distribuição de quatro milhões de plantas resistentes à seca (25.000 famílias das províncias do Cunene, Huíla e Namibe).

Em geral, identifica-se um contributo da resiliência da população aos choques climáticos, através do apoio a iniciativas nacionais como programas de agricultura para resiliência climática, o desenvolvimento de planos de contingência; assim como das capacidades nacionais e locais para planificar e implementar intervenções de resiliência, com especial ênfase na preparação para a recuperação de desastres.

As NU apoiaram o Governo Angolano na elaboração da Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas que foi apresentada na COP em Bonn. No quadro da reabilitação

do Parque Nacional de Iona, o Plano de Gestão Integrado foi finalizado e a estratégia para o turismo de base comunitária foi adoptada. As NU apoiaram a criação da primeira Área Marinha Protegida com o financiamento do GEF.

Com apoio das NU e através de empresas e ONGs, realizou-se o levantamento de áreas protegidas prioritárias, estabelecendo as bases para uma melhor conservação da natureza e desenvolvimento do turismo. Representantes de cinco comunidades piloto e técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal, foram capacitados na gestão e produção sustentável de carvão, bem como em tecnologias de melhoradas de carvão vegetal nas províncias de Huambo e Cuanza-Sul.

No período, destaca-se a Avaliação das Necessidades Pós-Desastre de secas 2012-2016 (ANPD), com o apoio das Nações Unidas, a União Europeia e o Banco Mundial, para desenvolver um Quadro de Recuperação de Desastres e operacionalizar o Fundo de Resiliência para as províncias do Sul do país afectadas pela seca induzidas pelo El Niño para quebrar um ciclo de seca recorrente.

Angola é um dos países beneficiados no âmbito do programa global da UNISDR sobre desenvolvimento de conhecimento de risco para DRR desde 2016. Em 2016, um seminário regional da SADC e um seminário nacional de formação foi organizado pela UNISDR em Angola. As Nações Unidas contribuíram para a formulação de planos estratégicos, provinciais e municipais, bem como para o desenvolvimento do Plano Nacional de Prevenção e Redução de Riscos de Desastres (RRD), que tem como objectivo a promoção e integração da RRD. O apoio da NU resultou igualmente na criação da base de dados nacional sobre perdas e desastres, que contribuiu para a tomada de decisão baseada em evidências.

Actualmente, estão disponíveis planos de contingência em oito províncias, nomeadamente Cunene, Huila, Namibe, Uíge, Cuanza Norte, Luanda, Malanje e Benguela.

As Nações Unidas aplicaram estratégias para o reforço das capacidades de gestão ambiental que busca melhorar a sustentabilidade ambiental. Além do projecto do Parque Nacional de Iona, foram iniciados três novos projectos GEF com Ministério do Ambiente, nas áreas de 1) expansão da rede de áreas protegidas, 2) redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas na bacia de Cuvelai e 3) aumento da sustentabilidade da produção e uso de carvão vegetal.

Dentro da estratégia de integrar a resiliência climática nos sistemas de produção agropecuária e agro-pastoril, apoiou-se a gestão da fertilidade do solo nas áreas produtivas e vulneráveis chaves, usando a abordagem de Escolas de Campo, das quais 1.020 foram instaladas no Bié, Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Malange e Namibe. Adicionalmente, foi reforçada a reabilitação de terras e a gestão de pastagens em pequenas propriedades de produção agropastoril, por meio da formação em LADA (Avaliação da Degradação de Solos em Zonas Áridas) e SHARP (Autoavaliação e Avaliação Holística da Resiliência Climática).

Como já foi referido previamente no presente relatório de avaliação, no âmbito da disponibilidade de dados sectoriais, as capacidades nacionais foram reforçadas para a realização do inventário florestal e na gestão de tratamento de águas, no âmbito da prioridade da recolha de dados agropecuários

Na vertente da Água, Saneamento e Higiene (**WASH**) integrada a resiliência climática, a parceria com o Ministério do Ambiente, atingiu 243.392 pessoas e 86.566 crianças através das intervenções de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS), permitindo-lhes construir, manter e utilizar adequadamente as latrinas. Também foram entregues itens de água e saneamento de emergência, nomeadamente baldes, recipientes de água, comprimidos de purificação de água, e kits de higiene familiar e de dignidade para famílias com crianças desnutridas, sendo tratadas em centros de saúde locais. Esta acção atingiu 70.770 pessoas. Com o apoio de líderes comunitários e ADECOs, as mensagens de higiene e saneamento atingiram 108.790 pessoas.

Através da parceria com o Ministério da Energia e Águas, reabilitou-se 236 bombas de água manuais no Cunene, Namibe e Huíla em áreas rurais afectadas pela seca, o que permitiu o acesso a água potável a 118,000 pessoas, as quais estão agora mais resilientes às condições de seca.

Tem havido uma grande resposta em termos de Emergências e Gestão de Risco de Desastres WASH.

- Melhoria dos Sistemas de Informação de Gestão (MIS) para a tomada de decisão:
 - SISAS - Sistema Nacional de Informação de Gestão de Água e Saneamento.
- Promoção de modelos piloto bem-sucedidos baseados em evidências para ampliação:
 - MOGECA - Modelo Nacional de Gestão da Água Baseado na Comunidade.
 - CLTS (Saneamento Total Liderado pela Comunidade) através dos governos Locais.
 - WinS (WASH nas escolas).
- Fortalecimento das Competências Gerenciais, Técnicas e Administrativas do Setor de WASH em Angola:
 - CFP-AS - Centro Nacional de Formação Profissional de Água e Saneamento.
- Apoio aos esforços nacionais de trabalho legal e normativo:
 - Estratégia Nacional sobre Saneamento Total Liderado pela Comunidade.
 - Fórum Nacional de Água e Saneamento.
- Promoção de modelos piloto bem-sucedidos baseados em evidências para ampliação:
 - Tecnologias de Saneamento de Condomínios Baseados em Rede para Assentamentos Urbanos e Periurbanos de Baixo Rendimento.
- Fortalecimento das Competências de Gestão, Técnicas e Administrativas do Sector de WASH em Angola:
 - WOPs (Parcerias de Operadores de Água).
- Resposta WASH em emergências e DRR:
 - Operações de Resposta a Emergências (Inundações em Benguela 2015. Surto Nacional de Febre Amarela 2016. Seca no Sul de Angola – “El Niño” 2016. Surto Nacional de Cólera 2017. Inundações no Cunene – “La Niña” 2017. Refugiados da RDC no Norte de Angola 2017).

- Reforço da resiliência da população aos choques climáticos, através do apoio a iniciativas nacionais como programas de agricultura para resiliência climática, o desenvolvimento de planos de contingência, a promoção de ferramentas para a planificação de cidades pequenas e médias com melhor resiliência, assim como a integração de SSR e VBG na resposta nacional as emergências
- Apoio das Nações Unidas, no âmbito regional ao Plano de Acção do Comité Regional Permanente Interagências (RIASCO) para os efeitos de El Niño
- Implementação da Avaliação das Necessidades Pós-Desastre de secas 2012-2016 (ANPD), com o apoio das Nações Unidas, a União Europeia e o Banco Mundial, para desenvolver um Quadro de Recuperação de Desastres e operacionalizar o Fundo de Resiliência para as províncias do Sul do país afectadas pela seca induzidas pelo El Niño para quebrar um ciclo de seca recorrente
- Expansão da rede nacional das áreas protegidas, incluindo a criação da primeira Área Marinha Protegida
- Reforço da resiliência da população aos choques climáticos, através do apoio a iniciativas nacionais como programas de agricultura para resiliência climática, o desenvolvimento de planos de contingência;
- Reabilitação de 4 Parques Nacionais;
- Implementação de novos projetos de combate ao comércio ilegal de animais silvestres e o uso de energia renovável em áreas rurais

Agências das Nações Unidas:
FAO, OIM, OCHA, PNUD, UNFPA, UNICEF, UNISDR, OMS, UNEP, IAEA, UN Habitat, UNIDO

- Reforço da capacidade nacional para a gestão das alterações climáticas e dos recursos naturais;
- Reforço das capacidades em métodos de gestão florestal sustentável e produção eficiente e sustentável de carvão vegetal;
- Reforço das capacidades nacionais e locais para planificar e implementar intervenções de resiliência, com especial ênfase na preparação para a recuperação de desastres;
- Capacidade nacional e local reforçada relativamente aos serviços hidro-meteorológicos, autoridades civis e instituições ambientais, para monitorar condições meteorológicas extremas e alterações climáticas na Bacia do Cuvelai;
- Apoio na melhoria do acesso dos grupos mais vulneráveis aos serviços, que reduzem o impacto de catástrofes e crises
- Expandido o fortalecimento das Áreas Protegidas

Contribuições destacadas
do UNPAF ao
desenvolvimento do país
OUTCOME 3

**RESULTADO 3.2:
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL, MUDANÇAS
CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DOS
RISCOS E DESASTRES**

Até 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria da gestão da energia, recursos naturais, acesso às tecnologias verdes, estratégias para as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, e planos e sistemas de redução de riscos e desastres.

4.3 Critério de Eficácia

A análise da eficácia do UNPAF 2015-2019, entendida como o grau de concretização dos resultados previstos, foi realizada tendo em consideração:

- I. os factores de contexto que os condicionaram;
- II. o modo como os mecanismos de avaliação e monitoria previstos pelo acordo foram implementadas; e
- III. a informação disponível para possibilitar o seguimento e avaliação da performance.

A continuação se analisa quais foram os resultados atingidos relacionados a cada indicador estabelecido no UNPAF. A análise de impacto posterior visa transcender essa análise, ciente de que a mudança no contexto e nas prioridades nacionais significaram importantes ajustes nas estratégias e mecanismos de intervenção utilizados.

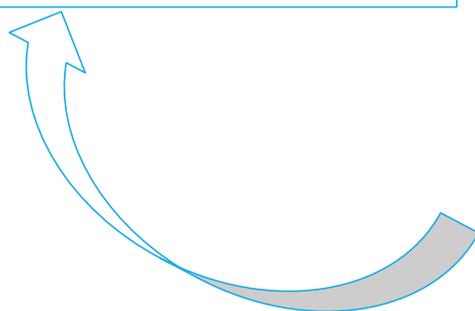
Assim, a finalidade do presente capítulo foi proceder a essa avaliação da forma mais objectiva possível, em função das características dos indicadores que o UNPAF estabeleceu.

4.3.1 Resposta coordenada do sistema das nações unidas às mudanças no contexto

As NU procuraram sempre que possível ajustar as suas intervenções às mudanças que foram ocorrendo no contexto, nomeadamente a quebra das receitas petrolíferas, o incremento das emergências humanitárias e o processo eleitoral de 2017, com subsequente alteração do ambiente político do país. Este esforço de ajustamento reflectiu-se, entre outros, nos processos e procedimentos identificados na Figura abaixo.

RESPOSTA COORDENADA DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS ÀS MUDANÇAS NO CONTEXTO

Crise económica com a queda do preço do petróleo
Graves emergências humanitárias
Eleições e transição de poder: novo ambiente político



Elaboração própria

- Resposta coordenada às emergências nacionais (refugiados, seca, febre amarela, cólera)
- Construção conjunta do Quadro de Resiliência no sul do país
- O sistema das Nações Unidas ajudou a conseguir melhor alinhamento com os ODS. Não está ainda terminado mas houve um esforço de juntar os actores, de rever que indicadores podiam ser usados, a qualidade dos mesmos etc.
- Aplicação de abordagens *upstream* (políticas) e *downstream* (trabalho operacional): muito trabalho foi feito na formulação de melhores políticas e estratégias, mas muito foi também o trabalho directamente com os beneficiários
- Apoio ao governo e outros parceiros na construção de capacidade nacional para implementar os direitos humanos e outras normas universais das NU. Apoio à Sociedade Civil para monitorizar as eleições (Comissão Nacional Eleitoral e o Observatório de Transparência Eleitoral)
- Começo do trabalho do país para graduação como País de Rendimento Médio e preparação do país para uma transição suave, o que requer compromisso das partes
- Apoio à consolidação da liderança do país no âmbito internacional; na construção da paz e segurança da região

Esforços colectivos como respostas inter-agênciais

Na sequência do pedido do Vice-Governador da Província da Huíla para uma abordagem coordenada e complementar da ONU na província, sob a liderança do UNICEF, foi desenvolvido um Plano de Trabalho para a operacionalização da Iniciativa Conjunta em Huila, que contém as seguintes áreas: WASH, Saúde, Nutrição, Protecção à Criança e Educação. Outras agências participantes desta iniciativa são a FAO e o UNFPA, enquanto um dos resultados é o estudo sobre Gravidez Precoce que foi conduzido em conjunto pela UNICEF, UNFPA e pelo Governo Provincial da Huíla.

A resposta bem-sucedida à seca contribuiu para a confiança do governo e levou o Governo de Angola, através do Serviço Nacional de Protecção Civil, a solicitar às Nações Unidas a realização de uma avaliação das necessidades pós-catástrofe (PDNA)

nas províncias do Cunene, Namibe e Huíla. O exercício PDNA, liderado pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), com a coordenação geral do PNUD e da União Europeia e Banco Mundial, envolveu várias partes interessadas do Governo, Nações Unidas (UNDP, FAO, OMS, PAM, UNFPA, UNICEF, OCHA).

Outro exemplo de abordagem conjunta é a experiência liderada pela ONU Habitat em apoio à Política Urbana Nacional, ao Programa de Documentos Nacionais de Habitação e à Estratégia de Desenvolvimento Espacial e Plano Diretor Municipal, entre outros. Nesse contexto, as discussões sobre a Iniciativa Conjunta da ONU sobre Urbanização foram iniciadas dentro da ONU e com o Ministério da Urbanização. Os principais pilares propostos da Iniciativa Conjunta são: 1. Desenho e Planeamento Urbano; 2. Terra; 3. Legislação; 4. Governança; 5. Finanças municipais e prosperidade urbana; 6. Inclusão social e erradicação da pobreza; 7. Sustentabilidade e resiliência.

Outros exemplos de acção conjunta foram:

Reforço da resiliência da população aos choques climáticos, através do apoio a iniciativas nacionais como programas de agricultura para resiliência climática, o desenvolvimento de planos de contingência, a promoção de ferramentas para a planificação de cidades pequenas e médias com melhor resiliência, assim como a integração de SSR e VBG na resposta nacional as emergências (FAO, UNDP, UNHABITAT e UNFPA);

Resposta ao surto de febre amarela, que foi declarado no final de janeiro de 2016. A resposta ao surto foi liderada pelo Ministério da Saúde com o apoio da OMS. UNICEF e PNUD também foram envolvidos na resposta, tendo um papel fundamental na mobilização social e comunicação para o primeiro e logística e suporte técnico para o segundo. Embora a resposta geral tenha sido coordenada pelo Ministério da Saúde, a OMS desempenhou um papel fundamental na coordenação da resposta dos parceiros internacionais. Com o sistema de gestão de incidentes liderado pela OMS, os diversos parceiros trabalharam juntos e estabeleceram reuniões semanais para coordenar melhor as áreas-chave de resposta, como vigilância, laboratório e gerenciamento de dados; Vacinação; Mobilização Social e Comunicação de Risco; Gestão de caso; Controle de vetores entre outros. No que diz respeito à campanha de vacinação, que foi parcialmente apoiada pelo CERF com 3 Mill USD, no final do ano, atingiu 84 dos 166 distritos com uma cobertura de mais de 90%. Angola declarou o fim do surto da febre amarela em 23 de dezembro de 2016.

A resposta da ONU à crise de refugiados, assistida por mais de 35.000 refugiados da República Democrática do Congo, foi uma grande conquista de 2017. Sob a liderança do ACNUR, a resposta foi uma experiência bem-sucedida em vários níveis. Em primeiro lugar, em relação à população afectada, os programas entregues foram multissetoriais, cobrindo as áreas de segurança alimentar e nutricional, abrigo e itens não alimentares, proteção, água, saneamento e higiene, saúde, entre outros. Em segundo lugar, foi uma oportunidade para as Agências da ONU trabalharem juntas de maneira coordenada, sob a orientação do ACNUR e do Ministério da Ação Social, Família e Promoção das Mulheres. Reuniões semanais foram realizadas entre o Ministério, Agências da ONU e outros parceiros para coordenar e monitorar a resposta. A principal conquista dessa

colaboração foi a arrecadação de fundos de 10,5 milhões de dólares dos fundos CERF, entre outros fundos que permitiram salvar vidas como uma primeira fase antes de lançar o apelo interinstitucional. As agências das NU, sob a liderança do UHCR, lançaram um Apelo Interinstitucional de US \$ 65,5 milhões, dos quais apenas 27,7 milhões de dólares foram recebidos, incluindo a contribuição do CERF.

Finalmente o apoio ao Registo Civil e Estatísticas Vitais (CRVS) (UNICEF, UNFPA, UNHCR) pode ser remarcado como uma das experiências destacadas no período.

No âmbito dos esforços colectivos estas foram algumas das experiências inter-agenciais surgidas ainda que há mais:

Iniciativa conjunta na Huila: Abordagem de Municípios Amigos da Criança, – UNICEF e FAO
Trabalho conjunto na área do gênero como por exemplo elaboração do “Primeiro relatório nacional do Gênero” – PNUD e UNFPA
Trabalho conjunto na área de adolescentes: Estudo sobre gravidez precoce nas adolescentes e jovens – UNICEF e UNFPA
Implementação da Avaliação das Necessidades Pós-Desastre de secas 2012-2016 (ANPD) – PNUD, FAO, UNICEF, OMS, PAM, UNFPA, BM e UE
Resposta conjunta para emergências pelo surto de febre amarela - liderada pela OMS
Resposta à crise de refugiados, com assistência a mais de 35.000 refugiados da República Democrática do Congo – liderada pelo ACNUR
Política da agenda urbana liderada pela UNHabitat com contribuição das outras agências

Elaboração própria

4.3.2 A análise do grau de concretização dos indicadores previstos pelo UNPAF 2015-2019

Em relação à avaliação do grau de realização das metas propostas um dos problemas que se colocou teve a ver com o facto de poucos indicadores apresentarem metas quantitativas. A que se adicionou também a dispersão da informação por diferentes instrumentos de informação, de diferentes fontes, em consequência da não realização, na sua plenitude, das acções de monitoria e avaliação propostas pelo próprio UNPAF.

Para permitir um entendimento mais executivo, os resultados são apresentados usando um esquema de cores de semáforo.

Tabela 5: Matriz de eficácia - lenda da cor

RESULTADO	
Indicadores	Não atingido / Não relatado
	Em progresso
	Objetivo alcançado

Até Dezembro de 2017, os resultados obtidos foram os seguintes:

A) Área Estratégica 1: Desenvolvimento Humano, Social e Equitativo

RESULTADO 1.1: SAÚDE

Até 2019 Angola reduziu a morbilidade e mortalidade materna e infantil, a taxa de mortalidade da população, os factores de risco à saúde dos adolescentes e as doenças não transmissíveis.

ID#	Indicador	Baseline	Goal	Results Achieved
1.1.1	Desenvolvimento e implementação de políticas: Número de políticas / planos nacionais actualizados / produzidos e orçamentados com o apoio das NU para promover e fortalecer a saúde de acordo com os 9 programas prioritários do PNDS 2012 - 2025.	5 planos elaborados	9 Planos elaborados e actualizados	5

ID#	Indicador	Baseline	Goal	Results Achieved
1.1.2	Reforço de capacidades e formação. Número de equipas do governo e da sociedade civil treinados em matéria de saúde (saúde sexual e reprodutiva, incluindo a saúde materna e do recém-nascido, planeamento familiar, VIH / SIDA, DNT, etc.).	Não disponível	1000 indivíduos formados em saúde sexual reprodutiva e VIH/ SIDA até 2019.	931
1.1.3	Provisão de serviços. Número de províncias a implementar a política de revitalização dos serviços municipais de saúde, incluindo os serviços integrados de saúde, nutrição, água e saneamento, e VIH/SIDA.	5 províncias	10 províncias até 2019	12

Constatações:**Indicador 1.1.1: Desenvolvimento e implementação de políticas.**

Foram elaboradas/actualizados 5 dos 9 programas previstos, o que corresponde a uma taxa de concretização de 55,6%.

Os cinco planos foram:

- ✓ Estratégia de Planeamento Familiar finalizada (UNFPA)
- ✓ Estratégia de Comunicação sobre Espaçamento Saudável da Gravidez finalizada. (UNFPA)
- ✓ Nova Normativa de tuberculose elaborada. Pendente de aprovação. (OMS)
- ✓ Protocolo de atendimento aos Sobreviventes de Violência Sexual e Outros tipos de violência finalizado, sob a coordenação do MINSA. (UNFPA)
- ✓ Revisão do Plano Estratégico Nacional V 2015-2018 para VIH , SIDA, DSTs e Hepatite (ONUSIDA)

Indicador 1.1.2: Reforço de capacidades e formação.

A meta fixada apontava para a formação, até 2019, de 1000 profissionais formados em saúde sexual reprodutiva e VIH/SIDA. Os resultados apurados referem a capacitação de 422 profissionais (42,2%) bem como a capacitação de 3000 activistas comunitários em vacinação sobre febre-amarela e mobilização social. Para este resultado concorreram 4 agências das NU.

Além disso, para o fortalecimento do sistema de saúde, 43 supervisores e instrutores de programas de imunização de 17 províncias foram treinados no programa ampliado de curso de gerenciamento de nível médio de imunização.

Na mesma área de ação, foi oferecido treinamento para 97 profissionais em prevenção de mortes maternas e neonatais. E também, 60 refugiados e voluntários da Cruz Vermelha de Angola foram treinados em mobilização social e práticas saudáveis, que alcançaram 17.514 pessoas em Cacanda e Lovua com mensagens-chave sobre saneamento, saúde e proteção infantil.

Indicador 1.1.3: Provisão de serviços.

A meta estabelecida era a extensão dos serviços a 10 províncias até 2019. Os resultados apurados, resultantes da intervenção de 4 agências das NU, até ao final de 2017, foram: 12 províncias, segundo o programa de vacinação-cadeia de frio da UNICEF.

Apoiando este indicador, verificou-se a utilização de 5 milhões de dólares para aquisição de equipamentos e materiais para as unidades de saúde de todo o país, com o apoio financeiro do World Bank. O Sistema de aquisição e acessibilidade ao tratamento antiretroviral melhorado em 4 províncias; Integração dos serviços de transmissão vertical (eMTCT) apoiada em 5 províncias; Intensificação das actividades de vacinação de rotina em 8 províncias; Melhoria das práticas higiénicas em 4 províncias; Campanha de vacinação de Febre Amarela em todo o país (100%); distribuição de Kits de dignidade para 5000 adolescentes em 3 províncias; com distribuição de 8600 kits de dignidade a mulheres em idade reprodutiva da comunidade de refugiados do RCD na província da Lunda Norte.

Boas práticas:

Respostas a emergências; procurement e acções desenvolvidas no âmbito da luta contra o VIH-SIDA; redução da mortalidade materna e infantil, através de intervenções no domínio da água e higiene; parceria com MINEA, Min. Ambiente, MINEDU permitiu lançar a estratégia de eliminação da defecação ao ar livre; saneamento liderado pelas comunidades e escolas, com programas piloto em 4 províncias e apropriado pelo PND 2108-2022, Water Operators Partnership - parcerias público-privadas com empresas portuguesa, holandesa e moçambicana; saneamento condominal.

Desafios:

Centro de Formação para o sector de água e saneamento; Sistema de informação do sector da água e saneamento; Sistema de distribuição de medicamentos; Cuidados primários de saúde; Doenças tropicais negligenciadas e doenças não comunicadas.

RESULTADO 1.2: EDUCAÇÃO

Até 2019, Angola alcançou melhores condições para o acesso à educação infantil, pré-escolar e primária de qualidade, incluindo de crianças vulneráveis e A aprendizagem ao longo da vida..

ID#	Indicador	Baseline	Goal	Results Achieved
1.2.1	Desenvolvimento e implementação de políticas: Número de políticas / planos e / ou directivas nacionais actualizadas / elaboradas para promover e fortalecer o sistema de educação (em termos de acesso e qualidade).	Estas políticas (planos) ainda não existem.	Política para a primeira Infância, Educação Especial, Educação em Situação de Emergência e regulamentação da Educação Gratuita elaborados.	50%
1.2.2	Reforço de capacidade e formação de Professores. Módulos curriculares e guias (preparados para o desenvolvimento profissional dos professores sobre as competências para a vida, a nível de Educação da 1ª Infância, Educação Primária e Educação Secundária (primeiro ciclo).	Materiais ainda não existem	Materiais são desenvolvidos e utilizados na formação.	

Constatações:**Indicador 1.2.1. Desenvolvimento e implementação de políticas.**

A meta era política para a primeira Infância, Educação Especial, Educação em Situação de Emergência e regulamentação da Educação Gratuita elaborados. Com a intervenção da UNICEF, PNUD e UNESCO nesta área, eles realizaram adopção e implementação da Política Nacional de Educação Inclusiva, que deverá beneficiar mais de 23.000 crianças com deficiência. Também foram elaborados o primeiro esboço da Política Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) e a Política Nacional de Educação Inclusiva validada.

Indicador 2: Reforço de capacidade e formação de Professores.

A meta apontava para o desenvolvimento e utilização de materiais na formação, tendo sido elaborados 600 guias e 3000 manuais para educação de pares em saúde sexual bem como desenvolvidos módulos para a formação de formadores nacionais de Educação da Primeira infância. A UNICEF foi a única agência das NU com intervenção

no processo. Em 2017, o UNICEF Angola ajudou o MINARS a formar 120 educadores infantis em quatro províncias para melhorar as suas práticas em benefício das crianças nos centros de educação infantil.

Para o fortalecimento do sistema educativo e proposta do plano de integração da Educação Sexual Abrangente nos futuros Currículos do Ensino Geral de Angola, foram capacitados 30 técnicos do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).

Boas práticas:

Aumento da capacidade de gestão da informação sectorial; mapeamento das escolas em 3 Províncias (Huambo, Huíla, Namibe); educação da juventude para a sexualidade, numa parceria entre o Ministério da Educação e o UNFPA.

Desafios:

Qualidade dos dados, através do reforço da capacidade institucional; implementação do sistema estatístico de informação; situação preocupante até ao 1º ciclo do ensino secundário, que piora com análise de género (problemas de acesso, de professores, qualidade de ensino, gestão escolar, inclusão....)

RESULTADO 1.3: PROTECÇÃO SOCIAL

Até 2019, Angola expandiu substancialmente a assistência social às famílias vulneráveis..

ID#	Indicador	Baseline	Goal	Results Achieved
1.3.1	Desenvolvimento e Implementação de Políticas: Uma política e lei da assistência social com medidas legislativas complementares estabelecidas.	Projecto da política de assistência social e enquadramento jurídico incompleto.	Política de segurança social adequada e inclusiva, e enquadramento jurídico disponíveis.	
1.3.2	Reforço de capacidade e formação: Estrutura de gestão e mecanismos operacionais para a implementação no	Estrutura de gestão necessitando de reforço	Estrutura de gestão e mecanismos operacionais reforçados.	

	terreno dos programas de assistência social.			
--	--	--	--	--

Constatações:**Indicador 1.3.1. Desenvolvimento e Implementação de Políticas.**

A meta era a Política de segurança social adequada e inclusiva, e enquadramento jurídico disponíveis. O resultado apurado foi o apoio à elaboração da nova Política de Protecção Social Não Contributiva, cuja aprovação pelo Conselho de Ministros está pendente, tendo sido a UNICEF a única agência das NU a intervir no processo.

Indicador 1.3.2. Reforço de capacidade e formação.

A meta era o reforço da estrutura de gestão e dos mecanismos operacionais e os principais resultados obtidos foram: Durante 2017, houve avanços na operacionalização do novo modelo institucional de acesso descentralizado aos serviços de assistência social. O modelo, denominado Municipalização da Acção Social começou a ser testado em seis municípios de três províncias (Bié, Moxico e Uíge), onde estão sendo implantados centros. Cada município abriga um centro municipal e três centros comunitários. Vinte ativistas sociais por município (120 no total) foram selecionados entre novembro e dezembro e iniciaram um primeiro ciclo de treinamentos.

Também, duas iniciativas piloto foram implementadas, nomeadamente o programa de transferências monetárias e a municipalização da acção social; Reforçada a capacidade de 150 pessoas em Acção Social em 3 províncias; Apoiado o sistema de Gestão de Informação para Acção Social (SIGAS); 35 funcionários governamentais e académicos formados em Protecção Social. A UNICEF foi a única agência das NU com intervenção no processo.

Boas práticas: municipalização da acção social em apoio à descentralização; início de projeto piloto de transferência monetária às famílias vulneráveis

Desafios: aceleração da cobertura do sistema de protecção social

A análise em termos globais da eficácia da área estratégica 1 revelou que dos 3 eixos relacionados com a área estratégica 1, a Saúde foi a que apresentou resultados mais substantivos (quer ao nível *upstream* quer ao nível *downstream*) e aquela em que mais agências das NU participaram. Relativamente à Educação, em que a parceria do Ministério da Educação se estabeleceu principalmente com a Unicef, mas também com o UNFPA, a informação coligida sugere maior eficácia ao nível *upstream* enquanto em relação à Protecção Social, maior eficácia foi constatada ao nível das intervenções *downstream*. Apesar das evidências constatadas de boas práticas permanecem importantes desafios para o futuro próximo.

B) Área Estratégica 2: Estado de Direito e Coesão Nacional.**RESULTADO 2.1: BOA GOVERNAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

Até 2019, os cidadãos participam activamente na vida pública e instituições e organismos públicos são modernizados, para prestar serviços de qualidade eficientes, facilmente acessíveis baseados em critérios de boa governação.

ID#	Indicator	Baseline	Goal	Results Achieved
2.1.1	Revisão das políticas e leis sobre a descentralização e reforço de capacidades de governação local.	Lei 17/2010 sobre descentralização.	Leis e políticas sobre autarquia e desenvolvimento urbano elaboradas e aprovadas para a implementação de autoridades locais.	
		Serviços sociais (educação, saúde e protecção social) ao nível da municipalidade.	Reforçadas as políticas públicas sobre descentralização de serviços sociais.	
		Existência de instituições e programas nacionais para formação dos funcionários públicos a nível nacional, provincial e local.	Formação das instituições nacionais, provinciais e municipais.	
2.1.2	Sistema nacional de estatística reforçado para contribuir para a planificação, implementação e monitoria, baseada em evidência estatística.	Estratégia de Desenvolvimento de Estatística Nacional (ENDE) em elaboração.	Estratégia Nacional de Estatística implementada para assegurar a provisão de dados actualizados e fiáveis para a tomada de decisão, ao nível central, provincial e local	
2.1.3	Existência de mecanismos funcionais para a participação democrática dos	Existência de CACs e (conselhos provinciais de crianças) CPAC e	Funcionamento efectivo dos CACs, CPAC e outros mecanismos que contribuem para a	

	jovens e mulheres nas instituições e no desenvolvimento do país.	organizações da sociedade civil (OSC).	tomadas de decisões participativas.	
--	--	--	-------------------------------------	--

Constatações:

Indicador 2.1.1: Revisão das políticas e leis sobre a descentralização e reforço de capacidades de governação local.

Os principais resultados apurados:

No âmbito das leis e políticas sobre autarquia e desenvolvimento urbano elaboradas e aprovadas para a implementação de autoridades locais:

- Lei 15/17 - Lei Orgânica do Poder Local aprovado;
- Emitido Decreto Presidencial 40/18 sobre o Regime de Financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado;
- Regime Geral de Delimitação e Desconcentração de Competências e Coordenação da Actualização Territorial da Administração Local do Estado (Decreto Presidencial 20/18);
- Lei de Bases da Organização Administrativa do Território (Lei 13/16);
- Lei de Bases da Toponímia (Lei 14/16) aprovada.
- Lei 15/6 sobre Administração do poder local aprovada;

Em relação às políticas públicas sobre descentralização de serviços sociais:

- Planos provinciais de registo de nascimento implementados em 4 províncias alvo.
- Em 2017, 25 novos postos de registo de nascimento foram abertos, aumentando para 55 o número total de postos de registo de nascimento estabelecidos com o apoio do UNICEF. Desses postos, 31 estão equipados e informatizados. No contexto do protocolo entre os Ministérios da Justiça e Educação (só pendente de validação), duas províncias já iniciaram as actividades de registo de nascimento nas escolas. Estão também já identificadas as escolas primárias em 19 municípios das 7 províncias alvo onde irão ser realizadas actividades de registo de Nascimento
- Plano Nacional Estratégico da Administração do Território- PLANEAT 2015-2025 aprovado e adoptado;

Formação das instituições nacionais, provinciais e municipais

- Durante 2017, 65 técnicos de registo civil receberam formação legal, técnica e em utilização de equipamentos em 6 províncias alvo. Foram capacitados 121 profissionais da saúde (enfermeiros, administradores de hospital e pessoal da

saúde) para informar os utentes sobre registo de nascimento, logo desde o momento das consultas de check-up pré-natal, assim como nos check-ups pós-parto e durante as consultas de vacinação.

- 100 administradores locais foram formados pelo IFAL na concepção e implementação de programas e projectos de desenvolvimento local.

Indicador 2.1.2: Sistema nacional de estatística reforçado para contribuir para a planificação, implementação e monitoria, baseada em evidência estatística.

A meta era a Estratégia Nacional de Estatística implementada para assegurar a provisão de dados actualizados e fiáveis para a tomada de decisão, ao nível central, provincial e local, o que foi concretizado com o apoio do UNFPA.

Durante 2017, o UNICEF Angola apoiou o INE na realização de um estudo multidimensional sobre a pobreza infantil, utilizando a metodologia MODA para informar a programação e as políticas públicas.

O UNFPA apoiou 5 técnicos do Instituto Nacional de Estatística na formação sobre Sistemas de Processamento de Censos e Inquéritos e no software REDATAM. Atendeu a solicitação do Ministério da Economia e Planeamento para a realização do estudo sobre o Perfil do Dividendo Demográfico em Angola, cujo processo está em curso para a operacionalização. E apoiou o INE na realização de três estudos temáticos sobre os temas Mulheres e Homens em Angola, Tendências do Crescimento Populacional em Angola e Características dos Jovens em Angola, em curso.

Indicador 2.1.3: Existência de mecanismos funcionais para a participação democrática dos jovens e mulheres nas instituições e no desenvolvimento do país.

A meta era apoiar o funcionamento efectivo dos CACs, CPAC e outros mecanismos que contribuem para a tomadas de decisões participativas, tendo como resultados mais relevantes a capacitação de 40 mulheres sobre os seus direitos políticos e participação nos Conselhos de Consulta Social e a inclusão dos CACS na PNOTU como as plataformas de participação da sociedade civil nos mecanismos de planeamento urbano e territorial de Angola. Para além do PNUD, a NU-HABITAT, contribuiu também para a obtenção deste resultado.

Atualmente está em consideração a necessidade de promover o estatuto legal dos CACS para plataforma de tomada de decisão e não somente de consultação para os governos municipais e provinciais.

Boas práticas:

Apoio à formação dos responsáveis provinciais e locais; parceria com governo e diferentes agências; capacidade de adaptação à mudança de contexto (nomeadamente o apoio ao processo eleitoral 2017)

Desafios:

Insuficiência de investimento (doadores, governo e NU) no reforço dos mecanismos de participação democrática; implementação de políticas orientadas às mulheres e jovens

RESULTADO 2.2: ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Até 2019, as instituições nacionais são reforçadas no seu papel para a promoção e protecção dos direitos humanos, garantindo o conhecimento de e o acesso à lei e serviços de justiça aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis.

ID#	Indicator	Baseline	Goal	Results Achieved
2.2.1	Legislação Angolana em conformidade com as convenções e tratados ratificados por Angola.	Recomendações do UPR – (Revisão Periódica Universal) não totalmente implementadas.	Reforma da justiça totalmente implementada e instrumentos legais internacionais ratificados e adoptados.	
2.2.2	Aumento da qualidade e quantidade de serviços jurídicos e protecção disponível aos cidadãos.	Número insuficiente de pessoal no sector da justiça, assistentes sociais e especialistas de direitos humanos devidamente qualificados.	Capacidade reforçada das partes interessadas para a promoção e defesa dos Direitos Humanos no País.	615
2.2.3	Melhoria no cumprimento dos tratados e convenções internacionais através do reforço dos mecanismos nacionais de prestação de contas.	Inconsistência na submissão de relatórios referentes aos instrumentos de Direitos Humanos, e/ou dos respectivos mecanismos de revisão.	Relatórios referindo-se aos instrumentos principais apresentados sistematicamente, e pontualmente com o exigido nível de qualidade.	

Constatações:

Indicador 2.2.1: Legislação Angolana em conformidade com as convenções e tratados ratificados por Angola.

A meta fixada foi a Reforma da justiça totalmente implementada e instrumentos legais internacionais ratificados e adoptados. No período em análise, Angola submeteu 6º e 7º Relatório da Implementação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e Relatório Inicial do Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em Angola. Adotou a Revisão Periódica Universal (UPR), apresentou e defendeu os 4º e 5º relatórios nacionais sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais ao Comité da UNESCR, elaborou o 7º Relatório da CEDAW, CRC (Relatórios Periódicos V, VI e VII).

O PNUD foi a agência das NU com maior intervenção, tendo tido o apoio da OIM na Assistência Técnica prestada para apoiar na elaboração de Desenvolvimento da Política Migratória de Angola que resultou no primeiro esboço da Política.

Indicador 2.2.2: Aumento da qualidade e quantidade de serviços jurídicos e protecção disponível aos cidadãos.

Os principais resultados no domínio da capacitação, com um total de 615 pessoas beneficiárias, foram: 73 no sector da Justiça formados sobre a protecção dos direitos da criança, 30 membros do CIERNDH, 100 Funcionários dos Comités Provinciais de Direitos Humanos (PHRCs), 50 Promotores Públicos da Procuradoria Geral, 45 Magistrados, 60 agentes da polícia e 40 assistentes sociais tiveram suas capacidades fortalecidas. Registou-se a intervenção cooperativa do PNUD, UNICEF, OIM e UNHCR.

Saliente-se que uma delegação intersectorial do GoA visitou Moçambique e Itália para aprender sobre uma variedade de temas no campo da Justiça para Crianças, incluindo: centros de detenção juvenil, assistência à criança vítima, formação para magistrados e reintegração e aplicação de medidas alternativas à privação de liberdade.

Indicador 2.2.3: Melhoria no cumprimento dos tratados e convenções internacionais através do reforço dos mecanismos nacionais de prestação de contas.

Com o apoio do PNUD, a equipa técnica da Comissão Inter-Sectorial Nacional de Comunicação de Direitos Humanos foi capacitada na elaboração e defesa de relatórios nacionais de direitos humanos e elaboração de Planos de Acção para monitorar as recomendações feitas pelos Comités de Direitos Humanos e Angola apresentou e defendeu os 4º e 5º relatórios nacionais sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais ao Comité da UNESCR, elaborou o 7º Relatório da CEDAW, CRC (Relatórios Periódicos V, VI e VII).

Boas práticas: cumprimento sistemático das obrigações de reporting internacionais; capacitação das equipas nacionais com apropriação de know-how, ampliação das oportunidades de acesso a melhores serviços jurídicos; colocação do tema dos DH e, em particular, dos Direitos das Mulheres e das Crianças na agenda política e mediática; registo civil à nascença; reforço significativo da capacidade institucional (MJDH, Procuradoria Geral da República, Provedoria de Justiça); renovação do site do MJDH

Desafios: revitalização do programa Cidadania, Paz e Direitos Humanos e dos CERL; articulação entre sistema de justiça formal e tradicional

A análise em termos globais da área estratégica 2 revelou que o eixo da Boa Governança, participação, descentralização e instituições democráticas foi mais eficaz ao nível das intervenções upstream, não obstante ter ficado significativamente aquém das expectativas. O que está relacionado com a diminuição pontual do envolvimento das autoridades angolanas e com a redução dos apoios internacionais no processo de desconcentração e descentralização administrativas no país. PNUD, UNFPA E NU-HABITAT foram as agências das NU mais activas. No eixo do Acesso à Justiça e Direitos Humanos, os principais resultados ocorreram nos níveis middlestream e downstream, com a participação principalmente do PNUD, mas também com o apoio da UNICEF, OIM e UNHCR.

C) Área Estratégica 3: Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo.**RESULTADO 3.1: CRESCIMENTO INCLUSIVO, DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA, PRODUÇÃO, E CRIAÇÃO DE EMPREGO**

Até 2019, Angola possui e está a implementar políticas e estratégias para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável, para permitir a Angola sair do grupo dos Países Menos Avançados (PMA).

ID#	Indicator	Baseline	Goal	Results Achieved
3.1.1	Taxa de crescimento do PIB não petrolífero.	9,0 % em 2011.	Pelo menos 10,4% em 2019	2,30%
3.1.2	Taxa de variação do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Luanda (INE)	7,69%	7-9 %.	26,26%
3.1.3	Aumento da utilização do sistema bancário	53%	75%	52,99%
3.1.4	Melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola.	0,486 (2011).	País de IDH Médio, acima de 0,54 (2019).	0,533
3.1.5	Aumento do número e melhoria da qualidade da pesquisa sobre a fome, pobreza, e as desigualdades nacionais realizadas pelas universidades Angolanas	De momento, poucas instituições nacionais produzem investigação de forma sistemática	Pelo menos quatro instituições nacionais produzem estudos periódicos que ajudam na tomada de decisão.	
3.1.6	Aumento da participação das mulheres na economia através de melhor acesso à formação, tecnologia, e recursos produtivos.	Não está estabelecido	Não está estabelecido	

Constatações:

Indicador 3.1.1: Taxa de crescimento do PIB não petrolífero.

De acordo com o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018 do Ministério das Finanças, a taxa de crescimento do PIB não petrolífero foi 2.3% em 2017 e espera-se que atinga 4.4% em 2018. Contudo, a estimativa do governo parece muito optimista, sendo que a taxa de crescimento económico geral prevista é de 4.9% para 2018, contra 2.25% do Fundo Monetário Internacional (FMI) e 1.6% do Banco Mundial.

A contribuição da ONU através da FAO tem sido o reforço do sector pecuário, agrícola e pesqueiro artesanal atingindo mais de 7.000 famílias (Projectos RETESA, IRCEA, SADCP e PESCAS), na melhora da produção e agregando valor à produção familiar. Também, as iniciativas de desenvolvimento da produção de espirulina e redução de perdas pós colheita.

Indicador 3.1.2: Taxa de variação do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Luanda (INE). A meta foi colocada entre 7-9 %. Em 2016-2017 o IPC, apresentou uma trajectória descendente, tendo passado de 41,95%, em Dezembro de 2016, para 26,95%, em Agosto de 2017 (relatório de fundamentação do OGE 2018).

Indicador 3.1.3: Aumento da utilização do sistema bancário. Meta fixada em 75% e valor mais recente em 62% (2014). De acordo com o BNA a taxa de bancarização no I semestre de 2016 situou-se nos 52,82% (BNA, Relatório de Estabilidade Financeira, I semestre, 2016).

Indicador 3.1.4: Melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola. Meta: País de IDH Médio, acima de 0,54 (2019). Resultado verificado em 0.533 em 2016, colocando o país na posição 150 entre 188 países em 2016, que se refere a um baixo desenvolvimento humano. (UNDP), num contexto em que Angola conta com Roteiro da Graduação do Países Menos Desenvolvidos (PMA). Participação de todo o universo das NU.

Indicador 3.1.5: Aumento do número e melhoria da qualidade da pesquisa sobre a fome, pobreza, e as desigualdades nacionais realizadas pelas universidades Angolanas.

Principais resultados: Reforço da capacidade de diagnóstico de doenças dos animais através do apoio ao Instituto de Investigação Veterinária de Huambo (25% de taxa de realização) e capacitação em Desenvolvimento Humano de 120 pessoas, incluindo funcionários do governo, academia e sociedade Civil.

Apoio o MINAGRIF pela FAO na realização do censo agrícola, inventário florestal e dados da campanha agrícola.

Indicador 3.1.6: Aumento da participação das mulheres na economia através de melhor acesso à formação, tecnologia, e recursos produtivos. Sem meta fixada. Principais resultados: com o apoio do PNUD, 130.000 jovens/mulheres capacitadas na área de agronegócio nas 18 províncias; 6 OSCs (2.259 mulheres beneficiárias), equipadas para intervir nas questões de género e desenvolvimento; 2.000 jovens (40% mulheres) beneficiaram de formação profissional. Uma organização de mulheres apoiada para aumento do valor da cadeia produtiva de mel no Cunene

Boas práticas:

Em colaboração com o MEP, elaboração da análise ao impacto da graduação de Angola como PMR; parceria com o INE na elaboração do relatório de linha de base dos ODS; capacitação, ainda que em escala reduzida, para a participação das mulheres na economia.

Desafios:

Reforço das ações orientadas para a melhoria dos indicadores sociais, no quadro da estratégia de aceleração para a graduação; consideração dos jovens como um segmento-alvo prioritário, alguns dos indicadores financeiros não estão sob a influência direta do trabalho das NU e isso pode dificultar o cálculo dos resultados.

RESULTADO 3.2: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DOS RISCOS E DESASTRES

Até 2019, a sustentabilidade ambiental é reforçada através da melhoria da gestão da energia, recursos naturais, acesso às tecnologias verdes, estratégias para as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, e planos e sistemas de redução de riscos e desastres.

ID#	Indicator	Baseline	Goal	Results Achieved
3.2.1	Número de iniciativas de seguranças relacionados com mudança climática, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética.	Uma iniciativa relacionada com a biodiversidade (Parque Nacional de Iona).	Pelo menos 5 iniciativas.	6
3.2.2	Número de instituições nacionais e provinciais capazes de identificar e monitorar desastres, riscos e implementar o Plano Nacional de Contingência 2014-2019.	Apenas uma província tem um Plano de Contingência (Cunene)	Pelo menos 10 têm planos de contingência provinciais.	8
3.2.3	Número de relatórios compreensivos submetidos ao abrigo do Artigo 5: Proibição de Minas Anti-pessoal.	1	Até 2019, 5 relatórios submetidos	3

Constatações:

Indicador 3.2.1: Número de iniciativas de seguranças relacionados com mudança climática, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética.

Principais resultados:

Três novos projectos do GEF aprovados (PIF) em 2017 sobre energia renovável, comércio ilegal de animais silvestres e conservação marinha; sendo um total de seis novos projetos GEF desde 2015.

Contribuição na integração da resiliência climática nos sistemas de produção agropecuária e agropastoril; Programa de Assistência de urgência para fortalecer a capacidade de produção agrícola e resiliência; Contribuição à reabilitação de terras e gestão de pastagens em pequenos proprietários de sistemas de produção agropastoril no Sudoeste de Angola. Participação das NU através do PNUD e da FAO;

Igualmente, 10.000 famílias vulneráveis afectadas pela estiagem têm melhorado a segurança alimentar e nutricional através do fortalecimento da capacidade de produção agrícola tal como 15.000 famílias pastorais têm melhorado a segurança alimentar e nutricional através da melhoria da saúde do gado e melhoria das pastagens e 1200 famílias vulneráveis afectadas por choques climáticos passaram a produzir espirulina. Dezoito municípios em 3 províncias do Sul de Angola tem recolha de dados temporaneamente sistemática sobre segurança alimentar e nutricional (FAO).

Um programa piloto conjunto foi estabelecido com o governo provincial de Huila, agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais (ONGs) locais para fortalecer a resiliência das comunidades afectadas pela seca, com foco em grupos étnicos minoritários, incluindo populações nômades de Khoi-san foi implementado em três municípios.

Indicador 3.2.2: Número de instituições nacionais e provinciais capazes de identificar e monitorar desastres, riscos e implementar o Plano Nacional de Contingência 2014.

Como meta foi estabelecida a implementação em pelo menos 10 Províncias de planos de contingência provinciais, sendo que esses planos foram implementados em 8 províncias com o apoio exclusivo do PNUD (80% de taxa de realização).

Destaca-se um exercício de simulação de inundações em Ondjiva facilitado pela ONU para melhorar o Plano de Contingência Provincial do Cunene e o SOP nas áreas de coordenação e gestão da informação. (PNUD), bem como a elaboração do primeiro esboço do Quadro de Recuperação pós Desastre (DRF) 2018-2022 para o Cunene, Huila e Namibe.

Finalmente, a publicação global da base de dados de desastres de Angola (DesInventar) em Maio de 2017 para facilitar decisões políticas baseadas em evidências internamente, mas também reportar internacionalmente contra as metas estabelecidas na Estrutura de Sendai sobre a RRD 2015-2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG).

Indicador 3.2.3: Número de relatórios compreensivos submetidos ao abrigo do Artigo 5: Proibição de Minas Antipessoal.

Como meta foi fixado submeter, até 2019, 5 relatórios. Com o apoio do PNUD, 3 relatórios foram submetidos no período de 2015 e 2017 (60% de taxa de realização). Não foi necessário nenhum apoio particular pela Autoridade Nacional de Acção contra Minas.

Boas práticas: implementação de programas especificamente orientados para as preocupações ambientais e para a resiliência climática; extensão da protecção civil a mais de metade do país; programas de emergência orientados para promover o desenvolvimento (recuperação dos pontos de água nas províncias afectadas pela seca)

Desafios: implementação do estatuto do refugiado; criação de um sistema de apoio aos requerentes de asilo sólido e sustentável; retomada do apoio à luta contra as minas anti-pessoal (nas 3 vertentes: desminagem, educação e saúde)

A análise global da eficácia relativamente à área estratégica 3, permitiu constatar que os principais resultados foram severamente condicionados pela crise petrolífera, pelo reajustamento das despesas públicas e pela redução de fundos dos doadores, impedindo o alcance dos objectivos fixados num contexto em que a economia angolana atravessava uma fase de crescimento. As metas estabelecidas para o eixo Crescimento Inclusivo, Diversificação Económica, Produção, e Criação de Emprego foram particularmente comprometidas pela evolução macroeconómica internacional e nacional. Quanto ao eixo Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Redução dos Riscos e Desastres, onde o PNUD foi a agência das NU que mais intervenções realizou, também afectado pelas mesmas razões, viu os seus resultados em relação ao indicador 3 ainda mais constringidos pela não continuidade do apoio do sistema das NU às diversas actividades relacionadas com a luta contra as minas anti-pessoais (desminagem, assistência e educação das vítimas de minas).

4.3.3 UNPAF Princípios de programação

De acordo com o UNPAF, todas as três as áreas estratégicas incluem elementos transversais indicados pelo PND 2013-2017, nomeadamente a institucionalização de informação para o desenvolvimento, género, juventude, VIH-Sida e o apoio à graduação do país. Apesar de não desenvolver um trabalho no âmbito do DaO, o escritório das NU em Angola promoveu um **alinhamento** das actividades do UNPAF a cinco princípios programáticos: i) uma abordagem baseada em direitos humanos, ii) uma gestão baseada em resultados, iii) igualdade e equidade de género iv) sustentabilidade ambiental, v) capacitação.

Igualdade e equidade de género

Em termos de resultados, agências como o PNUD, UNFPA, UNAIDS e UNICEF destacaram-se na promoção da **igualdade e equidade de género** através do fortalecimento das capacidades nacionais para a integração, implementação, monitorização e elaboração de relatórios sobre o género, tanto a nível nacional como local.

Foram ainda levadas a cabo campanhas de sensibilização e advocacia sobre violência doméstica, envolvendo instituições de aplicação da lei e OSC, incluindo a formação de formadores, activistas e mobilizadores de género para disseminar informação de qualidade sobre direitos humanos nas escolas. Um exemplo é a campanha 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género de 2015 organizada pelo UNFPA, PNUD, UNICEF, UNAIDS e UNHCR, envolvendo ministérios-chave como o Ministério da Família e da Mulher e o Ministério da Saúde e OSC. Foram ainda organizadas diversas

iniciativas relacionadas com a campanha, como debates radiofónicos, doações de sangue e a organização da Terceira Conferência Nacional sobre os direitos da mulher e a violência.

Em 2016, destacam-se actividades lideradas pelo PNUD no âmbito da parceria PRO-PALOP-TL (PNUD e União Europeia) que incluíram workshops no parlamento angolano, nomeadamente sobre integração dos ODS na legislação e orçamento nacionais com uma perspectiva de género, trabalho realizado em conjunto com o Grupo de Mulheres Parlamentares (GMP). Os principais resultados foram a criação de um mecanismo formal de advocacia para a integração do género sustentado pelo GMP e a adopção de um plano de acção de advocacia para a integração do género no orçamento de estado.

Foram ainda formados Pontos Focais Nacionais de Género e OSC que trabalham na sob a perspectiva de género nos ODS. Ao longo da implementação do UNPAF, o UNFPA destacou-se como agência relevante na área da equidade de género e promoção da mulher, tendo assumido a liderança em termos de relatórios internacionais, política e advocacia, integração de questões relacionadas com jovens e adolescentes nos programas nacionais e abordagem de prevenção de práticas nocivas.

Com o apoio do PNUD, a capacidade e participação das mulheres nos processos de tomada de decisões sobre o desenvolvimento local foram melhoradas. No final de 2017, o PNUD apoiou 5 OSCs especializadas em género e desenvolvimento e, através de seus projectos, um total de 1880 mulheres se conscientizaram de seus direitos e seu papel na sociedade, engajaram-se com instituições governamentais locais e autoridades tradicionais e participaram nos processos de tomada de decisão.

Igualmente, no processo de preparação para as eleições gerais realizadas a 23 de Agosto em Angola, a capacidade de 35 formadores líderes das OSC e da Comissão Nacional Eleitoral foi reforçada em termos de género e participação das mulheres nas eleições.

Direitos humanos

No âmbito do UNPAF, as diversas agências das NU foram ainda instrumentais na abordagem de assuntos sensíveis que se evidenciaram sobretudo em 2015, como sejam as questões de **direitos humanos**. Houve um esforço para integrar a abordagem baseada em direitos humanos nos processos de desenvolvimento, tendo as NU apoiado Angola nomeadamente no âmbito do Universal Periodic Review (UPR), de revisão dos progressos em termos de direitos humanos dos países membros das NU em 2015. Para alinhar a estrutura nacional de direitos humanos com a dos tratados internacionais, o PNUD e o OHCHR defenderam com o governo a necessidade de ratificar duas das três convenções fundamentais de direitos humanos que o país já assinou, incluindo a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes (CAT), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias e a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

As NU apoiaram Angola em termos de capacitação nestas áreas e agências em particular como o PNUD, UNICEF e OHCHR deram apoio no reforço das capacidades de instituições governamentais que tratam de assuntos relacionados com direitos humanos. Verifica-se assim desde este período uma melhor coordenação inter-institucional coordenada pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos. As NU apoiaram ainda a formação de profissionais na área da justiça e da polícia no âmbito dos serviços, capacidade de produção de relatórios e sensibilização relativamente à justiça para a criança.

Em 2016, destaca-se a visita a Angola do Relator Especial das NU sobre direitos humanos de migrantes e o trabalho conjunto com o governo na iniciativa Human Rights Up Front que visa apoiar as NU para melhor envolvimento no contexto da política e segurança de Angola e as suas consequências em termos de direitos humanos. No contexto das eleições de 2017, as NU em Angola focaram-se também em questões de direitos humanos, tendo sido capacitadas as agências em questões políticas e o PNUD apoiou organizações da sociedade civil para actuarem como observadores durante as eleições (750 formados e 420 acreditados). Adicionalmente, foram formados em género e participação de mulheres em eleições, formadores de OSC e da Comissão Nacional de Eleições.

Ainda em 2017, o trabalho no âmbito da revisão periódica de direitos humanos e implementação de recomendações do UPR avançou com trabalho com a Provedoria de Justiça nacional tendo o PNUD apoiado o processo de preparação de credenciamento da Provedoria de Justiça como uma Instituição Nacional de Direitos Humanos. O trabalho com OSC desenvolveu-se ainda na área da elaboração do relatório da Convenção das NU sobre Direitos Civis e Políticos e do relatório da CEDAW de 2017 e na área da monitorização dos direitos da criança tendo as OSC preparado com o apoio do UNICEF um relatório ao the African Committee of Experts on the Rights and Welfare of the Child (ACERWC). O escritório regional do Alto-Comissário de Direitos Humanos apoiou ainda o escritório de Angola em capacitação em gestão de Direitos Humanos.

Em 2017, através do PNUD uma nova OSC Angolana especializada em direitos das mulheres, participou pela primeira vez na 61ª Sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, com o convite da Comissão para obter o Estatuto de Observador. Além disso, as capacidades funcionais das 2 Comissões Provinciais de Direitos Humanos nas províncias do Cuanza Sul e Moxico foram reforçadas.

Constatação 1: os indicadores e referências à igualdade de género e direitos humanos não aparecem de forma clara no UNPAF e não há programas transversais. As actividades e esforços neste âmbito são dispersas e apresentam grandes oportunidades para abordagens coordenadas.

Recomendação 1: destacar no próximo UNPAF objectivos e indicadores específicos de trabalho na área do género e dos direitos humanos, alinhados a áreas concretas da PND 2018-2020 e dos ODS.

A tabela a seguir resume o alinhamento entre o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, as políticas nacionais e os ODS.

PND 2018-2022	Políticas nacionais	ODS
(vii) Desenvolvimento Humano e Bem-estar;	<ul style="list-style-type: none"> • População • Educação e ensino superior • Desenvolvimento de recursos humanos • Saúde • Assistência e protecção social • Habitação • Cultura • Desporto 	Saúde – incluindo natalidade e mortalidade Educação – incluindo formação e cultura Igualdade – incluindo género Desigualdade – incluindo protecção social e assistência Cidades e assentamentos humanos
(viii) Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização;	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das Bases da Democracia e da Sociedade Civil • Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública • Descentralização e Reforço do Poder Local 	Paz, justiça e instituições inclusivas

4.4 Critério de eficiência

O critério de eficiência examina até que ponto os recursos e contributos disponíveis do UNPAF originam produtos e resultados e observa até que ponto esses resultados e/ou efeitos directos são alcançados com a quantidade apropriada de recursos e contributos.

As principais questões relacionadas com o critério de eficiência são as seguintes:

- I. Foram mobilizados recursos financeiros adequados para a implementação do UNPAF?
- II. Os mecanismos de implementação (Grupos de Resultados, PMG, M&E) foram eficazes na M&E do UNPAF?
- III. Com que eficiência os recursos/contributos (fundos, conhecimento, tempo, etc.) foram convertidos em resultados do UNPAF no nível de resultados?
- IV. Havia alguma estratégia de minimização de custos que deve ser incentivada?
- V. Esses princípios contribuíram para a eficiência na implementação do UNPAF?

Para responder plenamente a estas questões, há constatações relacionadas com os seguintes aspectos:

4.4.1 Recursos financeiros para a implementação do UNPAF

Para ter uma abordagem mais quantitativa dos critérios de eficiência é importante analisar a estrutura de custos do UNPAF e o desempenho alcançado no período em análise. A este respeito, os factos e números são os seguintes:

Figura 5. Estrutura de custos planeados do UNPAF 2015 - 2019

Orçamento planeado	MATRIZ DE RESULTADOS DO UNPAF 2015-2019								SUBTOTAL (por agência)
	Área Estratégica de Intervenção: Desenvolvimento Humano, Social e Igualitário			Área Estratégica de Intervenção: Estado de Direito e Coesão Nacional		Área Estratégica de Intervenção: Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo			
Nome da agência	Resultado 1.1: Saúde	Resultado 1.2: Educação	Resultado 1.3: Protecção Social	Resultado 2.1: Boa governação, Participação e Descentralização	Resultado 2.2: Acesso à Justiça e Direitos Humanos	Resultado 3.1: Crescimento Inclusivo, Diversificação Económica, Produção e Criação de Emprego	Resultado 3.2: Sustentabilidade Ambiental, Mudança Climática e Redução de Riscos e Desastres		
PNUD (UNDP)	\$25.700.000,00		\$2.200.000,00	\$6.166.000,00	\$1.500.000,00	\$6.326.000,00	\$29.500.000,00		\$71.392.000,00
FNUIA (UNFPA)	\$14.000.000,00			\$7.500.000,00					\$21.500.000,00
UNICEF	\$30.148.438,00	\$7.382.014,00	\$30.320.956,00		\$18.081.673,00				\$85.933.081,00
OMS (WHO)	\$88.040.780,00								\$88.040.780,00
FAO									\$-
ONUSIDA									\$-
UNESCO									\$-
UNHCR					\$500.000,00				\$500.000,00
OIM (IOM)	\$4.000.000,00				\$11.500.000,00		\$5.500.000,00		\$21.000.000,00
UN Habitat									\$-
OCHA									\$-
UNISDR									\$-
UNEP									\$-
IAEA	\$600.000,00								\$600.000,00
UNIDO									\$-
OIT (ILO)									\$-
CNUCED									\$-
OHCHR									\$-
UNWOMEN									\$-
UNODC									\$-
FIDA (FAD)									\$-
SUBTOTAL (por resultado)	\$162.489.218,00	\$7.382.014,00	\$32.520.956,00	\$13.666.000,00	\$31.581.673,00	\$6.326.000,00	\$35.000.000,00		
SUBTOTAL (por área estratégica)			\$202.392.188,00		\$45.247.673,00		\$41.326.000,00		
TOTAL							\$288.965.861,00		\$288.965.861,00

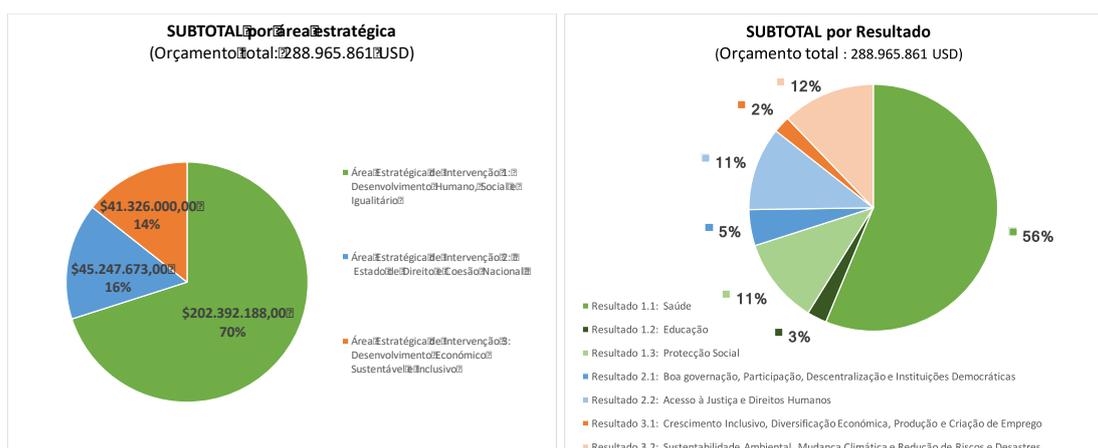
Aqui se evidencia uma das primeiras constatações de relevância com respeito à estruturação financeira do UNPAF. Por um lado, para cada Área Estratégica e para cada Resultado, é possível ver como existem certas agências que no momento da assinatura do UNPAF se comprometeram com montantes pressupostos para respaldar o seu trabalho na dita área (ver quadros sombreados por cor, com a alocação de montantes no seu interior).

Por outro lado, há um amplo número de agências que, apesar de o UNPAF contemplar e mencionar como actores que vão contribuir para cada um dos resultados, não estabeleceram nenhum compromisso em termos de orçamento (ver quadros sombreados sem indicação de orçamento), na altura da assinatura do UNPAF.

As agências que não se comprometeram explicitamente com orçamento foram: FAO, ONUSIDA, UNESCO, UN-Habitat, OCHA⁶, UNISDR⁷, UNEP, UNIDO, ILO, CNUCED, OHCHR, UNWOMEN, UNODC, FIDA (IFAD)⁸.

O orçamento total do UNPAF para os cinco anos é de \$288.965.861,00, pelo que os desembolsos anuais médios são estimados em cerca de \$57.793.172,20 para cada um dos cinco anos. Se observamos a estrutura do UNPAF, identificamos o seguinte:

Figura 6. Subtotal por Área Estratégica y Resultado



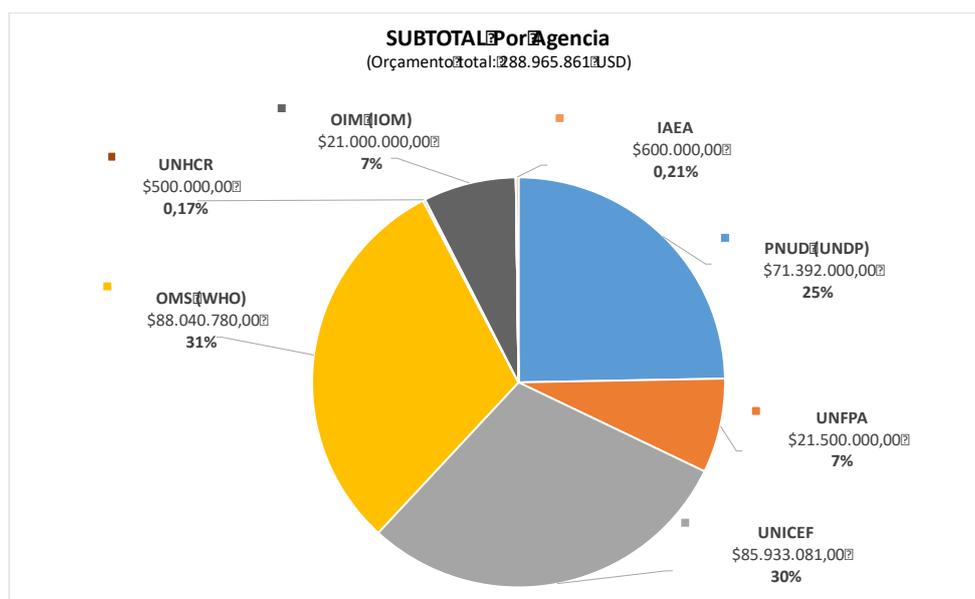
O peso importante da Área Estratégica 1 no UNPAF 2015-2019 é claro e, especialmente considerando todos os resultados, o peso do resultado 1.1 Saúde, que representa 56% do montante total do orçamento reflectido no UNPAF.

Se analisado ao nível das agências, obtemos a seguinte perspectiva:

⁶ O escritório regional da OCHA em Nairobi e antes de Joanesburgo tem apoiado Angola na coordenação de resposta a emergências e gestão de informação, bem como na formulação do Projecto CERF durante o período do relatório. Em 2016 para responder ao surto de febre amarela e secas, a OCHA contribuiu com doações emergenciais de US \$ 100.000 e US \$ 20.000 para coordenação, além da missão de especialistas do OCHA e CERF em 2016 (US \$ 5 milhões de auxílio à seca) e 2017 (US \$ 10,5 milhões).

⁷ Angola é um dos países beneficiados no âmbito do programa global da UNISDR sobre desenvolvimento de conhecimento de risco para DRR desde 2016. Mais de US \$ 100.000 foram gastos em um seminário regional da SADC e um seminário nacional de formação organizado pela UNISDR com o apoio do PNUD em Angola.

⁸ O Projecto 2017-2021 do FIDA oferece US \$ 7,6 milhões para apoiar a estrutura de recuperação da seca



Identificam-se com clareza três agências que repartem entre si mais de 85% de todo o orçamento do UNPAF: OMS, UNICEF e UNDP. Somam-se a estas três o UNFPA e a OIM com contribuições semelhantes entre si. Essas cinco agências representam mais de 99% do UNPAF, ou seja, praticamente a sua totalidade.

A análise da eficiência da execução orçamental é levada a cabo sob o pressuposto de um planeamento orçamental do UNPAF distribuído de forma proporcional e similar em cada um dos cinco anos abrangidos pelo seu calendário. A execução das despesas foi dividida em dois blocos, tendo em conta as informações fornecidas, a execução orçamental dos anos de 2015 e 2016 em conjunto, por um lado, e a executada durante o ano de 2017, por outro.

Tabela 6: Por área estratégica

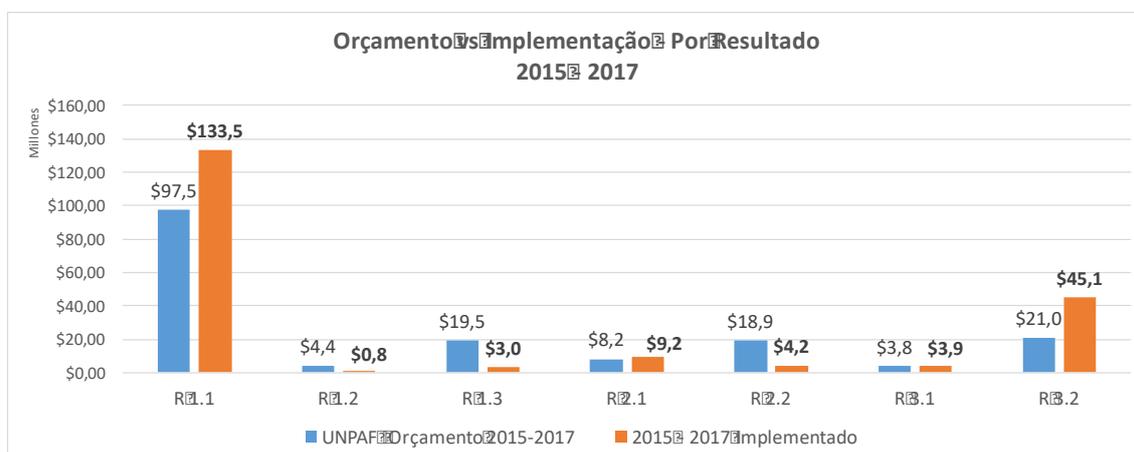
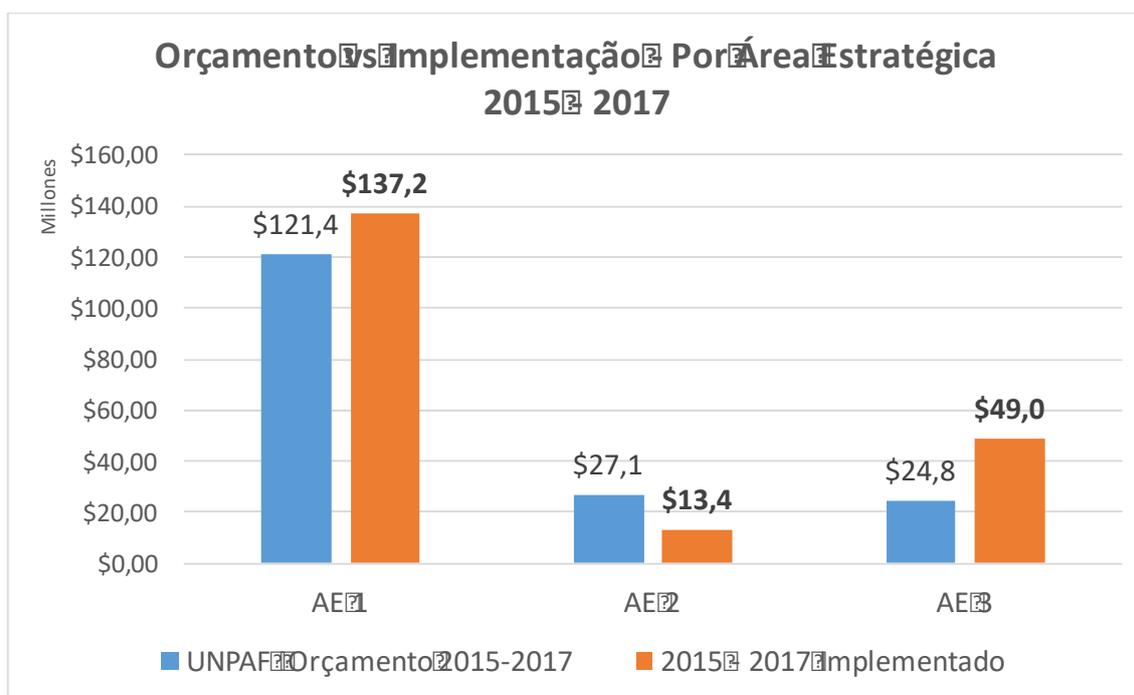
Results	2015-2017 Budget	2015-2017 Implemented	2015-2017 % Implemented
AE 1	\$121.435.312,80	\$137.249.256,88	113,02%
AE 2	\$27.148.603,80	\$13.413.485,30	49,41%
AE 3	\$24.795.600,00	\$48.992.939,57	197,59%
Total	\$173.379.516,60	\$199.655.681,75	115,16%

Tabela 7: Por resultado

Results	2015-2017 Budget	2015-2017 Implemented	2015-2017 % Implemented
R 1.1	\$97.493.530,80	\$133.459.771,98	136,89%
R 1.2	\$4.429.208,40	\$783.614,13	17,69%
R 1.3	\$19.512.573,60	\$3.005.870,77	15,40%
R 2.1	\$8.199.600,00	\$9.181.911,44	111,98%

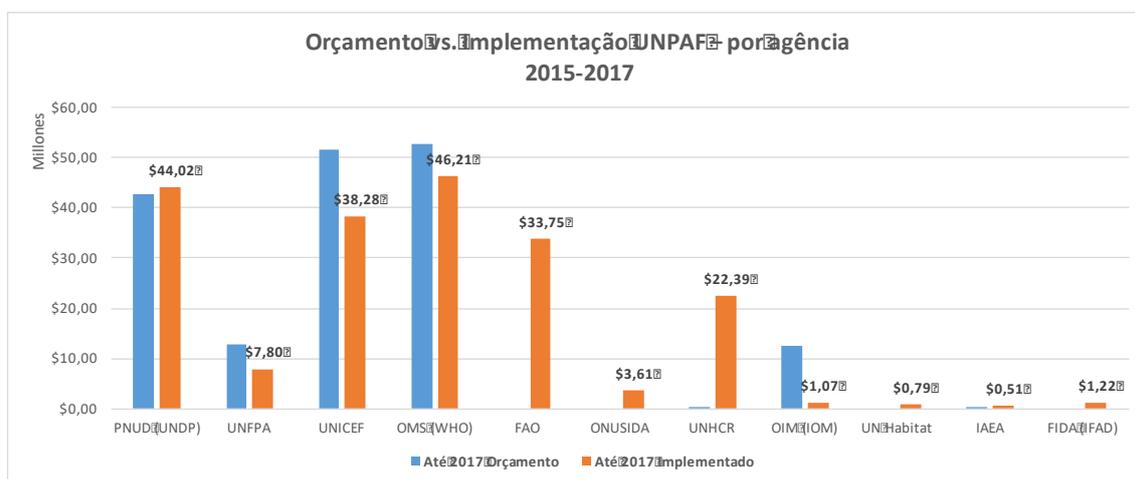
	2015-2017	2015-2017	2015-2017
Results	Budget	Implemented	% Implemented
R 2.2	\$18.949.003,80	\$4.231.573,86	22,33%
R 3.1	\$3.795.600,00	\$3.907.482,19	102,95%
R 3.2	\$21.000.000,00	\$45.085.457,38	214,69%
Total	\$173.379.516,60	\$199.655.681,75	115,16%

Em termos de execução, as áreas estratégicas 1 e 3 são claramente identificadas e, mais especificamente, os resultados 1.1 e 3.2. Esta situação é explicada, por um lado, dada a importância do componente de saúde (r 1.1) no UNPAF e o esforço feito nessa área. Por outro lado, a resposta a emergências e desastres, especialmente a seca, gerou essa execução extraordinária do orçamento registrada durante os anos de 2015 e 2016, e isso está refletido na r. 3.2. e que não foi planejado inicialmente.

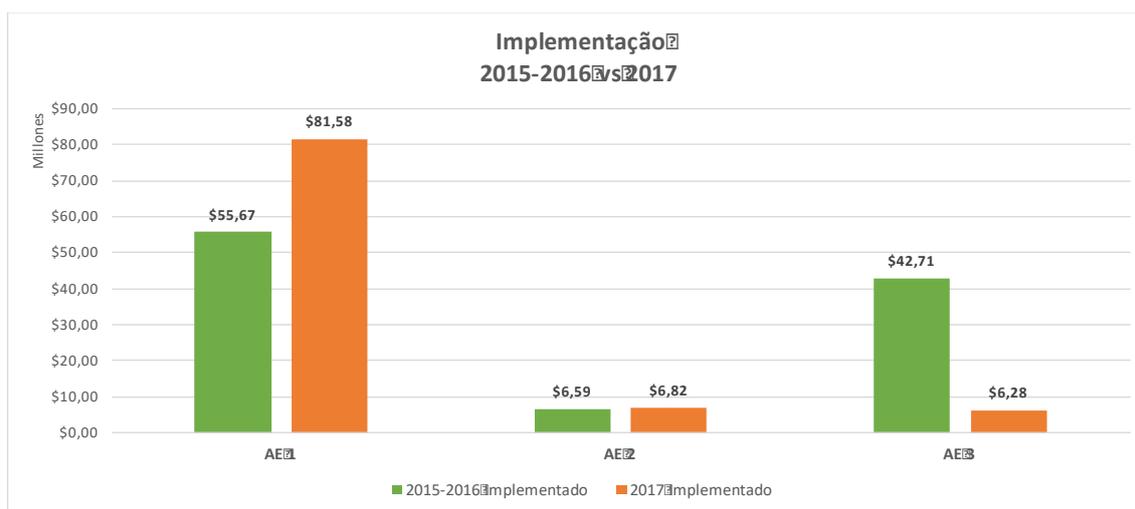


Do ponto de vista de cada uma das agências, destaca-se a falta de referência orçamentária da FAO no momento da assinatura do UNPAF, por isso, agora, todo o montante da execução é destacado. Uma situação semelhante ocorre com o UNHCR, que, embora tenha colocado uma pequena quantia para o UNPAF no momento de sua assinatura, a realidade e as necessidades desses primeiros três anos de execução lhe deram um papel de liderança e execução orçamentária muito maior do que o planejado.

Figura 7. Por agência:

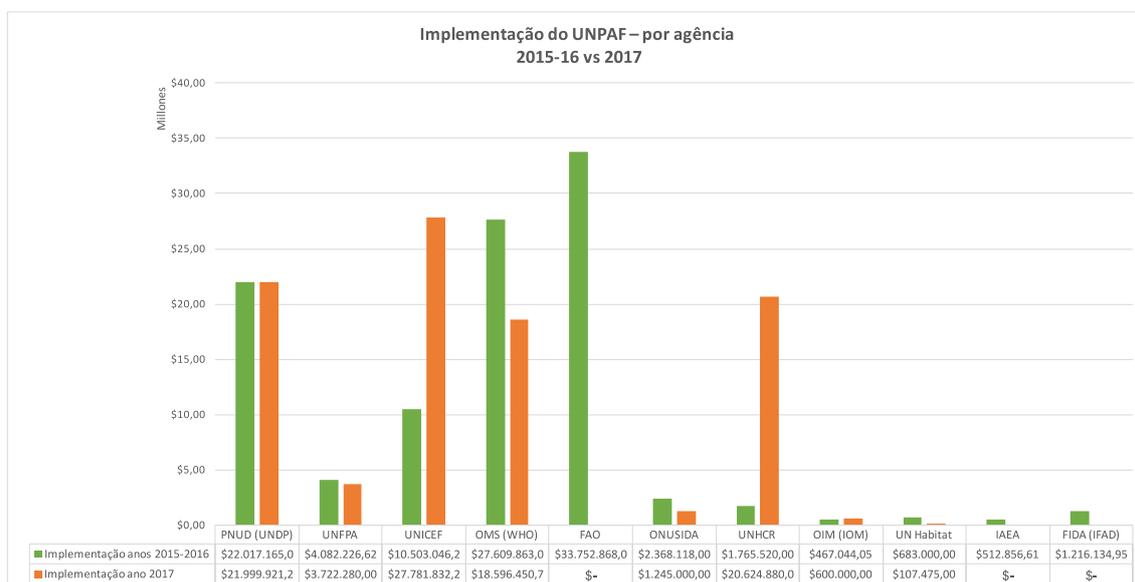


Se olharmos para a comparação entre a execução realizada em 2015-2016 em relação ao que foi executado em 2017, podemos ver alguns aspectos importantes do que aconteceu na implementação do UNPAF durante estes primeiros 3 anos.



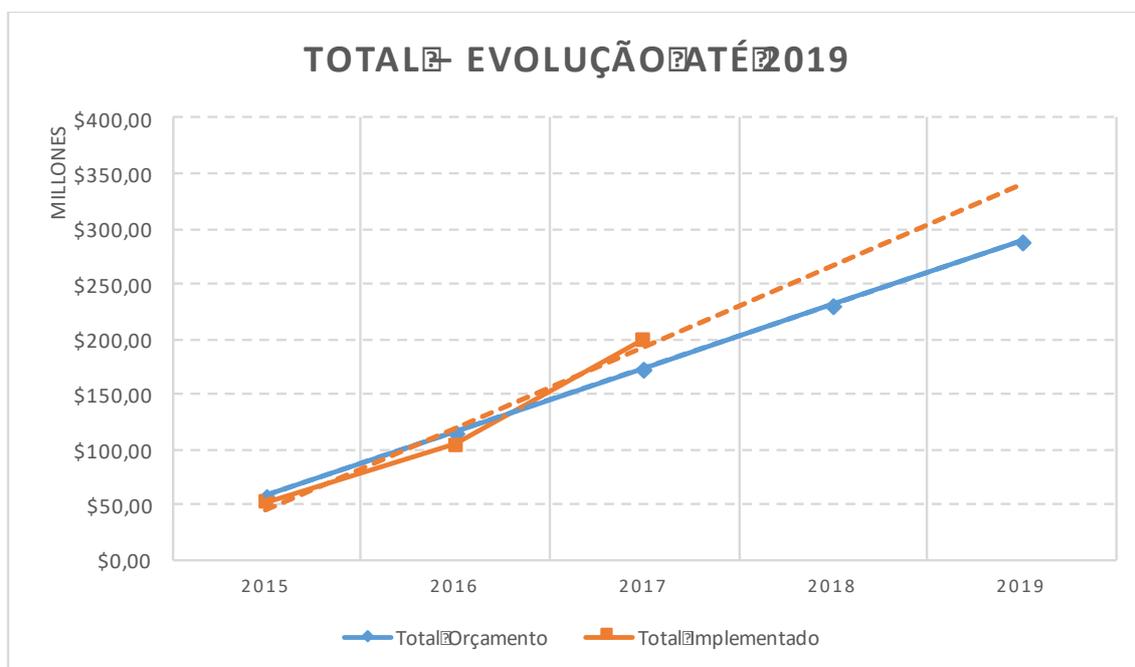
Em termos das Áreas Estratégicas, as 3 tiveram um papel e uma execução maior durante 2015-2016, com relação à sua execução em 2017, que retornou aos níveis normais de acordo com seu planejamento inicial.

Em relação aos desembolsos realizados por cada uma das agências, destaca-se o realizado pela FAO nos anos de 2015 a 2016, mais de 33 milhões, e em 2017 os executados pela UNICEF e pelo UNHCR, em ambos os casos sobre o que foi executado em anos anteriores. Em termos das agências:



Finalmente, com os dados que temos da execução desses três primeiros anos do UNPAF e a distribuição uniforme do orçamento inicial estimado até 2019, podemos gerar alguns gráficos de projeção e análise de execuções futuras.

Figura 8. Evolução da execução conjunta do UNPAF 2015-2019

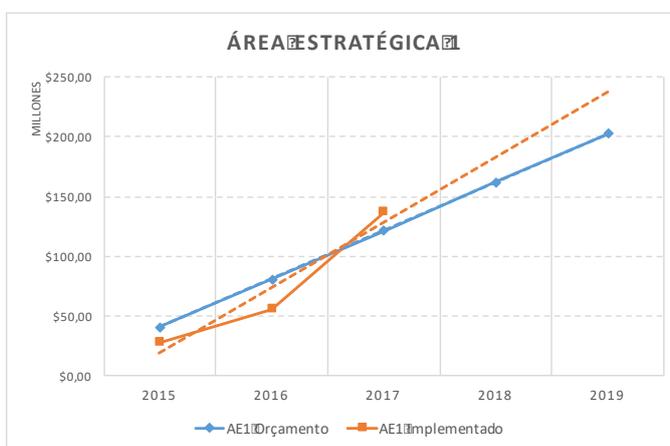


Uma execução próxima ao cenário planejado é observada. A execução do ano de 2017, permitiu a colocação acima, em termos de montantes desembolsados, o que é positivo se os resultados alcançados acompanharem.

Se analisarmos os detalhes de cada uma das áreas estratégicas, encontramos os seguintes aspectos a serem destacados.

Área Estratégica de Intervenção 1:

É claro que a dinâmica na execução desta área durante 2017, liderada pelo UNICEF e pelo UNHCR, deve manter este ritmo para continuar a alcançar os objectivos orçamentais planejados.



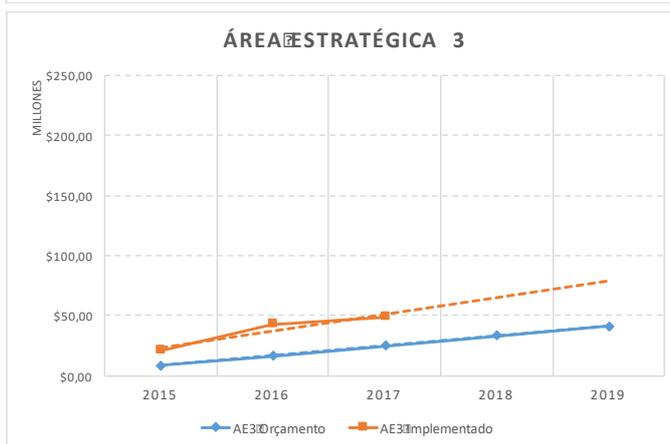
Área Estratégica de Intervenção 2:

É a área de intervenção que apresenta maiores dificuldades para alcançar a execução orçamentária em linha com o planejado. Ele precisa encontrar fórmulas para alcançar um nível mais alto de gastos nos próximos anos, desde que isso seja acompanhado de resultados.



Área Estratégica de Intervenção 3:

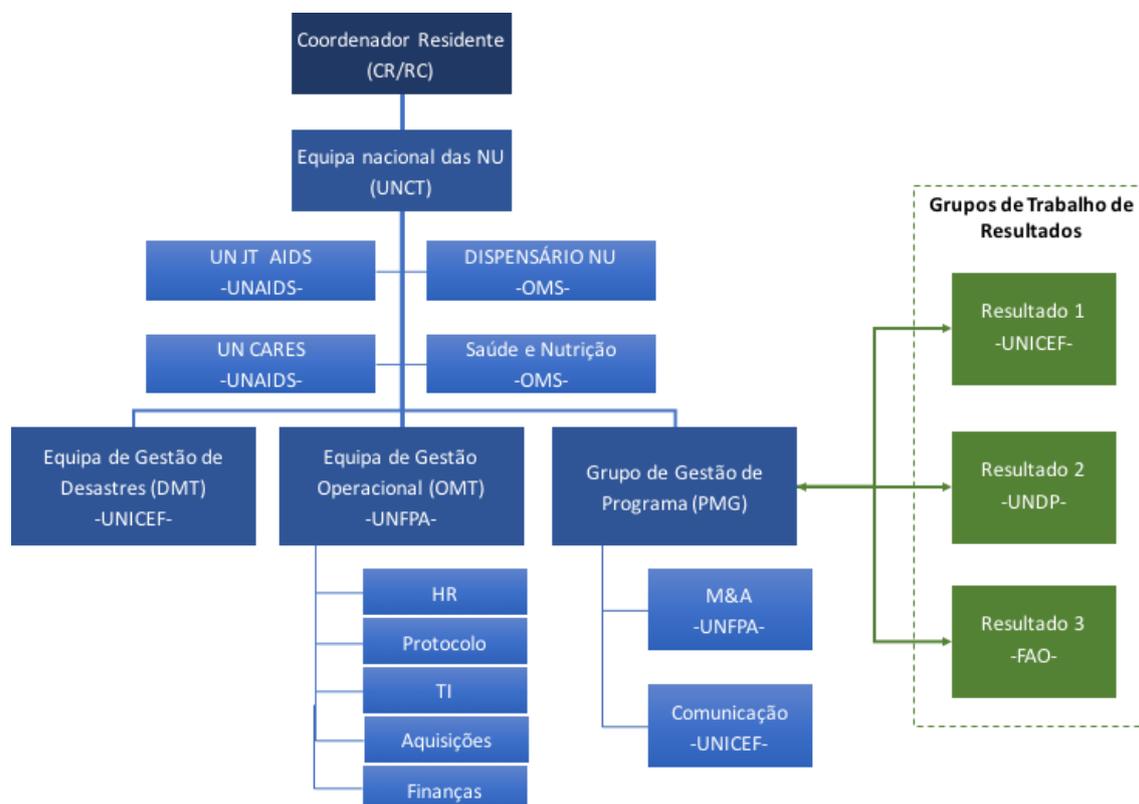
A excepcionalidade das despesas de 2015-2016 para lidar com emergências colocou os níveis de execução orçamentária acima do total planejado. Essa situação é compreensível. Durante 2017, uma execução mais alinhada com o planejado é exibida.



4.4.2 Mecanismos de implementação

De forma a implementar o atual UNPAF 2015-2019, o Sistema das Nações Unidas em Angola, sob a coordenação do Coordenador Residente e do seu Gabinete, estruturou as funções de planeamento, implementação, monitorização, gestão e avaliação através do seguinte esquema organizacional:

Esquema organizacional UN Angola



Esta estrutura, com os seus próprios mecanismos de coordenação da implementação, está profundamente inter-relacionada com a Estratégia Operacional de Negócio (Business Operating Strategy - BOS) que as NU em Angola pretendem implementar como o seu primeiro passo para o Delivering One One (DaO) em Angola. Tanto a estrutura organizacional como o BOS destinam-se a promover a integração de programas e operações. O seu objectivo final é tornar o Sistema das NU mais coerente, eficiente e eficaz na obtenção de resultados e no apoio às prioridades de Angola.

Existem algumas características-chave que funcionam para todos os Grupos de Trabalho (WG), articuladas para implementar o UNPAF:

- Eles são definidos por seus próprios Termos de Referência, Chair e Membros.
- O Chefes de Agência (HoA) são responsáveis pelo funcionamento do Grupo de Trabalho presidido pela sua agência.

- Cada WG deve definir os principais produtos/resultados para cada ano, alinhados com o plano de trabalho do RC/UNCT e UNPAF.
- O WG deve reunir pelo menos três vezes por ano.
- Em cada reunião, um dos membros deve tomar notas e preparar a acta. As actas devem ser partilhadas pelo presidente com outros WGs e UNCT.

Se observarmos a dinâmica e o desempenho de cada WG, podemos identificar algumas constatações que levam a conclusões e recomendações. Por exemplo, temos:

O Grupo de Gestão do Programa (Programme Management Group, PMG)

Constatações:

- Em média, realiza uma reunião a cada dois meses.
- Aumentou as sinergias convidando os líderes dos grupos de OMT e de Outcome para as reuniões do PMG.
- Trabalha alinhando os ODS, as prioridades nacionais de Angola e o UNPAF.
- Apoiou o governo de Angola com um documento fundamental sobre prioridades políticas.
- Estabeleceu uma forte coordenação e envolvimento das Nações Unidas com o INE.

O PMG desempenha um papel fundamental para o UNPAF e para a coordenação das agências para alcançar resultados em tópicos como os ODS e INE. É importante que os pontos focais designados para os grupos têm continuidade e que o reforço entre os grupos de trabalho seja vertical e horizontal

Grupo de Monitoria e Avaliação (Monitoring & Evaluation Group, M&E)

Constatações:

- Tem sido um espaço para partilhar conhecimentos e experiências sobre M&E dentro do PMG.
- Foi liderado pelo UNFPA.
- Pode ter um papel fundamental no processo de planeamento, como por exemplo, o que fez com o Plano de Trabalho de 2018 e com o BOS - Roadmap Angola.
- Tem um papel fundamental para apoiar as agências na monitorização dos ODS.

O grupo de monitoria e avaliação é um WG chave para monitorizar a implementação das actividades do Programa governo de Angola- ONU. Desempenha um papel fundamental na promoção e de fortalecimento das capacidades de M&E dos parceiros. Devido à mudança de staff, actualmente a liderança técnica do grupo está vaga.

Grupo de Comunicação (UN Communications Group)

Constatações:

- O WG não conseguiu reunir regularmente.
- A resposta às requisições humanitárias interferiu no desempenho do WG.
- Apoiou eventos de alto perfil, como por exemplo o Dia das Nações Unidas no MIREX (2016) e no Hotel Trópico (2017).
- Pode ser um óptimo actor para coordenar e partilhar informações, como por exemplo o fez sobre o surto de febre amarela entre a OMS, UNICEF e CDC.

Existe uma impressão de uma melhoria significativa da eficácia desde que o escritório do RC apoia a coordenação com a liderança efectiva do grupo pela UNICCF. O potencial de trabalho a ser feito e sua tarefa de coordenar a ação interagencial é muito ampla e deve ser explorada, algo que parece ainda estar faltando no momento.

Grupos de Trabalho de Resultados (Outcomes 1, 2 & 3 Working Groups)

Constatações:

- A participação dos Pontos Focais nos Grupos parece fornecer análises e contribuições de alta qualidade, melhorando as discussões eficientes e positivas.
- O Chair do WG de Resultados participou em reuniões importantes do GT da UNCT, PMG e M&E.
- Os WG de Resultado tiveram fácil acesso e suporte do RCO.
- Os GT de Resultados irão melhorar a eficácia e a eficiência com melhores planos de trabalho, prioridades-chave e apoio total das agências por meio dos seus pontos focais.
- Os marcos planeados pelo UNICEF foram alcançados dentro do WG de Resultado 1.

O desempenho dos grupos de trabalho pode ser fortalecido para ganhar eficácia, tanto por meio de maior participação dos membros, como por meio de reuniões mais eficazes, com metas e resultados claros e explícitos da reunião.

Equipa de Gestão de Desastres (Disaster Management Team, DMT)

Constatações:

- Trabalhou mais guiada pelas respostas de crise do que baseada em tarefas e objectivos planeados.
- Agências especializadas lideram a equipa.
- Foi capaz de se envolver em emergências complexas.

É um espaço de trabalho conjunto de especial importância, tanto para o seu propósito de trabalho, para responder a emergências, como para os tempos de ação, poucos, e a necessidade de coordenação no terreno.

Equipa de Gestão Operacional (Operational Management Team, OMT)

Constatações:

- Lidera o trabalho de BOS para obter soluções integradas para lidar com constrangimentos institucionais graças à coerência reforçada, padrões melhorados e sistemas operacionais comuns.
- Tem vários subgrupos: Compras, ICTs, RH, Protocolo e Finanças.
- Existem irregularidades, em termos de cronograma e participação, nos esquemas de reuniões dos subgrupos.

É um grupo de trabalho fundamental para a implementação da estratégia DaO. Os subgrupos RH, Protocolo e Finanças parecem ser os que precisam ser reforçados.

4.4.3 Recursos/contributos convertidos em produtos do UNPAF ao nível de resultado

O trabalho do Escritório do Coordenador Residente e da estrutura dos grupos de trabalho no âmbito do UNPAF, no sentido de articular as diferentes agências da ONU e transformar esforços em resultados, tem tido importantes histórias de sucesso.

O trabalho é destacado em certas áreas de acção:

- Emergências, Gestão de Calamidades e Resposta humanitária

Em 2015, com a liderança do PNUD e contribuição das agências através do grupo UNDMT liderado pela OIM, o apoio prestado à Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) contribuiu para o estabelecimento de sistemas de prontidão na resposta e recuperação de desastres.

Em 2015, o UNCT apoiou o governo para melhor coordenação, revisão do plano nacional de contingência e capacitação em abordagem de intervenção multisectorial. O UNCT, através do UNDMT, apoiou um processo consultivo e inclusivo para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Resiliência.

Por meio do DMT, elaboraram uma nota conceptual sobre a situação da nutrição de crianças menores de cinco anos e a deslocação de população afectada e iniciaram o processo de mobilização de recursos por meio do CERF do OCHA.

Em 2016, através da equipa das NU de Gestão de Calamidades (DMT), o UNCT e principalmente a OMS, FAO e UNICEF mobilizaram com sucesso o Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF) de cinco milhões de dólares para apoiar o governo de Angola para enfrentar os impactos das secas em três províncias afectadas nas áreas de Nutrição (UNICEF), WASH (UNICEF), Agricultura (FAO), Saúde (OMS) e Violência Baseada no Género (UNFPA). A resposta bem-sucedida contribuiu para aumentar a confiança do governo e levou o governo de Angola, através do Serviço Nacional de Protecção Civil, a solicitar às Nações Unidas que realizem avaliações das necessidades pós-catástrofe (PDNA) nas províncias do Cunene, Namibe e Huíla. O exercício PDNA que foi liderado pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), com a coordenação geral do PNUD e da União Europeia, envolveu várias partes interessadas do governo, das Nações Unidas (PNUD, FAO, OMS, PAM, UNFPA, UNICEF, OCHA) e Banco Mundial.

Outro exemplo de coordenação conjunta para resposta a emergências foi o surto de febre amarela declarado no final de Janeiro de 2016. A resposta ao surto foi liderada pelo Ministério da Saúde com o apoio da OMS, UNICEF e PNUD. O UNCT adoptou uma abordagem de falar com o governo de Angola com uma única voz e transmitir a mesma mensagem, enquanto defendia a necessidade de garantir serviços sociais básicos.

- Refugiados

Em 2017, a resposta das NU à crise dos refugiados assistiu mais de 35.000 refugiados da República Democrática do Congo e é uma grande conquista. Sob a liderança do ACNUR, a resposta foi uma experiência bem-sucedida a vários níveis. Em primeiro lugar, em relação à população afectada, os programas foram multissetoriais, cobrindo as áreas de segurança alimentar e nutricional, abrigo e itens não alimentares, proteção, água, saneamento e higiene, saúde, entre outros. Em segundo lugar, foi uma oportunidade para as agências das NU trabalharem juntas de maneira coordenada, sob a orientação do ACNUR e do Ministério da Ação Social, Família e Promoção das Mulheres. Foram realizadas reuniões semanais entre o Ministério, agências da ONU e outros parceiros para coordenar e monitorar a resposta. A principal conquista dessa colaboração foi a arrecadação de fundos de 10,5 milhões de dólares dos fundos CERF da OCHA, que permitiram salvar vidas numa primeira fase antes de lançar o Apelo Inter-Agenciasl.

- Saúde e HIV-Sida

Em 2015, as agências das NU, nomeadamente o UNICEF, OMS, UNFPA, concentraram a sua assistência na redução da morbidade e mortalidade materna e infantil, concentrando-se na redução da taxa de mortalidade da população e dos factores de risco para a saúde de adolescentes e doenças não transmissíveis. Um resultado comum fundamental foi o desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional para a Saúde do Adolescente 2015-2020.

Em 2016, destaca o início da implementação do Fundo Global, cuja proposta foi desenvolvida em conjunto pela UNAIDS, OMS, UNFPA e UNDP. No caso da proposta da UNAIDS, OMS, UNDP, UNFPA e UNICEF ao Fundo Global, foi aprovado um montante total de 90 mil dólares para programas de Angola sobre HIV-Sida, TB e Malária para 2016-2018

Durante o primeiro trimestre de 2017 um surto de cólera afectou principalmente duas províncias do norte de Angola, Zaire e Cabinda. O UNICEF e a OMS trabalharam em conjunto com o Ministério da Saúde para impedir a sua disseminação pelo país.

- Direitos Humanos

Em 2015, as Nações Unidas, em particular o PNUD, a UNICEF e o ACDH deram apoio para fortalecer a capacidade das instituições governamentais que lidam com questões de direitos humanos. Os resultados desses esforços incluem a melhoria da coordenação interinstitucional, presidida pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

- Equidade de género

Em 2015, o PNUD, UNFPA, UNAIDS e UNICEF promoveram a equidade de género através do fortalecimento da capacidade nacional de integração, implementação, monitorização e relatórios de género, tanto ao nível nacional como local. A campanha dos 16 dias de Activismo contra a Violência contra Mulheres e Crianças, um processo liderado pelo UNFPA, reuniu o PNUD, UNICEF, UNAIDS e UNHCR, Ministérios-chave como o Ministério da Família e promoção da Mulher, o Ministério da Saúde e as OSCs.

Uma das boas práticas é o trabalho realizado no ODS 5. Com o apoio do PNUD e do UNFPA, o Ministério da Família e Promoção da Mulher e o Instituto Nacional de Estatística produziram e publicaram em conjunto o primeiro Relatório de Género do país e estabeleceram uma linha de base estatística para apoiar a monitorização nacional e informar sobre o ODS 5 da Agenda 2030.

- Recolha de dados e análise

A recolha e análise de dados sobre os principais indicadores estatísticos e sociais continua a ser um desafio em Angola, o que limita o planeamento, orçamentação, implementação, monitorização e avaliação eficazes das iniciativas de desenvolvimento. Assim, os esforços do Sistema das Nações Unidas em Angola, particularmente da FAO, PNUD, ONUSIDA, UNICEF, UN-Habitat, UNFPA e OMS concentraram-se em contribuir para fortalecer a capacidade e melhorar a qualidade das estatísticas a diversos níveis, apoiando o Instituto Nacional de Estatística e sectores-chave da produção de dados.

Em 2017, foi prestado aconselhamento técnico ao Instituto Nacional de Estatística (INE) no desenvolvimento do Relatório de linha de base dos ODS. Quatro subgrupos dos ODS foram criados por membros de ministérios sectoriais e das NU.

4.4.4 Estratégias de minimização de custos

É importante destacar a Estratégia Operacional de Negócio (Business Operating Strategy - BOS) que as NU em Angola querem implementar como seu primeiro passo para o Delivering as One (DaO) em Angola, como mencionado. O BOS faz parte da abordagem do UNDG estabelecida nos Procedimentos Operacionais Padrão para Países que Adoptam a Abordagem Delivering as One (UNDG 2014).

O OMT foi responsável pela elaboração e implementação do BOS. É estruturado por subgrupos de uma forma que está claramente alinhado com as seis linhas de serviços comuns:

- 1) Serviços comuns de compras;
- 2) Serviços comuns de tecnologia da informação e comunicação (TIC);
- 3) Serviços comuns de recursos humanos (RH);
- 4) Serviços logísticos comuns;
- 5) Serviços financeiros comuns; e
- 6) Serviços comuns de instalações (incluindo instalações comuns)

A análise custo-benefício esperada da implementação do BOS durante 2018 e 2019 é de USD 1.176.712. Para conseguir isso, foram identificadas algumas prioridades e a partilha de encargos e responsabilidades foram acordados da seguinte forma:

- Adquisições e suporte logístico: material de escritório, consumíveis e móveis, agência líder OMS.
- TIC: conectividade com a Internet e serviço de telefonia móvel, agência líder PNUD.
- Alfândega e autorizações, agência líder UNICEF.
- Viagens, agência líder PNUD.
- Manutenção de veículos, agência UNHCR.

Existem vários instrumentos cujo uso é encorajado para obter ganhos em termos de estratégias de minimização de custos e resultados de qualidade, como por exemplo:

- ✓ Simplificando processos: reduzindo a duplicação e os custos de transação (tempo gasto em actividades)
- ✓ Melhoria do enfoque operacional: através da análise de custo-benefício, análise de custos de transação e análise de processos de negócios.
- ✓ Priorização de iniciativas de harmonização de alto impacto.
- ✓ Melhoria da qualidade: melhorando a oportunidade, a capacidade de resposta e o profissionalismo.
- ✓ Melhoraria da monitorização e acompanhamento dos resultados.

4.5 Critério de sustentabilidade

O critério de sustentabilidade examina até que ponto os benefícios da implementação continuarão após a conclusão do UNPAF 2015-2019.

As principais questões relacionadas com o critério de sustentabilidade são as seguintes:

- I. Até que ponto as estratégias e mecanismos implementados garantem que os resultados das intervenções permaneçam uma vez o UNPAF esteja concluído
- II. A visão dos parceiros sobre o papel das Nações Unidas e a sua relação com as instituições implementadoras do governo e das OSCs.

Para responder plenamente a estas questões, há constatações relacionadas com os seguintes aspectos:

4.5.1 Estratégias para a sustentabilidade e mecanismos de apropriação nacional

Na implementação das diferentes agências do sistema das Nações Unidas em Angola, identificam-se tanto abordagens upstream (políticas) como downstream (operacionais).

Angola está em processo de transição a país de rendimento médio. Algumas das agências das NU no país desenharam nos seus programas nacionais estratégias focalizadas em trabalho upstream, geralmente por meio de uma combinação de políticas e programas de advocacia, bem como intervenções através de projectos-piloto a serem ampliados (scaling up), visando mudanças institucionais e mudanças comportamentais nas sociedades para melhores resultados de desenvolvimento. Os programas-país das agências foram projectados para criar o ambiente mais apropriado, por meio do apoio a políticas e programas adequados, voltados para o âmbito de trabalho de cada uma delas, e pela promoção de estruturas e quadros legais alinhados aos padrões internacionais e pelo aprimoramento da aprendizagem e da capacitação das instituições governamentais. Por outro lado, diferentes projectos pilotos foram implementados a nível local para criar evidências e engajar parceiros locais para identificar soluções a serem replicadas ou ampliadas, como por exemplo os casos dos projetos escolas amigas das crianças ou de gravidez precoce na Huila.

Os resultados para a população do país e para o seu ambiente são o principal ingrediente para a definição dos programas nacionais das agências. No entanto, a obtenção de resultados de escala geralmente não é possível no prazo de cinco anos, pelo que se torna impossível avaliar esta possibilidade no quadro do actual UNPAF. A implementação de um projecto-piloto precisa de gerar apropriação tanto a nível central como local, ser acompanhada por uma estratégia de advocacia de alto nível e capacitação para assegurar a sustentabilidade e a adesão institucional. Alcançar resultados em larga escala é um investimento a longo prazo. Envolver parceiros estratégicos, incluindo o sector privado, o governo e a sociedade civil pode acelerar os resultados, mas, ao mesmo tempo, envolve a construção de parcerias e a criação de confiança, o que por certo consome tempo e recursos.

Algumas das agências conseguiram alcançar resultados de escala num processo a longo prazo que transcende o quadro temporal do UNPAF iniciado em 2015. Isso foi

possível através da implementação de projectos-piloto/demonstrativos que foram avaliados no terreno em localizações geográficas específicas e em combinação com os esforços de advocacia contribuíram para a sua expansão como políticas ou programas nacionais.

Apesar do facto de os projectos-piloto ou demonstrativos estarem presentes em muitas das agências, essas experiências foram escassamente documentadas, constituindo uma abordagem de estudos de caso. Há uma necessidade de aproveitar essa experiência por razões de responsabilidade e aprendizagem organizacional. Identificar as condições que possibilitam a ampliação de um projecto-piloto no país é fundamental para o trabalho das agências, especialmente num contexto de cortes orçamentais e recursos escassos e os investimentos em projectos-piloto/demonstrativos precisam produzir resultados que vão além de uma pequena intervenção.

As principais estratégias utilizadas para apoiar o desenvolvimento da agenda definida no UNPAF 2015 – 2019 a fim de alcançar a sustentabilidade futura das intervenções, têm sido a capacitação tanto institucional como comunitária e a advocacia. Em relação à capacitação, um exemplo que evidencia essa direcção é o grande esforço que as agências do sistema das NU têm feito com os parceiros governamentais e sociedade civil, desenvolvendo formações e iniciativas de capacitação com equipas técnicas.

Os parceiros implementadores foram orientados para melhorar a gestão de recursos, a prestação de serviços de melhor qualidade e treinados para desenvolver um melhor planeamento e M&E de políticas públicas. Nos últimos anos, houve progressos significativos no desenvolvimento de mecanismos nacionais de monitorização, mas houve um progresso ainda limitado na criação de um sistema nacional de avaliação.

Neste mesmo âmbito, de estratégias de capacitação para a sustentabilidade das políticas, destaca-se o trabalho feito para a melhoria de dados e evidências. Já no passado, em 2014, se ajudou ao país a realizar o primeiro Censo depois da independência do país. A partir deste, continuou-se o apoio ao Instituto Nacional de Estatística, para melhor disponibilização de dados aos decisores políticos e à sociedade em geral. Contudo, não é suficiente apenas obter os dados, já que os mesmos devem ser públicos e estar em formato adequado para que possam ter uso e utilidade. Foi estabelecida uma cooperação sul-sul com Moçambique para analisar qual a plataforma a utilizar para tornar os dados mais acessíveis para os decisores políticos e para a população.

Com o Instituto Nacional de Estatística também se trabalhou numa área importante, qual é a interpretação dos dados. No quadro do Grupo de Trabalho de M&E do UNPAF foram realizados encontros periódicos com o INE. Nestas reuniões analisam-se os dados, quais são as diferenças, como articular também os relatórios nacionais e globais. Foi criado esse quadro para a análise de dados.

Neste campo de fortalecimento da capacidade institucional para fazer políticas baseadas em evidências, estão a ser realizados quatro estudos importantes: (i) “Homens e mulheres”, (ii) “Características da população jovem de Angola”, (iii) “Primeiro relatório analítico sobre dados de género”, (iv) “Dividendo demográfico”. Este último

destaca-se como importante no quadro do lema lançado pela União Africana em 2017: “Aproveitamento do dividendo demográfico através de investimentos na juventude”. Angola participa assim no reconhecimento que em África a juventude tem um percentual importante sendo necessário olhar de uma forma estratégica para priorizar políticas para ela. O estudo está a ser finalizado e olha para as tendências de crescimento populacional e informa sobre investimento que deve ser feito para obter um desenvolvimento sustentável. A estratégia de sustentabilidade passa, depois da obtenção das evidências, pela advocacia e apoio no planeamento e orçamentação nacional.

Existem aspectos, que serão apresentados como desafios, para dar sustentabilidade e continuidade aos avanços e políticas implementadas durante esses três primeiros anos do UNPAF. Certos aspectos do contexto político, do contexto socioeconómico, do contexto dos direitos humanos e do contexto internacional serão fundamentais.

Principais desafios para a sustentabilidade das políticas a partir de entrevistas e análise documental foram identificadas:

Contexto político

- A luta contra a corrupção
- Descentralização

Contexto socioeconómico

- Estabilização macroeconómica

Contexto dos direitos humanos

- Direitos civis e políticos
- Refugiados
- Gestão do espaço cívico
- Juventude

Contexto internacional

- Participação de Angola e papel nas organizações regionais

4.5.2 A visão dos parceiros sobre o papel das Nações Unidas e a sua relação como as instituições implementadoras

Um aspecto central de qualquer programa é a sua implementação e, portanto, os parceiros são um aspecto crítico, tanto para conhecer a capacidade de implementação como para avaliar a sustentabilidade das intervenções e estratégias.

Neste quadro, o papel das Organizações da Sociedade Civil identifica-se como chave. Uma constatação clara que deve ser reforçada dentro dos mecanismos de coordenação do UNPAF é o desenvolvimento da sociedade civil em Angola. As organizações da sociedade civil, incluindo ONGs e angolanos no exterior desempenharam um papel visível no país.

Os últimos anos, no entanto, testemunharam uma redução do número de doadores em Angola, resultante da crise económica global e do alto custo de operação no país. Menos organizações consolidaram o seu trabalho em áreas específicas como direitos humanos, resposta ao HIV-Sida, educação, saúde e agricultura. De acordo com o Índice de Sustentabilidade em Angola, produzido pela USAID em 2015, a maioria das ONGs no país não consegue garantir a sustentabilidade financeira.

Em 2015, poucos doadores permaneceram em Angola. Um número limitado de agentes implementadores foi identificado, o que representa uma fraqueza para a implementação dos projectos locais. Parceiros tradicionais com grande capacidade de operação no campo deixaram o país, como a Oxfam. Ao mesmo tempo, diferentes relatórios e informantes declaram a fraqueza da sociedade civil.

De acordo com vários relatórios, como o índice CSO Sustainability da USAID (2015), Angola aparece em último lugar no ranking da África subsariana em termos de sociedade civil, aparecendo na última posição em algumas dimensões como viabilidade financeira, prestação de serviços, infra-estrutura e imagem pública.

Não existe informação actualizada sobre o número de OSC que operam em Angola. Em 2014, 228 organizações nacionais e 73 OSC internacionais, ou um total de 301 organizações, foram relatadas como registadas pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. A precisão deste número não pode ser verificada. Muitos observadores acreditam que o número real de organizações activas é uma fracção desse total.

No quadro da presente avaliação destacam-se os principais elementos por parte dos parceiros e o seu trabalho com as Nações Unidas.

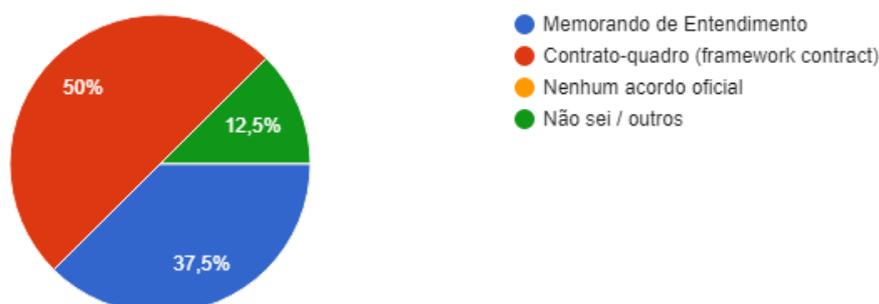
O perfil principal dos colaboradores que responderam à pesquisa é o de organizações não-governamentais (43,8%), órgãos governamentais (18,8%) ou outros tipos de organizações (18,8%). A grande maioria dos respondentes (81,3%) trabalham em organizações de pequena e média dimensão (com menos de 100 funcionários) enquanto apenas 18,7% desenvolvem actividade em organizações com mais de 250 membros.

A maioria das organizações que responderam (75,1%) já colabora com as NU há mais de cinco anos e apenas 12,4% encetou essa colaboração há menos de dois anos. Isso demonstra esse compromisso com o trabalho de longo prazo, a criação de parcerias duradouras e a abordagem de sustentabilidade das colaborações.

O contrato-quadro (50%) e os memorandos de entendimento (37,5%) são o dispositivo formal mais frequente na relação entre as organizações respondentes e as NU.

6. Que tipo de acordo/parceria a sua organização tem com agência das Nações Unidas?

16 respostas

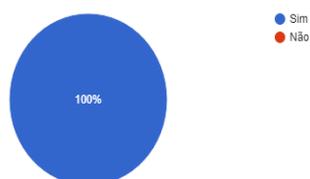


A totalidade das respostas relativas à importância da parceria com as NU considera-a muito importante (81,3%) ou importante (18,7%). A totalidade dos respondentes (100%) considerou que a parceria com as NU contribuiu para a sustentabilidade dos resultados alcançados.

Um aspecto fundamental é verificar se a totalidade (100%) das organizações que responderam manifestou o desejo de dar continuidade à parceria com as NU.

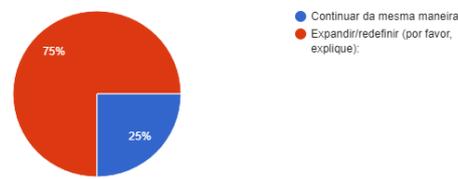
12. A sua organização gostaria de continuar a colaborar com a agência parceira das Nações Unidas nos próximos anos?

16 respostas



13. Continuará a colaborar com a agência parceira das Nações Unidas do mesmo modo que antes; ou considera h...pliação ou redefinição da parceria?

16 respostas



A este respeito, uma maioria substancial das organizações (75%) expressou a intenção de ampliar ou redesenhar os termos da parceria com as NU enquanto os restantes 25% preferem manter os moldes actuais de colaboração. Como resultado das entrevistas e a resposta ao inquérito realizado especificamente para esta avaliação do UNPAF, podemos sistematizar a visão dos parceiros implementadores da seguinte maneira:

<p>Os contributos mais efectivos das NU:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Melhoria da capacidade de planificação estratégica das organizações; II. Reforço material, técnico, organizacional das OSC; III. Fortalecimento e melhoria do diálogo entre o governo e a sociedade civil; IV. Contributo efectivo para a melhoria das condições de saúde (luta contra o HIV, serviços de SSR para adolescentes e grávidas, programas de saúde sexual e reprodutiva para jovens); V. Melhoria da capacidade das organizações na gestão e implementação de projecto; VI. Sensibilização e reforço das capacidades das comunidades, bem como do comportamento dos seus membros (aumento do rendimento das comunidades agrícolas e promoção do associativismo e cooperativismo). 	<p>Factores internos ou externos limitantes do alcance dos resultados esperados:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Em termos internos: a falta de engajamento e compromisso político do governo em relação a determinadas metas; as deficiências de gestão dos recursos públicos; a fraca capacidade das OSC para influenciar os processos de desenvolvimento; a extensão territorial do país e as insuficiências ao nível das vias de comunicação; a insuficiência de recursos humanos, técnicos e financeiros com que se confronta o governo e as restantes organizações; II. Em termos externos: a limitação de fundos; os prazos reduzidos para implementação dos projectos; a burocracia e processos administrativos associados ao acesso aos fundos, à monitoria e avaliação; as dificuldades na transmissão do know-how entre os técnicos das NU e os beneficiários nacionais; recursos humanos das NU escassos e sobrecarregados para atender às necessidades efectivas das OSC e das comunidades.
<p>Principais reflexões:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. a necessidade de dar continuidade ao apoio fornecido para melhorar o acesso aos serviços de saúde; II. a necessidade de estender os projetos para além das províncias piloto; III. considerar a juventude como público alvo prioritário (beneficiário e instrumental) para os programas das NU; IV. reorientar as intervenções, tendo como foco as comunidades mais vulneráveis e desprotegidas e não deixar ninguém para trás. 	<p>Principais lições aprendidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. O envolvimento das comunidades é fundamental para a sustentabilidade dos resultados alcançados; II. A existência de processos de comunicação adequados faz toda a diferença; III. O trabalho conjunto entre os técnicos das agências das NU e os membros das organizações da sociedade civil, com o objectivo de partilhar conhecimentos e consolidar a estrutura institucional das organizações; IV. O acompanhamento das actividades e os sistemas de monitoria e avaliação são instrumentos importantes que contribuem para maior eficácia dos resultados e para reforçar a respectiva sustentabilidade.

5 CONCLUSÕES

Com base na análise delineada em cada secção deste relatório, a equipa de avaliação desenvolveu as seguintes conclusões:

Conclusão #1: A mudança no contexto económico e político em Angola, devido à queda dos preços do petróleo e ao aumento das emergências humanitárias, provocou uma mudança nas prioridades nacionais que obrigaram às agências das NU a introduzir ajustes nos resultados planeados e nas estratégias implementadas, com uso de fundos para assistência directa as populações.

Como consequência, a resposta e a preparação para crises humanitárias e a entrega directa de bens e serviços tiveram maior peso no quadro de implementação do UNPAF. Essas mudanças no contexto foram premissas não tidas em consideração no desenho do UNPAF. O UNPAF não foi desenhado de forma que permita a análise de atribuição de resultados ao programa. Esses pressupostos, não considerados no UNPAF, requereram uma resposta por parte do sistema das NU em Angola no geral e por parte de cada uma das agências em particular:

- Crise económica com a queda do preço do petróleo: constatou-se a capacidade das Nações Unidas para mobilizar recursos financeiros e técnicos que permitiram aumentar a resiliência perante as catástrofes. O trabalho de estender zonas de cultivo permitiu durante a crise contribuir para a sustentabilidade alimentar e para o desenvolvimento do país. Foi igualmente destacável a rápida mobilização de recursos perante a febre amarela em conjunto com o governo e outros parceiros, o que permitiu resolver esta situação. Conseguiu-se reverter a situação para que se pudessem continuar as políticas de desenvolvimento.
- Graves emergências humanitárias (surto da febre amarela, refugiados da RDC, seca nas províncias do sul, epidemia de cólera nas províncias do nordeste, incluindo Luanda e o aumento dos casos de malária e tuberculose, principalmente nas províncias fronteiriças): provocaram uma mudança nas prioridades nacionais que obrigaram as agências das NU a introduzir adaptações nos resultados planeados e nas estratégias implementadas. Situação de grande dificuldade para o país porque veio acontecer em conjunto com uma crise económica. Estas emergências foram um importante factor de distração na implementação dos recursos do governo e das agências. Destacou-se a lição de trabalhar entre onexo emergências e desenvolvimento; e de trabalhar no desenvolvimento de sistemas para prever situações de emergência e continuar a apoiar o país nos planos de contingência e preparação contra desastres Bem como a construção de resiliência em todos os setores.
- Transição de poder e novo ambiente político: aparecem novas tendências de reformas que apontam alguns temas prioritários.
 - * Descentralização de poderes através da futura implementação de Autarquias Locais;
 - * Aposta no desenvolvimento agrícola;
 - * Início de melhoria do ambiente de negócios, combatendo-se a corrupção e a burocracia;
 - * Melhorias na saúde e na educação.

Conclusão #2: Em termos de contribuição dos Grupos de Trabalho, nomeadamente os referidos a cada um dos três resultados do UNPAF, identificam-se diferentes estratégias que estão a contribuir significativamente para melhorar a vida das pessoas do país, especialmente as mais vulneráveis. Porém, o trabalho conjunto dos grupos de resultado (*outcome group*) tem uma dinâmica de trabalho mais focado na agregação das atividades das agências, embora haja espaço para melhorias em direção a abordagens mais globais orientadas para problemas, na medida em que os planeamentos estão baseados fundamentalmente nos mandatos de cada agência.

O trabalho habitual dos *Outcome Groups* é que cada agência indica o que pretende alcançar no ano em termos de resultados, em termos de indicadores e também em termos geográficos. Compilam um plano de trabalho anual. Trimestralmente dá-se seguimento e no sexto mês fazem uma apreciação do que se atingiu. Antes do fim do ano elaboram um relatório do feito durante o ano.

Até ao momento não se têm desenvolvido *Joint Programmes*, mas sim *Joint Programming* e *Joint Initiatives*. Identificaram-se diferentes estratégias de cooperação como apelo interagencial e Memorandums de Entendimento entre as agências com Planos de trabalho conjunto; assim como notáveis casos de parcerias bilaterais muito frutíferas.

Conclusão #3: Há um seguimento dos indicadores de resultado do UNPAF, mas as relações entre as agências em termos de M&A são fundamentalmente funcionais (*Ad Hoc*); não se identifica um sistema de M&A abrangente, além dos *Annual Work Plans* e relatórios de *Annual Review*.

Nos últimos anos, houve um progresso significativo no desenvolvimento de mecanismos nacionais de monitoria, mas houve um menor progresso na consolidação de sistemas institucionais de avaliação. Assim, muito se melhorou na geração de evidências para orientar as políticas públicas e os sistemas de M&E com muitos dados setoriais disponíveis. Contudo, muitos destes dados estão pendentes de validação.

O país começou um processo muito importante no apoio ao desenvolvimento dos ODS e o Sistema das Nações unidas ajudou no Quadro de Parceria das NU. O processo de desenvolvimento dos ODS não está terminado, mas houve um esforço inicial por coordenar os actores e revisar indicadores que podiam ser usados.

Conclusão #4: De uma maneira geral, o UNPAF 2015-2019 foi substancialmente alinhado às prioridades nacionais no seu desenho e este facto encontra-se demonstrado no próprio documento. Contudo, o UNPAF enfatizou algumas áreas prioritárias do PND 2013-2017, não tendo coberto áreas que já tinham sido identificadas pelas estratégias nacionais e que se evidenciaram ainda mais no contexto nacional, sobretudo devido à crise económica.

Ainda ao longo da implementação, este alinhamento foi progressivamente procurado através de projetos e atividades específicas das diversas agências. Por exemplo, não havia nenhuma intervenção planejada na área das eleições, mas se adaptou ao contexto para apoiar o processo de fortalecimento democrático. Trabalhou-se com o CNE e com os partidos políticos, atores com que não estava previsto.

Também na área do género há intervenções que não estavam previstas de uma maneira específica, por exemplo, se está a trabalhar no empoderamento da mulher para participar no processo autárquico.

Na área de descentralização, muito trabalho estava previsto para ser feito com os Conselhos de Auscultação e Concertação Social. Havia indicadores e previsões bem específicos que não foram alcançados por falta de financiamento da parte das agências, por um lado, e pela vontade política, por outro. Esses exemplos mostram a dificuldade e a alta dependência das mudanças ao trabalhar em aspectos mais políticos.

Estes são alguns exemplos de estratégias que indicam, por uma parte, que não se identificaram como uma prioridade no desenho do UNPAF, mas, por outra, uma capacidade positiva de adaptação a mudanças no contexto.

Conclusão #5: Quatro elementos de contexto influenciaram de forma decisiva os resultados alcançados nos três primeiros anos do UNPAF 2015-2019, nomeadamente, a redução de fundos alocados por parte do governo às actividades previstas, resultante da redução de receitas petrolíferas, a redução dos fundos disponibilizados pelas NU e pelos doadores, a escassez de recursos humanos em diversas agências das NU e alta rotatividade nos parceiros do Governo, assim como o incremento de emergências humanitárias, em particular a seca nas províncias do sul e a necessidade de assistir os refugiados da RDC.

Foi reforçada a resposta coordenada do sistema das Nações Unidas nomeadamente para:

- Resposta coordenada às emergências nacionais (refugiados, seca, febre amarela, cólera)
- Construção conjunta do Quadro de Resiliência no sul do país

- O sistema das Nações Unidas ajudou na melhoria do alinhamento com os ODS. Não está ainda terminado, mas houve um esforço de juntar os actores, de rever que indicadores podiam ser usados, a qualidade dos mesmos etc.
- Aplicação de abordagens upstream e downstream: muito trabalho foi feito na formulação de melhores políticas e estratégias, mas muito foi também o trabalho directamente com os beneficiários
- Apoio ao governo e outros parceiros na construção de capacidade nacional para implementar os direitos humanos e outras normas universais das NU. Apoio à Sociedade Civil para monitorizar as eleições (Comissão Nacional Eleitoral e o Observatório de Transparência Eleitoral)
- Começo do trabalho do país para graduação como País de Rendimento Médio e preparação do país para uma transição suave, o que requer compromisso das partes
- Apoio à consolidação da liderança do país no âmbito internacional; na construção da paz e segurança da região.

Conclusão #6: No que se refere à eficácia em termos de consecução dos indicadores de M&A do UNPAF, a apreciação global remete para as seguintes conclusões:

- 1) Na área estratégica 1, as metas fixadas apenas foram atingidas no Indicador 1.1.3, Provisão de serviços, do eixo da Saúde e no Indicador 1.1.2, Reforço de capacidades e formação, do eixo da Protecção Social. Os restantes indicadores da área da Saúde e da Protecção Social, bem como a totalidade dos indicadores do eixo da Educação estão em progresso, tendo-se em consideração que ainda existem 18 meses até ao final do ciclo do UNPAF;
- 2) Na área estratégica 2, no eixo da Governação e reforço institucional, o Indicador 2.1.1: Revisão das políticas e leis sobre a descentralização e reforço de capacidades de governação local e o indicador Indicador 2.1.2: Sistema nacional de estatística reforçado para contribuir para a planificação, implementação e monitoria, baseada em evidência estatística, já atingiram as metas fixadas enquanto no eixo do acesso à Justiça e Direitos Humanos apenas o Indicador 2.2.2: Aumento da qualidade e quantidade de serviços jurídicos e protecção disponível aos cidadãos.concretizou as metas estabelecidas. Os restantes indicadores da área estratégica estão em progresso, dentro da possibilidade de serem concretizados até ao final do ciclo;
- 3) Na área estratégica 3, no eixo Crescimento inclusivo, diversificação económica, produção, e criação de emprego apenas o Indicador 3.1.6: Aumento da participação das mulheres na economia através de melhor acesso à formação, tecnologia, e recursos produtivos cumpriu as metas propostas enquanto os três primeiros indicadores reflectem o efeito adverso das condições de contexto. Por outro lado, no eixo Sustentabilidade ambiental, mudanças climáticas e redução dos riscos e desastres, o

Indicador 3.2.1: Número de iniciativas de seguranças relacionados com mudança climática, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética já atingiu as metas propostas enquanto os outros dois indicadores estão em situação de progresso, com um horizonte temporal adicional de 18 meses que poderá contribuir para uma melhor performance.

Conclusão #7: O Governo tem trabalhado para assegurar o novo edifício para as Nações Unidas e iniciou-se o trabalho de aderência ao modelo Juntos na Ação (*Delivering as One*).

Esta mudança teve um custo zero para as Nações Unidas, sendo uma medida temporária até encontrar um prédio definitivo para a ONU

Por outro lado, foi assinado por todas as agências a *Business Operations Strategy*. Neste marco foi feito um trabalho para analisar as áreas em que o modelo DaO maior benefício traria em termos de alinhamento das Nações Unidas, por exemplo, na área *procurement* ou nos serviços de internet. Estão a ser identificadas as principais áreas nas quais o trabalho conjunto das agências pode resultar em mais eficiência. As poupanças daí resultantes poderiam ser utilizadas para a área programática. Aspeto ressaltado muito positivamente pelos parceiros: o governo e, sobretudo, os doadores veem de forma muito pertinente o trabalho interprogramático entre agências e o lançamento de programas conjuntos para melhorar a eficiência e impacto.

Conclusão #8: Em termos de eficiência, uma primeira conclusão é que uma execução geral próxima ao cenário planejado é observada. A execução do ano de 2017 permitiu a colocação acima, em termos de montantes desembolsados.

Do ponto de vista do orçamento indicativo não todas as agências apresentaram um orçamento no momento da assinatura do UNPAF na medida em que um número importante das mesmas não apresenta um compromisso orçamental para trabalhar para os seus objetivos a médio prazo no âmbito do UNPAF. Este fato queda justificado pelos ciclos orçamentários das agências das NU que é anual ou bianual e que uma porção importante desse orçamento é mobilizado sobre a base de doações voluntárias. O UNDAF é apresentado também como um mecanismo para a mobilização de recursos.

Conclusão #9: Uma oferta limitada de parceiros internacionais da sociedade civil a nível nacional e internacional foi identificada, o que representa um desafio para a implementação dos projetos a nível local. Parceiros tradicionais, com grande capacidade de operação no campo, deixaram o país nos últimos anos.

Como mencionado, este novo modelo exige um maior esforço em termos de eficiência. Baseia-se em um equilíbrio de intervenções downstream e upstream nomeadamente advocacia política, transferência de conhecimento e capacitação institucional. Tudo isso

significa uma maior presença e cooperação do pessoal técnico das NU com os parceiros institucionais, pois eles serão mais responsáveis por criar as capacidades institucionais e selecionar o parceiro qualificado, e menos pela implementação direta de projetos.

Conclusão #10: A mudança no modelo de intervenção no país, que já começou neste ciclo de cooperação, como resultado do processo de graduação como País de Rendimento Médio, é identificada como um dos principais desafios em termos de sustentabilidade, uma vez que requer a apropriação de metodologias e objetivos de projetos pelos parceiros nacionais, também *share costs* (uso de recursos do estado para a cooperação da ONU).

Os parceiros reconhecem o apoio financeiro, material e técnico que terá permitido o desenvolvimento institucional e organizacional de muitas organizações da sociedade civil e a sua afirmação no contexto da advocacia social, da promoção dos direitos humanos e ações dirigidas a potenciar diálogo entre o governo e a sociedade civil, incluindo o setor privado.

Também a melhoria da planificação estratégica, através do apoio técnico prestado ao governo de Angola nos seus mais diferentes domínios, no quadro de apoio material, financeiro e metodológico, bem como no fortalecimento e melhoria do diálogo institucional entre o governo e a sociedade civil, por via dos diversos programas, o que é financiado por diversas agências do sistema das Nações Unidas em Angola.

A nível de desenho e implementação de projetos, deve ser tida em conta a extensão territorial que dificulta a cobertura total, bem como a falta de meios rolantes para facilitar a movimentação e a existência de vias de difícil acesso.

Conclusão #11: O UNCT e o RCO teve um papel relevante durante o período, nomeadamente o posicionamento elevado obtido com o Governo, o Parlamento e a Magistratura assim como com a Sociedade Civil. Isso é um elemento transcendental que facilita a implementação do UNDAF para evitar eventuais restrições de diálogo político. Por outro lado, há um desequilíbrio entre a quantidade e a qualidade das tarefas confiadas e os recursos disponíveis para o RCO.

6 RECOMENDAÇÕES

Alinhado com Conclusão:	RECOMENDAÇÃO
<p>C #1</p>	<p>R #1:</p> <p>Recomenda-se a integração dos cinco eixos prioritários do próximo ciclo de cooperação das Nações Unidas com Angola com os cinco pilares da Agenda 2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas: erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade. • Planeta: proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras. • Prosperidade: garantir vidas prósperas e plenas em harmonia com a natureza. • Paz: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas. • Parceria: implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida. <p>Deve ser buscada a interconexão e a integração desses resultados para assegurar que o propósito do futuro UNPAF se concretize, tentando incluir nomeadamente áreas que não foram de todo abordadas (nem ao nível do desenho nem da implementação de projectos/actividades), como sejam Energia, Infraestrutura e industrialização, Desigualdade, Consumo e produção ou Oceanos.</p>
<p>C #2</p>	<p>R #2:</p> <p>Empoderar mais aos outcome groups: conseguir mais dinamismo, capacidade de adaptação, menos dispersão e mais foco, a través da indentificação do valor agregado de cada agência para estratégias upstream e downstream. Cenário para superar o enfoque de agregação dos CPAP das agências e pensar em termos de valor agregado: o que é que juntos consegue trazer uma melhor contribuição para o país.</p> <p>O reforço entre os grupos de trabalho deve ser vertical e horizontal. Por exemplo, fortalecendo o vínculo entre o PMG e o UNCT e também concentrando-se em discussões mais substanciais dentro do grupo e com outros grupos de trabalho.</p>

Alinhado com Conclusão:	RECOMENDAÇÃO
C #3	<p>R #3:</p> <p>Fortalecer o sistema de M&A movendo-se em direção a um sistema holístico orientado a resultados para todo o UNPAF baseado na abordagem da Teoria da Mudança. Usar a técnica SMART (específica, mensurável, alcançável, relevante, com limitado no tempo), apoiada por uma ferramenta correspondente em formato de matriz, para desenvolver todos os indicadores da matriz de resultados.</p>
C #4	<p>R #4:</p> <p>Tendo em conta o novo PND e as prioridades e objectivos por este estabelecidos, o novo UNPAF deve enfatizar o trabalho em mais áreas estabelecidas pelo governo de Angola, sem uma preocupação de total abrangência, mas mobilizando competências específicas mais alinhadas às prioridades e estratégias nacionais, sobretudo tendo em conta importantes alterações no contexto nacional.</p>
C #5	<p>R #5:</p> <p>O próximo ciclo de cooperação deverá abordar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a promessa de não deixar ninguém para trás (“<i>leave no one behind</i>”), inclusive através de medidas destinadas a reduzir as desigualdades: b) como e por que esses grupos serão direcionados (Teoria da Mudança). c) a gestão baseada em resultados como um mecanismo para capturar o relacionamento entre os principais interessados, a responsabilidade individual e colectiva e os resultados acordados.
C #6	<p>R #6:</p> <p>Recomenda-se que, para cada resultado, um indicador possa ser identificado relacionado a: resposta humanitária, gênero, equidade e C4D. Não se identifica a necessidade que tenha um pilar dedicado aos temas transversais, mas deveria estar claro que significam para o Sistema das NU, qual é visão conjunta, qual é a contribuição, quais os resultados.</p>

Alinhado com Conclusão:	RECOMENDAÇÃO
C #7	<p>R #7:</p> <p>Uma vez que o país indica que está pronto a iniciar o DaO, há uma oportunidade das Nações Unidas como agências para posicionar-se duma forma diferente que seria valorado de forma positiva pelos parceiros. No contexto actual, onde se dá relevância ao trabalho intersectorial, as Nações Unidas também podem tirar proveito e trabalhar de forma mais sinérgica. As poupanças daí resultantes poderiam ser utilizadas para a área programática. Aspecto ressaltado muito positivamente pelos parceiros: o governo e sobretudo os doadores vêem de forma muito positiva o trabalho inter-programático entre agências e o lançamento de programas conjuntos para melhorar a eficiência e impacto.</p>
C #8	<p>R #8:</p> <p>Para o próximo ciclo do UNPAF, recomenda-se fortalecer o trabalho de planeamento orçamental de médio prazo em todas as agências que não puderam apresentar um compromisso orçamentário antecipadamente no ciclo anterior. Esse aspecto reforçará o planeamento e o orçamento para resultados e a execução baseada nos mesmos (RBM).</p>
C #9	<p>R #9:</p> <p>O Fortalecimento da Sociedade Civil identifica-se como uma estratégia chave para conseguir os resultados de desenvolvimento. Houve uma mudança de contexto, nas suas vertentes económica e política e o governo em geral identifica um valor agregado principal ao apoio técnico das NU. Deve continuar o apoio à sociedade civil. As organizações da sociedade civil, incluindo as ONGs, têm desempenhado um papel altamente visível no país. Um número limitado de agentes implementadores foi identificado, o que representa uma fraqueza para a implementação dos projectos a nível local.</p> <p>Aproveitar o contexto actual para incluir nos orçamentos nacionais áreas prioritárias para o desenvolvimento, assim dotar uma estratégia de sustentabilidade e escalabilidade das iniciativas <i>downstream</i>.</p>
C #10	R #10:

Alinhado com Conclusão:	RECOMENDAÇÃO
	<p>As agências da NU precisam aumentar o valor agregado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - capacidade de demonstrar resultados e <i>value for money</i>. - processos de negócio ágeis e responsáveis. - demonstrar valor agregado através de inovações, programação em escala e reduzir as desigualdades. - apresentando um histórico no combate à desigualdade. - integração total da programação no continuum humanitário-desenvolvimento.
<p>C #11</p>	<p>R #11:</p> <p>Fortalecer os recursos disponíveis do RCO para o monitoramento e avaliação do UNPAF, nomeadamente para fazer um acompanhamento em tempo e integrado do ciclo de execução do orçamento.</p>

7 LIÇÕES APRENDIDAS



Esta secção aponta casos dos quais lições aprendidas são extraídas do processo de concepção, implementação e avaliação do UNPAF Angola.

A importância das estratégias *downstream* e a cobertura e escala dos projectos

Através do exercício de avaliação, verificámos como, durante o período de implementação do UNPAF e nos anos anteriores, foram desenvolvidas experiências locais com um impacto muito elevado na população. No entanto, a maioria dos casos foi desenvolvida numa área geográfica específica e para uma população alvo específica, apresentando o desafio de, além da sustentabilidade, a sua escala e cobertura no país.

Analisando as histórias de sucesso que foram descritas ao longo deste documento, uma lição aprendida é a importância de seu desenvolvimento a partir de problemas locais com base numa estratégia de cobertura que inclua a capacidade de gerar aspectos como autoridade política, apropriação pelas partes interessadas e a existência de competências e recursos para torná-lo eficaz em maior escala. Este é o contexto onde o papel das agências da ONU se revela fundamental.

A implementação de um projecto-piloto precisa de gerar apropriação tanto a nível central como local, ser acompanhada por uma estratégia de advocacia de alto nível e capacitação para assegurar a sustentabilidade e a adesão institucional. Alcançar resultados em larga escala é um investimento a longo prazo. Envolver parceiros estratégicos, incluindo o sector privado, o governo e a sociedade civil pode acelerar os resultados, mas, ao mesmo tempo, envolve a construção de relacionamentos e a criação de relações de confiança, o que por certo consome tempo e recursos.

Apesar do facto de os projectos-piloto ou demonstrativos estarem presentes em muitas das agências em Angola, essas experiências foram escassamente documentadas constituindo uma abordagem de estudos de caso. Há uma necessidade de aproveitar essa experiência por razões de responsabilidade e aprendizagem organizacional. Identificar as condições que possibilitam a ampliação de um projecto-piloto no país é fundamental para o trabalho das agências, especialmente num contexto de cortes orçamentais e recursos escassos e os investimentos em projectos-piloto/demonstrativos precisam produzir resultados que vão além de uma pequena intervenção.

Mas pode-se tirar uma lição principal: dada a diversidade socioeconómica e cultural do país, o impacto da dispersão geográfica na equidade de acesso e recursos limitados, assim como o alto impacto directo nos beneficiários, identificaram-se como mais positivas aquelas abordagens *downstream* com foco nas áreas geográficas mais carentes e nos grupos idosos mais carentes, com atenção às questões transversais e foco nas necessidades locais. Nesse sentido, sugerimos:

- Foco na solução de problemas definidos localmente, além do transplante de soluções como “melhores práticas” preconcebidas, organizadas e experimentadas;
- Criação de um ambiente de autorização para a tomada de decisões que encoraje os casos positivos e a experimentação, além de desenhar projectos e exigir aos

parceiros a implementação exatamente da mesma maneira que foram projetados;

- Incorporação desta experimentação em ciclos de feedback que facilitam a aprendizagem experiencial rápida para não atrasar a aprendizagem atrás da longa duração das avaliações ex post;
- Engajamento activo dos *stakeholders* para assegurar que as reformas sejam viáveis, legítimas, relevantes e suportáveis, além da cooptação de um conjunto restrito de especialistas externos que promovam a difusão de cima para baixo da inovação.

As abordagens downstream devem considerar variáveis-chave como escala, transformação, equidade e sustentabilidade.

Estratégias upstream e a importância da advocacia e o apoio a políticas inovadoras

A análise de alguns projectos implementados no quadro do UNPAF pelas agências das NU em Angola permitiram confirmar as principais funções que a literatura sobre desenvolvimento identifica como significativas para ajudar a obter políticas bem-sucedidas.

A primeira das funções é o apoio às políticas públicas. Os projectos foram eficazes quando foram capazes de identificar inovações políticas, especialmente ao nível local, e ajudar aos governos no seu desenho para ser expandidas.

As agências das NU, cada uma com os seus pontos fortes, têm a capacidade e os recursos para identificar ou promover esforços locais bem-sucedidos para melhorar as condições de vida da população angolana, e oferecer conselhos sobre como os governos poderiam estender essas políticas pró-pobres para outras comunidades em outras partes do país.

A segunda das funções é a advocacia para influenciar políticas públicas que têm o potencial de alcançar resultados em grande escala para indivíduos, famílias e comunidades. Identifica-se uma valoração positiva pelos parceiros quando a advocacia foi incorporada em todo o ciclo de gestão, desde o apoio político à prestação de serviços. Isso requer não apenas projectos ou iniciativas de apoio a políticas ao nível de formulação técnica, mas também a promoção de uma cultura interna em torno dessas normas e padrões.

A advocacia foi bem-sucedida quando foram considerados tanto esforços de alto nível como secundário. O envolvimento de alto nível envolve a capacidade de influenciar e ter impacto na tomada de decisões de altos funcionários do governo, desde o debate de ideias sobre políticas até a consciencialização dos principais desafios para a disseminação dos resultados das análises.

O envolvimento secundário envolve o desenvolvimento de formas de parceria com os governos para tornar as informações relacionadas ao desenvolvimento acessíveis e

disponíveis para o público mais amplo possível, usando recursos como publicações, redes sociais e outros meios de comunicação. Também se destaca a importância da realização de parcerias com stakeholders como entidades da sociedade civil organizada ou actores do sector privado.

Finalmente uma terceira função é o enfoque estratégico para Delivery Service. Uma avaliação pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA, 2012) observou como as iniciativas dos programas tendem a ser mais bem-sucedidas onde a programação país não foi dispersa num vasto número de projectos e / ou numa grande área geográfica, e onde houve investimento efectivo em conhecimento.

Estas lições aprendidas a nível nacional e internacional devem ser tidas em conta no próximo período de parceria da UN com Angola.

Algumas tendências na programação futura

Ao comprometer-se com a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Estados Membros reconheceram que a dignidade do indivíduo é fundamental e que as metas da Agenda devem ser cumpridas para todas as nações e pessoas e para todos os segmentos da sociedade. Além disso, eles esforçaram-se para alcançar primeiro aqueles que estão mais atrasados.

Garantir que esses compromissos sejam traduzidos em acções efectivas requer um entendimento preciso das populações-alvo. No entanto, os dados desagregados necessários para abordar todos os grupos vulneráveis - incluindo crianças, jovens, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV, idosos, povos indígenas, refugiados, deslocados internos e migrantes - como especificado na Agenda 2030, são escassos. Poucos dos indicadores actuais, por exemplo, são capazes de lançar luz sobre as situações particulares de migrantes, refugiados, pessoas idosas, pessoas com deficiência e minorias.

Mesmo a partir dos dados limitados actualmente disponíveis, no entanto, é claro que os benefícios do desenvolvimento não são igualmente compartilhados. Os exemplos a seguir mostram como os dados detalhados por idade, sexo, nível de rendimento e local de residência podem destacar as diferenças entre os vários grupos populacionais.

Identifica-se o lema “Não deixar ninguém para trás” (LNOB) como ponto sobre o que articular a estratégia:

- Um princípio abrangente;
- O LNOB é uma promessa central da agenda 2030;
- Destinado a abordar as causas multidimensionais da pobreza, desigualdade e discriminação;
- Orientado para a segmentação dos mais marginalizados, discriminados e excluídos;
- Identificação dos que ficaram para trás e as razões explicativas é fundamental;
- Em situações de crise e conflito - concentração em proteger as pessoas em maior risco;

- O LNOB deve ser uma pedra angular da coerência entre desenvolvimento humanitário, direitos humanos e construção da paz.

As evidências sugerem que a ONU é mais bem-sucedida em ajudar os governos a identificar os mais atrasados.

A importância da coordenação e trabalho conjunto

Em 2016, através da equipa das NU de Gestão de Calamidades (DMT), o UNCT e principalmente a OMS, FAO e UNICEF mobilizaram com sucesso o Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF) de cinco milhões de dólares para apoiar o governo de Angola para enfrentar os impactos das secas em três províncias afectadas, nas áreas de Nutrição (UNICEF), WASH (UNICEF), Agricultura (FAO) e Saúde (OMS).

Uma das melhores práticas sobre a coordenação a nível provincial foram os debates, no formato de mesa redonda, co-organizados pela UNRCO e pelo Governo da Província da Huíla sobre o Impacto das Alterações Climáticas no Sul de Angola. Além disso, o DMT forneceu informações sobre a elaboração do Plano Actina da RIASCO para a África Austral, o plano de resposta do Comité Permanente Interagencial Regional (RIASCO) para a seca induzida pelo El-Niño.

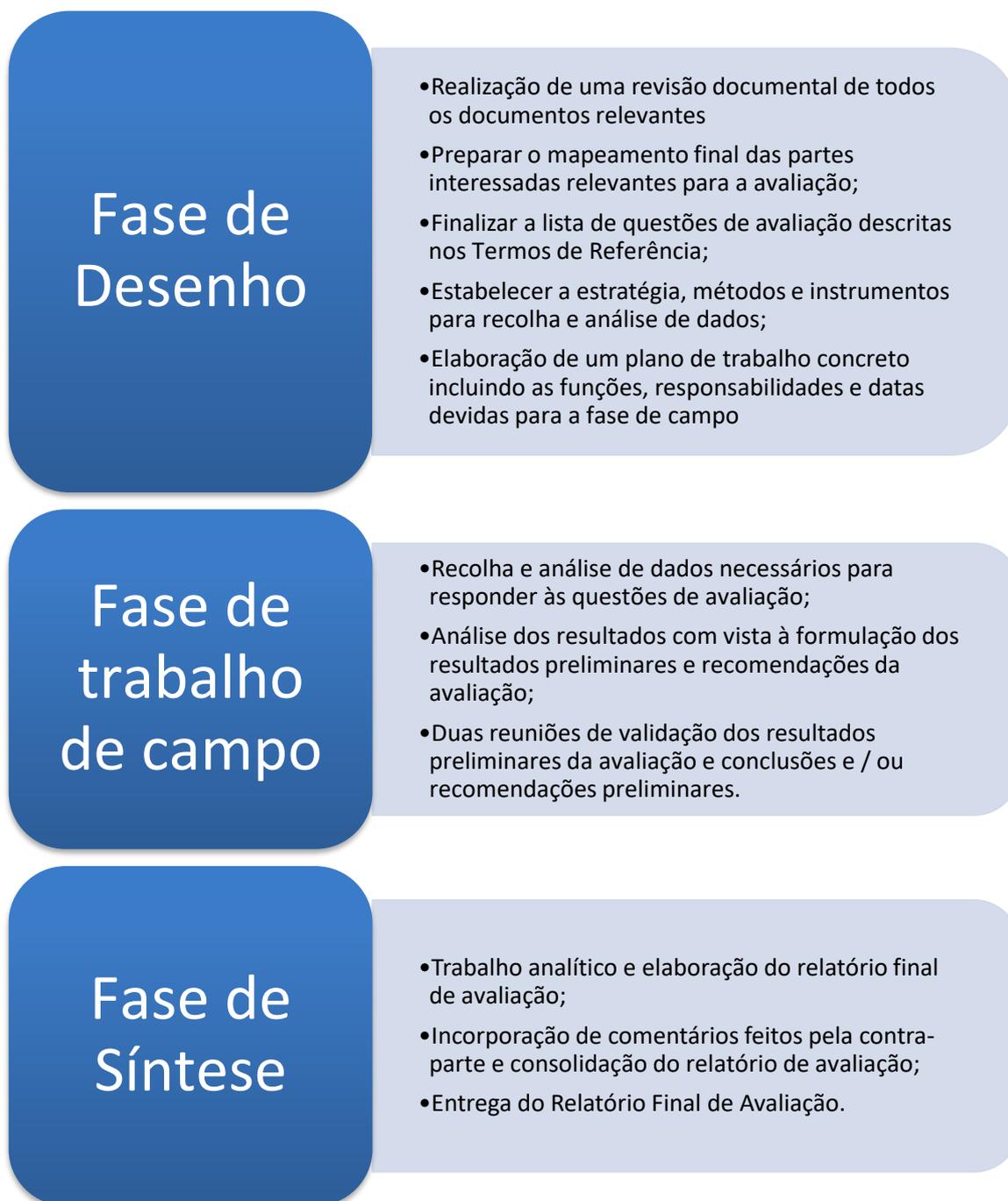
Outras experiências já foram destacadas neste relatório, no capítulo de eficácia.

8 ANEXOS

8.1 Plano de avaliação

A proposta de calendário para esta avaliação é de trinta e cinco (35) dias úteis; durante um período máximo de dois meses.

Figura 9. Fases de avaliação e actividades



8.2 Matriz de avaliação

Critérios de avaliação relevantes	Questão chave	Sub-Questões específicas	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos Dados
Relevância	Avaliar a contribuição do Sistema das Nações Unidas para os objectivos do NDP e da Estratégia Angola 2025 através dos resultados do UNPAF	<ul style="list-style-type: none"> - O conjunto dos resultados do UNPAF (Saúde, Educação, Protecção Social, Boa Governação, Acesso à Justiça e Direitos Humanos, Diversificação Económica e Sustentabilidade Ambiental) aborda: a) as prioridades sectoriais relevantes identificadas a nível nacional e subsequentemente b) os objectivos do NDP 2013-2017 e Estratégia 2025. - Os resultados / áreas estratégicas do UNPAF abordaram questões fundamentais, as causas subjacentes e os desafios identificados; - Os resultados / áreas estratégicas do UNPAF foram relevantes em termos de metas e compromissos acordados internacionalmente, normas e padrões, orientando o trabalho das agências da ONU; - A matriz de resultados do UNPAF foi suficientemente flexível e relevante para responder a novas questões e suas causas, bem como aos desafios que surgiram durante o ciclo do UNPAF, como as emergências que afectaram Angola? - Como foi que o UNPAF respondeu à graduação do país de LDC para MIC? 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro de parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 - Inquérito de Indicadores Múltiplos 2015-2016 - documentos estratégicos - Relatórios Anuais do UNPAF - Relatórios anuais do CR - Missão dos Maps da ONU em Angola. - Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Micro-inquéritos 	<p>Cada resultado do UNPAF está explicitamente ligado a uma prioridade nacional.</p> <p>Os objectivos e estratégias dos componentes do UNPAF são consistentes com as estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento.</p> <p>Capacidade de resposta a cenários em mudança e a pedidos feitos por parceiros nacionais.</p> <p>Grau de flexibilidade no redireccionamento de fundos e na adaptação dos objectivos e intervenções à luz das mudanças nas prioridades nacionais.</p>	<p>Análise qualitativa</p> <p>Triangulação</p> <p>Pesquisa especializada e documental</p>

Critérios de avaliação relevantes	Questão chave	Sub-Questões específicas	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos Dados
<p>Impacto</p>	<p>Avaliar o impacto do UNPAF, na medida do possível, sobre a vida das pessoas vulneráveis</p> <p>Avaliar o desenho e foco do UNPAF</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os objectivos do UNPAF eram compatíveis com os requisitos dos titulares de direitos, em particular com as populações vulneráveis? - Os resultados do UNPAF atenderam às necessidades das comunidades visadas? Todos os grupos-alvo são cobertos pelos resultados do UNPAF; - Houve alguma mudança importante na vida das pessoas como resultado da implementação do UNPAF? Utilizando os indicadores UNPAF 2015-2019, essas mudanças podem estar associadas ao UNPAF, principalmente na realização de metas de desenvolvimento nacional e na implementação nacional de compromissos acordados internacionalmente, como os ODM, a Agenda 2030 e a Convenção e os Tratados da ONU; - Até que ponto o UNPAF 2015-2019 foi concebido como um quadro orientado para os resultados, coerente e focalizado; - Os resultados esperados foram realistas, dado o cronograma, recursos e programas nacionais do PNPFAF, projetos e estratégias do programa; - A distribuição de papéis e responsabilidades entre os parceiros do UNPAF foi bem definida, estruturada para a na obtenção de resultados e os acordos foram amplamente respeitados durante a implementação? - Os riscos e premissas foram corretamente formulados e monitorados para que os riscos do programa fossem minimizados em tempo útil; 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 - Inquérito de Indicadores Múltiplos 2015-2016 - Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatórios Anuais do UNPAF - Relatórios anuais do CR - Missão dos Maps da ONU em Angola. - Relatórios de avaliação de projeCtos - documentos do projeCto - Dados primários de fontes institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Micro-inquéritos 	<p>Impacto positivo do produto nos resultados de acordo com as previsões estabelecidas na formulação da estratégia do Programa a partir de uma abordagem de ToC.</p> <p>Os resultados do UNPAF atendem às necessidades das comunidades visadas.</p> <p>Mudanças importantes na vida das pessoas podem ser identificadas.</p> <p>O UNPAF 2015-2019 foi concebido como um quadro orientado para os resultados.</p> <p>Os pressupostos formulados foram relevantes.</p>	<p>Teoria da mudança</p> <p>Análise quantitativa e qualitativa</p> <p>Triangulação</p> <p>Pesquisa especializada e documental</p>

Critérios de avaliação relevantes	Questão chave	Sub-Questões específicas	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos Dados
Eficácia	Avaliar o nível de realização dos resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Até que ponto o UNPAF contribuiu para alcançar melhores sinergias entre os programas e Agências das Nações Unidas; - Terão os resultados do UNPAF sido alcançados e quais evidências podem apoiar essas realizações; - Até que ponto foram promovidas parcerias eficazes e alianças estratégicas (ou seja, parceiros nacionais, parceiros de desenvolvimento e outras agências de apoio externo) em torno dos resultados do UNPAF 2015-2019 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 - Inquérito de Indicadores Múltiplos 2015-2016 - Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatórios anuais do país - Relatórios de avaliação de projectos - documentos do projecto - Dados primários de fontes institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Micro-inquéritos 	<p>Grau de realização dos resultados especificados no UNPAF, atendendo aos indicadores definidos para cada um deles.</p> <p>Relações efectivas entre agências da ONU e parceiros nacionais</p> <p>As Nações Unidas responderam de forma eficaz às emergências nos últimos anos</p>	<p>Teoria da mudança</p> <p>Análise quantitativa e qualitativa</p> <p>Triangulação</p> <p>Pesquisa especializada e documental</p>

Critérios de avaliação relevantes	Questão chave	Sub-Questões específicas	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos Dados
Eficiência	Avaliar o nível de eficiência dos resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Terão os recursos financeiros adequados sido mobilizados para a implementação do UNPAF; - Os mecanismos de implementação (Grupos de Resultados, PMG, M & A) foram eficazes nas M & A do UNPAF; - Com que eficiência os recursos / insumos (fundos, experiência, tempo, etc.) foram convertidos em resultados do UNPAF no nível de resultados; - Houve alguma estratégia de minimização de custos que deve ser incentivada; - Esses princípios contribuíram para a eficiência da implementação do UNPAF? 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos dos Programas do País - Planos de Avaliação CP - Relatórios anuais do país - Orçamentos - Relatórios de execução financeira - Relatórios de avaliação de projectos - documentos do projecto - Dados primários de fontes institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Dados primários das visitas de campo - Micro-inquéritos 	<p>As abordagens, recursos, modelos, estrutura conceptual são relevantes para alcançar os resultados planeados. Nenhum processo ou duplicação irracional.</p> <p>Boa relação custo-eficácia nos resultados.</p> <p>Evidências de sinergias no uso de recursos.</p> <p>Uso de sistemas de coordenação e monitoramento para a gestão do UNPAF.</p>	<p>Teoria da mudança</p> <p>Análise quantitativa e qualitativa</p> <p>Triangulação</p> <p>Pesquisa especializada e documental</p>

Critérios de avaliação relevantes	Questão chave	Sub-Questões específicas	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos Dados
Sustentabilidade	Avaliar o nível de sustentabilidade dos resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Até que ponto o UNPAF contribuiu para o papel da ONU no estabelecimento e melhoria dos factores críticos para o progresso em direção aos objectivos nacionais de desenvolvimento no PDN? - Quão flexível e apropriado foi o UNPAF na adaptação aos principais desenvolvimentos e mudanças humanitárias no país? - Até que ponto e de que maneira as capacidades nacionais foram aprimoradas no governo e nas OSCs? 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Programa do País - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 - Inquérito de Indicadores Múltiplos 2015-2016 - Plano de trabalho anual do UNPAF 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Micro-inquéritos 	<p>Existência de estratégias e mecanismos de apropriação por contrapartes nacionais</p> <p>Geração de condições para a sustentabilidade dos resultados do UNPAF.</p> <p>Existência de compromissos políticos e financeiros formais para dar sustentabilidade aos produtos e resultados.</p>	<p>Teoria da mudança</p> <p>Análise quantitativa e qualitativa</p> <p>Triangulação</p> <p>Pesquisa especializada e documental</p>

Para todos esses critérios, a equipa de avaliação aplicará dimensões / perguntas transversais:

Critérios de avaliação relevantes	Questões chave	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos dados
<p>Coordenação NU & princípios DaO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Em que grau os princípios DaO foram aplicados na implementação? - A coordenação da ONU reduziu os custos de transação e aumentou a eficiência da implementação do UNPAF? - Até que ponto o UNPAF criou sinergias reais entre as agências e envolveu esforços conjuntos para otimizar os resultados e evitar duplicações? 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos dos Programas do País - Planos de Avaliação CP - Relatórios anuais do país - Orçamentos - Relatórios de execução financeira - Relatórios de avaliação de projeCtos - documentos do projeCto - Dados primários de fontes institucionais - Relatórios de avaliação do UNDAF e DaO 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Micro-inquéritos 	<p>Existência de estratégias para reduzir custos de transação e aumentar a eficiência.</p> <p>Não duplicação de tarefas identificadas por diferentes agências das Nações Unidas.</p> <p>Acções e processos para a implementação do UNPAF foram eficientes e eficazes para garantir maior coerência no planeamento, implementação e gestão operacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Teoria da mudança Análise quantitativa e qualitativa Triangulação Pesquisa especializada e documental

Critérios de avaliação relevantes	Questão chave	Sub-Questões específicas	Fontes de Dados	Métodos de recolha de dados/Instrumentos	Indicadores/ Padrões de sucesso	Métodos para análise dos Dados
<p>UNPAF Programming principles</p>	<p>Avaliar o nível de programação dos resultados esperados do UNPAF</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Até que ponto o UNPAF utilizou e promoveu os padrões e princípios de direitos humanos e igualdade de género para alcançar seus objectivos; - O UNPAF usou efectivamente o princípio da sustentabilidade ambiental para fortalecer sua contribuição para os resultados do desenvolvimento nacional? - O UNPAF utilizou adequadamente o RBM para assegurar uma cadeia lógica de resultados e estabelecer um quadro de monitorização e avaliação; - Quais foram os outros factores que afectaram o desempenho na implementação do UNPAF, como uso de parcerias, apropriação de objectivos e realizações; - Até que ponto o UNPAF conseguiu fortalecer as capacidades nacionais, construindo parcerias, a realização dos direitos humanos e a equidade de género? - O UNPAF promoveu a apropriação dos programas pelos parceiros nacionais? - Como a UNCT usou suas parcerias (CSO, sectores privados, governo local, parlamento, instituições nacionais de direitos humanos e parceiros internacionais de desenvolvimento) para melhorar seu desempenho; - O UNPAF tem sido usado por agências da ONU e instituições governamentais no planeamento de suas actividades, estabelecendo metas e em cooperação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Programa do País - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 - Inquérito de Indicadores Múltiplos 2015-2016 - Plano de trabalho anual do UNPAF 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Entrevistas individuais a informantes chave - Grupos focais - Micro-inquéritos 	<p>População pobre e portadora de deficiência física, mulheres e outros grupos desfavorecidos e marginalizados beneficiaram das intervenções do UNPAF - identificar os resultados com essa população alvo efectivamente implementada.</p> <p>RBM tem sido usado e orientado intervenções.</p> <p>O género foi identificado como uma questão transversal abordada no desenho, implementação e monitoramento das diferentes intervenções.</p>	<p>Teoria da mudança</p> <p>Análise quantitativa e qualitativa</p> <p>Triangulação</p> <p>Pesquisa especializada e documental</p>

8.3 Estudos/inquéritos realizados nos primeiros 3 anos do ciclo do UNPAF

Principais estudos realizados:

2015

- Análises dos constrangimentos ao acesso aos serviços de Água e Saneamento (WASH) (UNICEF)
- Apoiar o INLS no processo da Nova Modalidade de Financiamento (NFM) (UNDP)
- Avaliação do Impacto da Graduação (UNDESA, UNDP)
- Análise de Dados do Censo Populacional (UN)
- Estudo sobre a Juventude (UNFPA)
- Pré-avaliação das competências dos professores no ensino de competências para a sobrevivência (UNICEF)
- Diagnóstico na área de assistência social em Angola (UNICEF)
- Estudo sobre o actual sistema de justiça para crianças (UNICEF)
- Estudo de base sobre a violência contra a criança (dentro e ao redor das escolas) (UNICEF)
- Inquérito de base dirigido às mães e cuidadores sobre o seu conhecimento de práticas essenciais sobre saúde, nutrição e WASH. (UNICEF)
- Estudo de base dirigido a pais e cuidadores sobre o seu conhecimento relativo aos Direitos da Criança e acesso aos respectivos serviços de justiça
- Análise da situação de saneamento em Angola (UNICEF)
- Pré-avaliação das competências dos professores no ensino de competências para a sobrevivência (UNICEF)
- Diagnóstico na área de Assistência Social em Angola (UNICEF)
- Estudo sobre o actual sistema de Justiça de Menores (UNICEF)
- Estudo qualitativo dirigido às mães e cuidadores sobre o seu conhecimento de práticas essenciais sobre saúde, nutrição e WASH. (UNICEF)
- Diagnóstico sobre Saúde Migratória (OIM)
- Políticas de Migração, Luta contra o Tráfico, Pesquisa sobre Migração para o Desenvolvimento; Levantamento das necessidades de capacitação (OIM)

- Levantamento de necessidades em DRR/DRM/CCA (OIM)

2016

- Estudo sobre o Impacto do programa de merenda escolar (UNICEF)
- Estudo sobre a diversificação da Economia como parte do processo de graduação UNDP)
- EMOC (UNFPA)
- Estudo sobre o crescimento económico e desenvolvimento social (ONU+processo de graduação)
- The 2012-2026 droughts PDNA by CNPC with Support of UN, EU and World Bank

2017

- Estudo sobre o Impacto do Programa de Educação Gratuita RDH de Angola (UNDP)
- Estudo rápido dirigido a mães e cuidadoras sobre a percepção e comportamentos de práticas essenciais na área de saúde, nutrição e WASH (UNICEF)
- Estudo rápido dirigido aos pais e cuidadores, sobre o seu conhecimento em relação ao registo de nascimento (UNICEF)
- Estudo rápido dirigido a pais e cuidadores sobre o seu conhecimento relative aos Direitos da Criança e acesso aos respectivos serviços de justiça (UNICEF)

2018

- Estudo e estratégia sobre a transição para País de Rendimento Médio (UNDP)

8.4 Ferramentas de coleta de dados

8.4.1 O diário de entrevista

O rastreamento de descobertas e conclusões relativamente às evidências é essencial para garantir que os resultados sejam baseados em evidências (em oposição à impressão) e, portanto, confiáveis. O diário de bordo da entrevista é um dos instrumentos que ajudará a equipa de avaliação a cumprir este requisito. O diário de bordo da entrevista é um registro escrito dos principais aspectos de uma entrevista semi-estruturada, ou seja, dados básicos, objetivos e questões a serem abordados, as anotações reais feitas durante a entrevista, um resumo das conclusões e as etapas subsequentes a serem tomadas. O diário de entrevistas é composto por duas partes: dados da entrevista e conteúdo da entrevista.

Entrevista de dados

Nome(s) do(s) entrevistado(s): Sexo:	Posição:	Instituição/organização:
Data da entrevista:	Output / Programa:	Tipo de Stakeholder:
Entrevistador:	Área de análise:	Código entrevista

Quando a pessoa entrevistada pertence a um grupo-alvo, questões como estado civil, etnia ou outras questões que possam contribuir para as análises também serão identificadas.

Conteúdo da entrevista

Enquadramento & assuntos chave

Enquadramento

Esta parte poderia incluir, por exemplo, uma descrição sucinta das principais tarefas, papéis e responsabilidades da instituição entrevistada e sua relação com o programa do país.

Assuntos chave

Uma breve lista dos objetivos e / ou tópicos a serem tratados na entrevista.

Conteúdo

Esta parte é a secção mais extensa do diário de bordo e conterá as anotações feitas pelo avaliador durante a entrevista.

Principais conclusões

Esta parte é geralmente concluída após a entrevista e implica que os avaliadores devem reler a entrevista pelo menos uma vez depois de realizada.

Próximas etapas

Esta é uma breve lista de ações que devem seguir a entrevista (se houver).

8.4.2 Guiões para as entrevistas semi-estruturadas

Um roteiro foi elaborado para estruturar o conteúdo das entrevistas com os actores-chave. Em todos os casos, essa proposta genérica será ajustada de acordo com os interlocutores de cada sessão de trabalho.

Tabela 8. Guiões para as entrevistas semi-estruturadas

Roteiro para o pessoal do Sistema das Nações Unidas
Informações gerais: organização interna, resultados de sua responsabilidade, principais parceiros para a implementação
Em que medida os objectivos do UNPAF são consistentes com as prioridades e políticas de desenvolvimento do país? PERTINÊNCIA
Qual é a posição estratégica das Agências das Nações Unidas em relação às demais agências internacionais e em relação aos stakeholders nacionais / governamentais PERTINÊNCIA - POSIÇÃO ESTRATÉGICA
Em que medida os resultados obtidos através da implementação dos diferentes projectos respondem aos outcomes definidos, tanto pelos resultados como em relação ao público-alvo? PERTINÊNCIA – EFICÁCIA
Como foi o processo de implementação? (Eficiência) (identificar factores / desafios limitantes internos ou externos que dificultam a realização dos resultados esperados), que recursos foram utilizados? foram suficientes? EFICIÊNCIA
Você acha que o Sistema das NU será capaz de sustentar os outputs e os outcomes produzidos até ao momento a longo prazo? Porquê / por que não? O que entende como factores internos ou externos que limitam a sustentabilidade dos resultados do UNPAF? SUSTENTABILIDADE
Como funciona o sistema de M&A do UNPAF? Em que medida o considera adequado? Facilita ou dificulta o trabalho da organização? Sistema de M&A
Ao nível programático os objectivos são claramente definidos? Eles respondem a um Programa geral onde os resultados são definidos - objectivos, indicadores e demais elementos programáticos? Como são integradas as questões transversais: género, direitos humanos, resposta humanitária, capacitação? ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Como define a organização o seu planeamento anual? Em conjunto com outras agências ou individualmente? INTEGRAÇÃO TRANSVERSAL / Em que medida considera que o processo de aprovação dos projectos é implementado eficientemente? Quais são os principais entraves neste processo? EFICIÊNCIA
Solicite informações sobre resultados alcançados até o momento, resultados inesperados; com detalhes das fontes de informação sobre indicadores de outputs e outcomes.

<i>Roteiro para stakeholders governamentais</i>
Em que projectos você participou no âmbito do UNPAF?
Como foi essa colaboração? Você percebe obstáculos que impeçam uma colaboração e implementação efectivas com a agência parceira das NU? PERTINÊNCIA - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Como foi o processo de implementação dos projectos? (planeamento, definição de metas, implementação, recursos, gestão, resultados e sustentabilidade). Em que medida as agências das NU contribuíram para a entrega eficaz do programa da sua organização e para o alcance de resultados? EFICIÊNCIA - EFICÁCIA
Que aspectos gostaria de destacar sobre a parceria com as agências das NU? Tanto positivos como aqueles que precisam ser melhorados. Também sobre alguns temas transversais importantes: capacitação, resposta humanitária e capacidade para estabelecer parcerias efectivas. VALOR ACRESCENTADO - EFICIÊNCIA
Explique brevemente a sua percepção sobre o principal valor acrescentado da sua agência parceira no contexto de Angola. VALOR ACRESCENTADO
Em que medida os projetos do UNPAF estão alinhados às prioridades do país e aos Planos Nacionais de Desenvolvimento? PERTINÊNCIA - SUSTENTABILIDADE - VALOR ACRESCENTADO
Solicite informações sobre resultados alcançados até o momento, resultados inesperados; com detalhes das fontes de informação sobre indicadores de outputs e outcomes

<i>Roteiro para stakeholders Organizações Sociedade Civil</i>
Em que âmbito trabalha a sua organização? Informações gerais: organização interna, resultados de sua responsabilidade, principais parceiros para a implementação
Em que projectos participou em colaboração com uma agência das NU?
Como foi essa colaboração? Entende existirem obstáculos que impeçam uma colaboração e implementação efectivas? PERTINÊNCIA - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Como foi o processo de implementação dos projectos? (Planeamento, definição de metas, implementação, recursos, gestão, resultados e sustentabilidade). Em que medida a agência das NU parceira contribui para a entrega eficaz do Programa da sua organização e para a obtenção de resultados? EFICIÊNCIA - EFICÁCIA
Que aspectos gostaria de destacar sobre a parceria com as NU? Tanto positivos como aqueles que precisam ser melhorados. Também sobre alguns temas transversais importantes: capacitação, resposta humanitária e capacidade para estabelecer parcerias efetivas. VALOR ACRESCENTADO - EFICIÊNCIA

Explique brevemente a sua percepção sobre o principal valor acrescentado da agência parceira no contexto de Angola. VALOR ACRESCENTADO

Em que medida os projectos do UNPAF estão alinhados às prioridades do país e aos Planos Nacionais de Desenvolvimento? PERTINÊNCIA - SUSTENTABILIDADE - VALOR ADICIONADO

Solicite informações sobre resultados alcançados até o momento, resultados inesperados; com detalhes das fontes de informação sobre indicadores de outputs e outcomes

Roteiro para outros actores no campo do desenvolvimento

Quais são as principais prioridades da sua agência em Angola / neste sector específico?

Em quais projectos participou em colaboração com uma agência das NU?

Como foi essa colaboração? Identifica obstáculos que impeçam uma colaboração e implementação efectivas? PERTINÊNCIA - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Quão relevante foi o trabalho das NU? (tendo em vista as prioridades do governo, da sua agência e específicas do sector). RELEVÂNCIA

Que aspectos gostaria de destacar sobre a parceria com a agência parceira das NU? Tanto positivos como aqueles que precisam ser melhorados. Também sobre alguns temas transversais importantes: capacitação, resposta humanitária e capacidade para estabelecer parcerias efectivas. VALOR ACRESCENTADO - EFICIÊNCIA

Explique brevemente a sua percepção sobre o principal valor acrescentado da agência parceira no contexto de Angola. VALOR ACRESCENTADO

Solicite informações sobre resultados alcançados até o momento, resultados inesperados; com detalhes das fontes de informação sobre indicadores de outputs e outcomes

8.4.3 Conteúdo do micro-inquérito

Um questionário online foi enviado para as partes interessadas do UNPAF 2015 - 2019. Abaixo está o conteúdo desse levantamento:

1. Por favor, indique o tipo de organização para a qual você trabalha:
 - Governo,
 - ONG,
 - Organização Internacional,
 - Academia
 - Sociedade civil
 - Outro (por favor, especifique)

2. Por favor especifique em qual área de política A sua organização trabalha

3. Por favor, indique a dimensão da sua organização (número de funcionários): (no topo da hierarquia, não FTE)
 - 1-50
 - 51 a 100
 - 101-250
 - 251 a 500
 - mais de 500

4. Por favor, especifique a sua posição de trabalho na sua organização

5. Há quantos anos você tem colaborado com uma agência da ONU?
 - Menos de um ano
 - De 1 a 2 anos
 - Mais de 3 anos
 - Mais de 5 anos
 - 10 anos +

6. Que tipo de acordo você tem com uma agência da ONU?
 - Memorando de Entendimento
 - Contrato-quadro
 - Nenhum acordo oficial
 - Não sei / outros

7. Qual a importância da parceria com a ONU para a sua organização?
 - Muito importante

- Importante
 - Moderadamente importante
 - Pouco importante
 - Nenhuma
8. Você percebe que a colaboração entre sua organização e a ONU contribuiu para alcançar resultados sustentáveis?
- Sim
 - Não
9. A ONU contribuiu efectivamente para:
10. Quais são os factores / desafios limitantes internos ou externos mais importantes que impedem a obtenção dos resultados esperados estabelecidos em conjunto com a ONU?
11. Por favor, explique as principais lições aprendidas até agora na implementação do UNPAF 2015 - 2019?
12. A sua organização gostaria de continuar colaborando com a agência parceira da ONU nos próximos anos?
- Sim
 - Não, (se não, por favor especifique porquê)
13. Você continuaria a colaborar com a agência parceira da ONU da mesma forma que antes, ou você vê potencial para aumentar ou redefinir a parceria?
- Continue da mesma maneira
 - Aumentar a escala / redefinir (por favor explique):
14. Indique qualquer outro comentário relevante para você ou sua organização relacionado à sua parceria com um parceiro da ONU:

A pesquisa deve levar cerca de 10 minutos para ser concluída. A pesquisa e todos os dados recolhados serão anónimos e confidenciais e os resultados serão analisados a um nível agregado.

8.5 Controle de qualidade

Estrutura para o relatório final:

- I. **Título e páginas de abertura**
- II. **Resumo executivo:** o resumo executivo incluirá o escopo e os objectivos da avaliação, a abordagem metodológica e quaisquer produtos analíticos desenvolvidos durante o curso da avaliação, bem como as principais conclusões, recomendações e lições aprendidas.
- III. **Antecedentes e propósito da avaliação:** Esta secção apresentará um resumo conciso do propósito e âmbito da avaliação; os clientes da avaliação e / ou quem usará os resultados da avaliação; o período de tempo avaliado; Cobertura geográfica; e os grupos-alvo ou beneficiários da avaliação.
- IV. **Programa (UNPAF) objecto de descrição e contexto da avaliação:** Breve resumo do propósito, lógica, estrutura e objectivos. Delineará a estratégia e os principais meios de ação; cobertura geográfica; e estrutura de gestão.
- V. **Objectivos e âmbito da avaliação**
- VI. **Metodologia de avaliação e limitações:** Descrição concisa da metodologia de avaliação para recolha e análise de dados, incluindo a justificação para seleccionar a metodologia e as fontes de dados, além de uma descrição de todas as limitações metodológicas.
- VII. **Resultados:** Breve avaliação global da relevância, impacto e sustentabilidade do Programa Conjunto. As descobertas serão apoiadas por evidências. Resultados não intencionais e inesperados também serão discutidos.
- VIII. **Conclusões:** As conclusões serão formuladas sintetizando as principais conclusões em declarações de mérito e valor.
- IX. **Recomendações:** Fornecer recomendações accionáveis com relação a estratégias e abordagens para fortalecer os direitos das crianças e adolescentes à educação por meio de redes e parcerias.
- X. **Lições aprendidas:** exemplos de boas práticas de estratégias inovadoras para informar o futuro planeamento de programas.

ANEXOS: A lista de apêndices incluirá os seguintes itens e quaisquer documentos adicionais que o consultor julgue necessários.

- Documentos chave consultados
- Lista de instituições entrevistadas ou consultadas e sites visitados
- Termos de referência

A metodologia inclui uma lista de verificação de controle de qualidade para atingir e garantir a garantia da qualidade técnica do relatório final.

Tabela 9. Lista de Verificação de Qualidade

- Existe evidência suficiente (de múltiplas fontes e múltiplas linhas de investigação) para apoiar cada grande descoberta?
- As conclusões são bem substanciadas pelas evidências apresentadas e logicamente relacionadas aos achados da avaliação?
- As limitações da avaliação e sua metodologia são descritas?
- Os julgamentos avaliativos são razoáveis e justificados, dadas as evidências apresentadas e o contexto?
- Os julgamentos no relatório são equilibrados e justos?
- As recomendações são justificadas, direcionadas e accionáveis?
- As recomendações refletem uma compreensão da organização e possíveis restrições para o acompanhamento?
- O relatório explica como a igualdade de género e uma abordagem baseada nos direitos humanos foram integradas na avaliação e estes temas transversais são reflectidos nas conclusões, conclusões e recomendações?
- O relatório usa linguagem sensível a género e baseada em direitos humanos, incluindo dados desagregados por sexo, idade e deficiência?
- O relatório respeita a privacidade?
- Existe um resumo executivo que engloba de forma sucinta a justificação para a avaliação, sua metodologia e suas principais conclusões, conclusões e recomendações?

9 ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

9.1 Tabelas

<i>Tabela 1: Recursos planeados UNPAF 2015-2017 por Área Estratégica & Resultado</i>	20
<i>Tabela 2: Métodos de recolha de dados</i>	27
<i>Tabela 3: Lista dos parceiros do UNPAF Angola entrevistados</i>	39
<i>Tabela 4. Graduation of Angola from LDC: criteria and indicators</i>	79
<i>Tabela 5: Matriz de eficácia - lenda da cor</i>	92
<i>Tabela 6: Por área estratégica</i>	116
<i>Tabela 7: Por resultado</i>	116
<i>Tabela 8. Guiões para as entrevistas semi-estruturadas</i>	165
<i>Tabela 9. Lista de Verificação de Qualidade</i>	171

9.2 Figuras

<i>Figura 1: Recursos Indicativos UNPAF 2015-2017 por Agência</i>	19
<i>Figura 2: Exemplo de uma estrutura teórica de intervenção de TM</i>	24
<i>Figura 3: Exemplo de processamento de dados na matriz de avaliação</i>	34
<i>Figura 4: Técnicas de Triangulação</i>	35
<i>Figura 5. Estrutura de custos planeados do UNPAF 2015 - 2019</i>	114
<i>Figura 6. Subtotal por Área Estratégica y Resultado</i>	115
<i>Figura 7. Por agência:</i>	118
<i>Figura 8. Evolução da execução conjunta do UNPAF 2015-2019</i>	120
<i>Figura 9. Fases de avaliação e actividades</i>	154

9.3 Imagens

<i>Imagem 1: Mapa de Angola</i>	4
---------------------------------------	---